

Diário de Notícias

www.dn.pt / Sábado 13.4.2024 / Diário / Ano 160.º / N.º 56 604 / € 2,00 / Direção interina Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos)

IMIGRAÇÃO

Com destino incerto, requerentes de asilo lotam jardim em Lisboa

PÁGS. 12-13



CARLOS PIMENTEL / GLOBAL IMAGENS

PORTUGAL PRECISA DE CONSTRUIR 45 MIL CASAS POR ANO PARA RESOLVER CRISE HABITACIONAL

CASAS Maior associação ligada à construção considera que o Programa do Governo é “um forte estímulo” à construção de habitação. As medidas irão permitir “uma célere resposta” às necessidades do país, defende. Mas nem tudo é perfeito. O setor não deixa de apontar dificuldades e omissões.

DINHEIRO VIVO

VOTAÇÃO NO PARLAMENTO

Montenegro garante via verde para governar até ao Orçamento

PÁG. 4-5



ANTÓNIO BAGÃO FÉLIX

“A ideia da família não pode ser vista numa lógica de sociedade de mercado”

PÁGS. 8-9

EUROPA

Bélgica investiga subornos a eurodeputados para divulgar propaganda da Rússia

PÁG. 17

GUERRA

A indústria de armas da Ucrânia está a crescer, mas será que o está a fazer com a rapidez suficiente?

PÁGS. 18-19

ONDE ESTAVA HÁ 50 ANOS

ANA PAULA COSTA

PROFESSORA E ESCRITORA

PÁG. 3



Até ver...

Carlos Ferro

Editor Executivo do Diário de Notícias

O Governo de Montenegro que lançou a confusão

Há dias um amigo enviou-me um *link* de uma publicação na rede social X (antigo Twitter) dizendo que ia divertir-me a ler os comentários que gerou.

Assim, sem mais explicações, lá fui ver o *post* de duas linhas. O autor escreveu: “Este Governo de Montenegro não me representa. Não é o meu Governo.” Era acompanhado de uma fotografia onde estavam visíveis 17 homens e três mulheres.

Ironias à parte – perante a realidade política nacional podemos sempre relacionar a publicação com o Governo português liderado por Luís Montenegro e, porventura, terá sido essa a intenção –, o que se segue é uma excelente demonstração de como se pode inflamar, de propósito ou não, as redes sociais.

Claro que, após alguns comentários – “Baza daqui” ou “emigra” são dois dos conselhos mais simpáticos para o responsável pelas frases –, este escreve que nunca foi aos Balcãs e que se referia ao país que se tornou independente da Sérvia em 2006 e que faz parte da União Europeia

desde 2010 e cujo Executivo é liderado por Miloško Spajić, eleito em outubro de 2023.

O rol de comentários ao *post* inicial mostra como é possível fazer extraordinárias análises políticas. Por lá pode ler-se que a confusão entre “Montenegros” ajuda a compreender os votos que o partido ADN recebeu nas eleições legislativas de 10 de março – recebeu 102 132 votos, ou seja 1,5% do total – devido a uma suposta confusão com a coligação AD (PPD/PSD, CDS/PP e PPM), entre outras considerações, nem todas simpáticas para o dono da conta na X.

O certo é que este episódio, que nem sequer é original nas redes sociais, ajuda a perceber a forma como é fácil manipular a opinião pública ou, pelo menos, a parte constituída pelas pessoas que seguem o que se escreve nestes fóruns sem se darem ao trabalho de passar do título ou da primeira frase. Uma decisão motivada pela rapidez com que se quer consumir informação ou apenas pela “maçada” que é ler textos um pouco mais longos, com argumentos e estruturados. E, claro, sem frases bombásticas.

Já no que diz respeito aos comentários o

anonimato também costuma ser um ótimo parceiro nas redes sociais.

Numa altura em que a maior parte das pessoas procura informação quase exclusivamente *online*, com muitas a não fazerem uma “viagem” por mais de um *site* ou rede social e a não terem uma visão crítica do que leem, estamos a caminhar em ritmo acelerado para discussões como aquela em redor do “Montenegro” sem que, na realidade, interesse o que se escreveu. Importante sim é

“

Estudo do MIT, de 2019, frisava que as fake news se espalham nas redes sociais a uma velocidade seis vezes superior às notícias verdadeiras...”

aquilo que os leitores acham que leram e a sua interpretação do que está escrito.

Não é uma discussão nova, pelo contrário, até tem aumentado nos últimos anos, mas a verdade é que este *post* de duas frases é um retrato de como uma sociedade pode ser condicionada. Basta escolher bem as palavras.

Há muitos estudos sobre como a informação disseminada pela internet pode ajudar à manipulação e à desinformação – entre os inúmeros exemplos temos sempre o caso da Cambridge Analytica, empresa acusada de manipular as eleições norte-americanas na primeira candidatura de Donald Trump, e em outros sufrágios pelo mundo –, assim como de incitar ao *bullying*, principalmente nos jovens. Mas, também, é importante frisar que a internet é um *mundo* importantíssimo na nossa vida e uma ferramenta essencial para ajudar a desconstruir teorias que não aguentam uma argumentação contrária.

E não nos esqueçamos que segundo um estudo do Instituto de Tecnologia da Massachusetts (MIT), de 2019, as *fake news* espalham-se nas redes sociais a uma velocidade seis vezes superior às notícias verdadeiras...

OS NÚMEROS DO DIA

40 565

MOSQUITOS

As autoridades de Saúde identificaram no ano passado mais de 40 500 mosquitos em Portugal, mas em nenhuma amostra foi detetada a presença dos vírus da dengue, *chikungunya* ou febre do Nilo.

33

POR CENTO

A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) discorda da proposta do Governo para a recuperação do tempo de serviço e anunciou ontem que vai propor que os seis anos, seis meses e 23 dias de carreira congelados sejam devolvidos à razão de 33% por ano, e não 20%.

5000

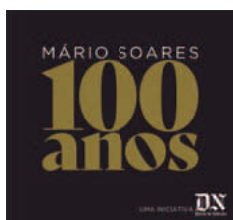
EUROS

A cantora A Garota Não (Cátia Oliveira) venceu o Prémio José Afonso 2023, no valor de 5 mil euros. O galardão é atribuído anualmente desde 1988 pela Câmara Municipal da Amadora.

31

STARTUPS

A Web Summit Rio, que se realiza na próxima semana, entre 15 e 18 de abril, na cidade brasileira do Rio de Janeiro, vai contar com 31 *startups* portuguesas de várias áreas, incluindo soluções de *software*, metaverso, Inteligência Artificial e *blockchain*.



13.4.2024

Direção interina: Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Diretor de arte** Rui Leitão **Diretor adjunto de arte** Vítor Higgs **Editor-chefe** Nuno Ramos de Almeida **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Cândia e Leonardo Ralha **Editores** Sofia Fonseca, Carlos Nogueira, Ricardo Simões Ferreira, Rui Frias, Filipe Gil e Nuno Fernandes **Redatores** Alexandra Tavares-Teles, Amanda Lima, Ana Meireles, Bruno Horta, César Avó, David Pereira, Isabel Laranjo, Isaura Almeida, João Pedro Henriques, Manuel Catarino, Margarida Davim, Mariana de Melo Gonçalves, Rui Miguel Godinho, Sara Azevedo Santos, Susete Henriques, Susana Salvador e Vítor Moita Cordeiro **Revisão** Adelaide Cabral **Arte** Eva Almeida e António Mateus (coordenadores), Fernando Almeida, João Coelho **Digitalização** Nuno Espada **Dinheiro Vivo** Bruno Contreiras Mateus (diretor) **Evasões** Pedro Lucas (coordenação) **Notícias Magazine** Inês Cardoso (diretora) **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Fernanda Cândia e Sofia Fonseca **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ªA – 3000-226 Coimbra. Tel.: Redação: 961 663 378; Publicidade: 969 105 615. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de Fevereiro 2024: 6 084 exps.



PORTUGAL HÁ 50 ANOS

O que era a vida quotidiana dos portugueses há meio século, antes do 25 de Abril? O que faziam e como recordam hoje esse tempo em que eram jovens e o país era velho. E como esse mundo era retratado nas páginas do DN da época. Visado pela censura.

No DN



Páscoa sob vigilância militar em Jerusalém

TEXTO ISABEL LARANJO

O clima era de insegurança no Médio Oriente. No dia anterior a esta Sexta-Feira Santa, de há 50 anos, 21 pessoas tinham perdido a vida durante um ataque de um grupo de árabes a um edifício israelita, na fronteira junto ao Líbano. Ainda assim, a Páscoa era celebrada na cidade de Jerusalém. Sob proteção de soldados: Milhares de peregrinos percorreram a Via-Sacra na cidade velha de Jerusalém, titulava o DN.

“As medidas de segurança como é habitual durante a Semana Santa são muito severas, especialmente depois do ataque de guerrilheiros árabes registado ontem, do qual resultou a morte de 18 pessoas [civis], podia ler-se. “Soldados israelitas armados com metralhadoras patrulham a cidade entre os milhares de peregrinos, tentando impedir um ataque-surpresa.”

Ainda na mesma notícia, era atualizado o estado de saúde do Papa e dada conta das cerimónias da Páscoa, no Vaticano. “Paulo VI, ainda ligeiramente enfraquecido por duas gripes consecutivas, chefou hoje mais de 600 milhões de Católicos de todo o Mundo nas cerimónias religiosas da Sexta-Feira Santa”.

Mesmo presente nas cerimónias, Paulo VI resguardava-se, devido à sua saúde debilitada. “O Pontífice, de 76 anos, seguindo o conselho do seu médico, cancelou a sua participação num serviço litúrgico na Basílica de S. Pedro”. Contudo, o Papa quis manter alguma atividade: “(...) Informadores do Vaticano declararam que o Papa se recusou firmemente a deixar de participar na Procissão da Cruz no Coliseu de Roma (...). O Papa transportará uma cruz de dois metros ao longo de um percurso de 55 metros”.

Em França, François Mitterrand expunha os seus pontos de vista, durante a campanha eleitoral para a presidência do país. “Mitterrand admite que a França deixe a NATO se ele for eleito presidente: o *leader* da esquerda teria convencido os comunistas a moderarem a sua política externa.”

Os Estados Unidos davam apoio militar a Israel. “Mísseis americanos capazes de destruir armas antiaéreas dirigidas pelo radar estão a ser enviadas para Israel”. Nisto, o presidente egípcio Sadat revelava, em relação à Guerra de Outubro (ocorrida no ano anterior), que “Moscou fez várias tentativas para obter o cessar-fogo.”

Onde eu estava

Ana Paula Costa nasceu em Angra do Heroísmo, Açores, em 1958. É professora e escritora.



25 de Abril de 1974, seriam uma seis e meia da manhã. Ouço uns sussurros vindos da sala e vou ver do que se trata. Encontro a minha mãe a conversar com um dos meus primos, que estava no Continente a fazer a tropa. Que alguma coisa se passara no Quartel, ouço-o dizer. O que fosse, com os meus 15 anos por vezes despreocupados e de pessoa que nem conhecia a palavra política, não percebi. O que eu já tinha percebido muito bem é que pelo facto de ter nascido mulher, teria talvez um caminho mais penoso do que o de todos os meus primos rapazes. Pela minha observação do mundo em que me movimentava, o caminho não seria fácil.

Nasci nos Açores, em Angra do Heroísmo e, apesar de ter saído da Ilha aos 3 anos, tinha uma forte ligação à minha avó materna e a toda a família que lá vivia. Ia quase todos os anos passar as férias de verão na Ilha e certa vez, pelos meus 14 anos, quis sair à noite porque havia uma festa. Foi-me autorizado apenas porque acompanhada por um dos meus primos mais velhos. As meninas não saíam sem vigilância. Foi nesse mesmo verão que soube que um tio proibira a filha de se casar porque o rapaz era divorciado. Uma menina casadoi-

ra, e virgem como ditavam os costumes então vigentes, não podia ser “entregue” pelo pai a um homem divorciado.

Naquela Ilha, à semelhança do que acontecia no Continente, algumas mulheres da minha família, por trabalharem fora de casa, eram uma exceção. As senhoras, nascidas para o recato do lar e para as funções de mãe, mulher, dona de casa, acrescentavam ao seu quotidiano a aprendizagem



“Prevalecia a vontade do homem, quer no espaço doméstico, quer no espaço público. Vontade essa que se estendia às empregadas, tantas vezes seduzidas e violadas pelos patrões.”

de alguns trabalhos que sempre me entediaram (então chamados trabalhos femininos), a pintura a óleo ou a aprendizagem de um instrumento musical. O que lhes sobrava na Ilha? A neurose, os problemas “de nervos”, que levavam muitas delas a um internamento em S. Rafael (o hospital psiquiátrico daquele tempo). Apesar de trabalhar, a minha mãe – que era professora – precisou de uma autorização especial para se casar com o meu pai, que não era funcionário público.

Depois de ter feito 10 anos, em 1968, mudámo-nos – os meus pais, as minhas duas irmãs e eu – de Lisboa para Beja, uma vez que o meu pai foi tomar conta das instalações da base militar. Acho que nessa altura me saiu como que uma sorte grande, passando a ter uma vida bem mais tranquila do que em Lisboa. E cheia de pequenas aventuras que em Lisboa teriam sido mais difíceis: subir às árvores, esfolar joelhos, andar de bicicleta e de patins na pista da Base de Beja.

Tive a sorte de poder observar, desde muito cedo, as vivências deste triângulo em que se movia a minha vida – Lisboa, Beja, Angra do Heroísmo –, em que havia um fator comum de que cedo tomei nota: o da vida no feminino, tantas vezes dependente de um casamento. Prevalecia a vontade do homem, quer no espaço doméstico, quer no espaço público. Vontade essa que se estendia às empregadas, tantas vezes seduzidas e violadas pelos patrões. Foi o que aconteceu a uma empregada interna de uma das casas de família no bairro em que vivíamos. A rapariga foi passar o Natal com os seus pais e nunca mais regressou. Soubemos depois, já não me recordo como, que não tinha regressado por ter sido violada pelo homem da casa onde trabalhava. E este episódio foi silenciado, o que é tão escandaloso como o que sucedeu à pobre rapariga.

Se o papel das mulheres se traduzia nos tais planos domésticos, o futuro seria quase sempre igual para todas elas, independentemente até de alguns fatores sociais. Ser católica, fiel ao seu marido e à sua máscula vontade, dona de casa e mãe zelosa e recatada. Ai das que se atrevessem por outros caminhos. As mulheres eram as cuidadoras, “Deus, Pátria, Família”. E silêncio, todo o silenciamento em torno da dor.

Depoimento recolhido por Alexandra Tavares-Teles

“Não temos maioria absoluta de suporte na Assembleia da República, mas não deixamos de ter a capacidade executiva.”

Luís Montenegro
Primeiro-ministro

“Algum português entende que um socialista pretenda que este Governo corrija e emende um Orçamento que era precisamente do PS?”

Hugo Soares
Líder parlamentar do PSD

“Não seremos, como alguns temem, oposição de bloqueio, do bota-abaixo. Também não seremos a muleta do Governo.”

Pedro Nuno Santos
Secretário-geral do PS

“[Bloco de Esquerda e PCP] juntos não formariam o Conselho de Ministros, e querem deitar abaixo um Governo.”

André Ventura
Presidente do Chega

“O Programa do Governo fica aquém das necessidades do país. O país precisa de mais, os portugueses precisam de muito mais.”

Mariana Leitão
Líder parlamentar da IL

Os ministro dos Assuntos Parlamentares, Pedro Duarte (esq.), e da Presidência, António Leitão Amaro, conversam durante o debate do Programa do Governo.



GOVERNO

Montenegro garante via verde para governar até ao Orçamento

DEBATE No final de dois dias de discussão sucedeu o que já se previa: o Executivo entrou em plenitude de funções. Com o quadro parlamentar de apoio a continuar frágil, o primeiro-ministro já sabe que governará até à aprovação das contas para 2025. Mas o futuro é incerto.

TEXTO **LEONARDO RALHA E RUI MIGUEL GODINHO**

O debate sobre o Programa do Governo teve um duplo efeito: ao mesmo tempo que demonstrou a Luís Montenegro o quanto terá de dialogar para poder governar, terminou também com o Executivo em plenitude de funções, de pé no acelerador, e sem portagens pela frente, até à aprovação do Orçamento do Estado para 2025. Aí, fica a dúvida: como votará a oposição?

Hugo Soares, secretário-geral e líder parlamentar do PSD, já assumiu, em entrevista ao *Observador*, que “acredita” que o PS viabilizará as contas públicas para o próximo ano. Mas os socialistas não se comprometeram nesse sentido. E postura igual teve o Chega, que também não explica se irá votar a favor do OE.

Ontem, a discussão do Programa do Governo mostrou, se dúvidas

ainda houvesse, um embate de forças entre o Governo da Aliança Democrática e todos os outros partidos, sobretudo PS e Chega. Apesar de à entrada para o encerramento do debate, que começara na véspera, já se saber que as duas moções de rejeição, apresentadas pelo Bloco de Esquerda e pelo PCP, tinham chumbo garantido.

A dúvida persistia, no entanto, sobre se o Governo liderado por Luís Montenegro teria a seu favor uma eventual moção de confiança, pois uma maioria negativa (ou seja, que não a viabilizasse), teria o mesmo efeito prático de uma moção de rejeição: a queda do Executivo. Tal não se verificou e, no final do debate, Luís Montenegro disse estar “pronto para trabalhar”, agora que o seu Governo tem plenos poderes.

Dentro do hemiciclo, a discussão foi tensa, com acusações ao legado

“Rejeitamos esta má política. (...) Nesta rejeição encontraremos as razões para construir uma alternativa de esquerda.”

Fabian Figueiredo
Líder parlamentar do BE

“Não se pode ficar a meio da ponte: ou se rejeita [o Programa do Governo], ou dele se fica aprisionado.”

Paulo Raimundo
Secretário-geral do PCP

“A ambição deste Governo está noutro lado e de olhos postos no passado.”

Isabel Mendes Lopes
Líder parlamentar do Livre

“Quando a esquerda empata, o centro-direita resolve; quando a esquerda adia, o centro-direita reforma.”

Paulo Nuncio
Líder parlamentar do CDS

“Este não é um programa progressista, é um programa de meras intenções.”

Inês de Sousa Real
Deputada única do PAN

da governação do PS – que a maior parte da oposição de esquerda acusou de ter degradado o Estado social com a sua liderança – e houve, até, recurso à poesia e à música para passar mensagens políticas. Se, na quinta-feira, Luís Montenegro se socorreu de uma frase de José Saramago (“Não tenhamos pressa, mas não percamos tempo”), ontem foi a vez de serem citados Luís Vaz de Camões, Ricardo Reis e ainda a fadista Mariza (*ver caixa*).

Críticas ao programa

Ninguém duvida que o trunfo para a persistência desta legislatura, de parte a parte, será o diálogo. Mas não faltaram críticas quanto aquilo que se entende por dialogar.

Ontem soaram acusações de todas as bancadas, com a oposição a considerar que não é pelo facto de o Governo ter decidido incluir “60 medidas avulsas” de outros partidos no Programa do Governo que isso representa diálogo. Com maior ou menor crispação, todos deixaram críticas e apelaram ao diálogo. O primeiro a fazê-lo foi mesmo o Presidente da República. Na quinta-feira, Marcelo Rebelo de Sousa lembrou que “um Governo minoritário tem, naturalmente, de fazer diálogo”. Já durante o debate, Pedro Nuno Santos lamentou “a arrogância” de Montenegro e disse que “não houve diálogo nenhum” aquando da escolha de medidas do PS para o programa do Governo.

Quanto ao programa propriamente dito, todos (exceto CDS e PSD) criticaram também. A proposta do Governo, disse o PCP, pela voz do secretário-geral Paulo Raimundo, “é mais um da lei do despejo, de dar mais dinheiro público à banca”. O Livre, através da líder parlamentar, Isabel Mendes Lopes, considerou que, com as suas opções, o Governo quer “beneficiar alguns, prejudicando outros”. Por seu lado, Fabian Figueiredo, líder parlamentar do Bloco de Esquerda, acusou o Governo de ter um programa “vago, não poucas vezes incoerente, difuso e frágil”. E mesmo a Iniciativa Liberal, pela líder parlamentar Mariana Leitão, diz ter feito “um diagnóstico” e que, apesar das seis medidas dos liberais no programa, “há um conjunto de ideias” que a IL defende que “agora fizeram o seu caminho e são uma preocupação efetiva”.

Mestres da tática

As intervenções ouvidas ontem de manhã na Assembleia da República mostraram também como o Governo da Aliança Democrática terá de aprimorar a tática a seguir no relacionamento com os grupos parlamentares do PS e do Chega. Perante a vontade que Montenegro tem de condicionar a atuação do maior partido da oposição – com os mesmos 78 deputados que o PSD elegeu nas listas da Aliança Democrática –, Pedro Nuno Santos repetiu que o PS “não se deixará anular e intimidar por manobras de vitimização do Governo”. E sublinhou que, ao optar pela abstenção na votação das moções de rejeição, se limitou a “evitar um impasse constitucional” e a “permitir que inicie a ação governativa”, dizendo que o primeiro-ministro não deve esperar que o PS “lhe assegure o número de deputados que os portugueses não lhe deram” nas legislativas de 10 de março.

Antes do secretário-geral do PS, o líder do Chega, André Ventura, começara por criticar os partidos mais à esquerda do hemiciclo, pela “total e absoluta irresponsabilidade” de tentarem derrubar o Governo sem terem qualquer alternativa. Mas também apontou o dedo a

Luís Montenegro, dizendo que o primeiro-ministro “tem medo do Orçamento Retificativo, tem medo do Orçamento do Estado e tem medo da própria sombra”, visto que “não criou qualquer solução de estabilidade”. É está forçado a governar com o Orçamento do Estado para 2024. André Ventura não hesitou em recordar as declarações do presidente do PSD, então líder da oposição, que se referiu ao documento elaborado pelo ex-ministro das Finanças, Fernando Medina, como “um Orçamento betinho e pipi”, de “impostos máximos e serviços mínimos”.

“Em nome da direita, em nome da mudança e em nome da reforma”, o líder do Chega lançou o desafio de um Orçamento Retificativo, sem receber sinais de concordância. Apenas declarações do ministro das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, que ontem à tarde disse à RTP que a redução das taxas que incidem sobre os escalões do IRS, que o Governo quer aprovar na próxima reunião do Conselho de Ministros, vai aplicar-se a todos os rendimentos auferidos em 2024 e que a medida será refletida nas tabelas de retenção.

No início do encerramento do debate do programa do Governo, o líder parlamentar do CDS-PP, Paulo Nuncio, acusara os autores das moções de rejeição de fazerem “uma mera competição entre leninistas e trotskistas pela liderança da extrema-esquerda”. No entanto, após a rejeição das duas iniciativas – ambas com apenas 13 votos favoráveis, do Bloco de Esquerda, do PCP e do Livre, ainda que esse partido tenha feito uma declaração de voto a detalhar as suas reticências em relação aos dois textos –, demonstrou-se que os partidos mais à esquerda quiseram, sobretudo, vincar diferenças em relação ao PS.

“Ficou claro quem é permissivo e acata passivamente as políticas da direita”, acusou a líder parlamentar comunista, Paula Santos, dizendo que todos os partidos representados na Assembleia da República “assumiram as suas responsabilidades”. De igual modo, a coordenadora do Bloco de Esquerda, Mariana Mortágua, mencionou “um jogo de sombras” no Parlamento, apresentando o seu partido como estando empenhado em “dar um contributo de clareza”.

NOTAS PARLAMENTARES

VOTAÇÕES QUASE IGUAIS

As duas moções de rejeição ao Programa do Governo só tiveram 13 votos favoráveis, entre as duas bancadas proponentes (PCP e Bloco de Esquerda) e a do Livre. Com a diferença de que, no caso da moção do PCP, a deputada única do PAN, Inês de Sousa Real, acompanhou a direita (PSD, Chega, Iniciativa Liberal e CDS-PP) na rejeição. Logo a seguir, juntou-se ao PS e absteve-se na moção de rejeição bloquista.

DOIS DEPUTADOS AUSENTES

A votação das moções de rejeição, após a intervenção do ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, envolveu 228 deputados. Faltaram o socialista Sérgio Sousa Pinto, do PS, e José Dias Fernandes, eleito do Chega pelo Círculo da Europa.

SECRETÁRIOS NA TRIBUNA

O Governo ocupou a sua tribuna, com Luís Montenegro ao centro, entre os ministros de Estado: Miranda Sarmento (Finanças) e Paulo Rangel (Negócios Estrangeiros). Num extremo ficaram Dalila Rodrigues (Cultura), Margarida Balseiro Lopes (Juventude) e Rosário Palma Ramalho (Trabalho), enquanto do outro sentaram-se os secretários de Estado Ana Isabel Xavier e Telmo Correia, substituindo em parte do debate Nuno Melo (Defesa) e Margarida Blasco (Administração Interna).

DUELO DE CITAÇÕES

Depois de Luís Montenegro citar José Saramago na véspera, André Ventura respondeu-lhe com “o nosso maior” Camões, recitando “cesse tudo o que a musa antiga canta/ que outro valor mais alto se alevanta”. E ainda houve tempo para o líder parlamentar do PSD, Hugo Soares, recorrer à fadista Mariza (“Algo que me diz que a tormenta passará”) antes de Paulo Rangel encerrar o debate com Ricardo Reis, heterónimo de Fernando Pessoa: “Este é o dia, esta é a hora, este o momento, isto é quem somos, e é tudo”.

EX-MINISTROS NO FUNDO

Os ex-governantes socialistas estiveram em peso no hemiciclo, mas separados. A antiga ministra da Habitação, Marina Gonçalves, sentou-se na primeira fila, perto de Pedro Nuno Santos, enquanto Ana Catarina Mendes (Assuntos Parlamentares), Fernando Medina (Finanças) e Manuel Pizarro (Saúde) se juntaram na última fila. Já o ex-ministro da Administração Interna, José Luís Carneiro, optou por ficar a meio.

TOLERÂNCIA PARA O PAN

O presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco, não conseguiu que a sessão arrancasse às 10.00 horas, pois a primeira a falar, Inês de Sousa Real, não estava presente. Tudo se resolveu com a chegada da porta-voz do PAN, vítima de “um ligeiro percalço”.

MICROFONE SEMPRE LIGADO

A “regra dos 15 segundos”, pela qual o microfone seria desligado automaticamente quando os deputados excedessem essa tolerância para lá do tempo disponível, não teve qualquer consequência prática ontem. Quase todos os oradores excederam o tempo atribuído, com André Ventura e Pedro Nuno Santos a sobressairem na capacidade de continuarem a discursar após Aguiar-Branco apelar a que parassem. Mais do que um minuto em excesso no caso do secretário-geral do PS.

SCUT CAUSAM REBOLIÇO

A eliminação das portagens em seis autoestradas ex-SCUT, apresentada por Pedro Nuno Santos como uma das cinco iniciativas legislativas que o PS pretende fazer avançar no início desta legislatura, aumentou o nível de decibéis no hemiciclo. O Chega destacou-se na ironia com que reagiu às palavras do líder socialista, ex-ministro das Infraestruturas. “Eu não percebo a surpresa. Eram propostas que constavam do nosso programa eleitoral”, disse Pedro Nuno Santos, quando finalmente conseguiu retomar a palavra.

“Ficou claro quem é permissivo e acata passivamente as políticas da direita”, acusou a líder parlamentar comunista, Paula Santos, dizendo que todos os partidos “assumiram as suas responsabilidades”.

por Helena Tecedeiro



Membros da KlimaSeniorinnen celebram a decisão do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

EPA / RONALD WITTEK



Óbidos foi palco para a foto de família do Governo de Montenegro.

PAULO CUNHA / LUSA



Em Washington D.C., o Mall foi um dos locais de eleição para assistir ao eclipse.

Sáb.

Governo au grand complet tira foto de família em Óbidos

Foi na Praça de Santa Maria, em Óbidos, que o primeiro-ministro, os seus 17 ministros e os 41 secretários de Estado tiraram a primeira foto *au grand complet* do XXIV Governo Constitucional, depois de uma breve viagem a partir de Lisboa em dois autocarros da Rodoviária do Oeste, e de terem sido recebidos por um protesto de agricultores. Um dia depois de o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa ter dado posse aos secretários de Estado, este Conselho de Ministros informal teve como objetivo primeiro preparar o Programa do Governo que seria apresentado na quarta-feira. À chegada, enquanto percorria as ruas do centro da vila do distrito de Leiria, Luís Montenegro reafirmou que os compromissos de campanha “são para cumprir” – e que isso incluía a tão falada mudança de logótipo de que jurou não se arrepender. “Era o que faltava!”, exclamou depois de questionado pelos jornalistas.

Dom.

Seis meses e muitas dúvidas sobre a guerra Israel-Hamas

O que se sabe dos reféns israelitas? Que danos é que Israel causou verdadeiramente ao Hamas? Qual a situação humanitária em Gaza? A guerra está mais perto de alastrar à região? É possível chegar a um cessar-fogo? E que cenário para o futuro de Gaza? Seis meses depois do ataque do Hamas que a 7 de outubro apanhou os israelitas de surpresa resultando na morte de 1170 pessoas e com outras 253 a serem levadas reféns para Gaza são mais as dúvidas do que as certezas. A retaliação israelita já terá, segundo números do Hamas, custado a vida a mais de 33 mil pessoas, mais de um terço menores de idade, com a falta de alimentos e medicamentos a agravar-se de dia para dia. Com muitas dúvidas sobre a situação dos reféns – ou sequer se estão vivos –, as famílias têm vindo para a rua juntar-se aos protestos contra o Governo de Benjamin Netanyahu, cada vez mais isolado internacionalmente. Apesar das perdas, o Hamas parece longe de derrotado e cada vez é mais provável o envolvimento na guerra de grupos apoiados pelo Irão, como o Hezbollah no Líbano. Um conflito que meio ano depois de começar continua sem fim à vista.

2.ª

Olhar o céu sob o fascínio de um eclipse total

Quem vive ou, por coincidência, se encontrava nesta segunda-feira no México, EUA ou Canadá teve a oportunidade rara de assistir a um eclipse total do Sol. Claro que o momento mais alto foi quando a Lua tapou totalmente o brilho do Sol, mas milhões de pessoas (só nos EUA foram 32 milhões) já estavam a olhar para o céu com os seus óculos especiais – evitando assim os danos na retina que podem ser causados pelo facto de se olhar diretamente para o Sol durante o eclipse – enquanto o céu ia ficando cada vez mais escuro e a temperatura caía uns graus. Foram muitos os que se deslocaram especificamente para a rota da totalidade, para se juntarem a algumas das festas organizadas para assistir a este fenómeno. Afinal outra oportunidade não vai surgir tão cedo. Aqui em Portugal teremos de esperar até 12 de agosto de 2026 para podermos assistir a um eclipse total do Sol.

3.ª

A vitória das avozinhas suíças na luta pelo clima

“Algumas de nós somos assim. Não fomos feitas para estar sentadas numa cadeira de baloiço a tricotar.” Quem o disse à BBC foi Elisabeth Stern, 76 anos e membro da KlimaSeniorinnen, uma associação suíça de *Idosos pela Proteção do Clima* que viu o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos decidir a seu favor no processo que moveu contra o Estado suíço. O TEDH condenou a Suíça por violar o artigo 8.º da *Convenção Europeia dos Direitos Humanos* que aborda o “direito ao respeito à vida privada e familiar”, na primeira decisão contra um Estado por falta de iniciativas para combater o aquecimento global. A KlimaSeniorinnen, formada por 2500 mulheres com média de idade de 73 anos, denunciou que as “deficiências” das autoridades suíças em termos de proteção climática “prejudicam gravemente o seu estado de saúde”. Este foi o único dos três casos sobre os quais o TEDH se pronunciou em que deu razão aos queixosos. Já a queixa de um grupo de jovens portugueses contra 32 países por inação no combate às alterações climáticas foi rejeitado. Mas os ativistas não desanimaram e consideram ter aberto “uma grande fenda”, mas ainda é preciso derrubar “o muro”.



Soldados israelitas junto a imagens de reféns. O destino dos que foram levados para Gaza a 7 de outubro continua um mistério seis meses depois.

GIL COHEN-MAGEN / AFP



A dois meses das eleições europeias, Bélgica investiga ingerência russa.



Leitão Amaro apresentou o Programa do Governo na 4.ª feira. Depois de debatido, foi aprovado esta 6.ª.

ANTÓNIO PEDRO SANTOS / LUSA



Julgamento de O.J. Simpson foi seguido por milhões de americanos na TV.

4.ª

Um Programa do Governo que vai beber à oposição

Enquanto pelo mundo islâmico se celebrava o Eid al-Fitr, o fim do Ramadão, e em Bruxelas o Parlamento Europeu aprovava o novo Pacto Sobre Migração e Asilo, em Lisboa o ministro da Presidência, António Leitão Amaro, apresentava o programa do governo de Luís Montenegro aprovado em Conselho de Ministros. Tendo por base o programa eleitoral com que a AD se apresentou às eleições, mas incorporando “mais de 60 medidas de programas eleitorais de outros partidos”, o documento vai agora ser debatido no Parlamento. Mas algumas medidas já se destacam, como um suplemento remuneratório de desempenho na Função Pública, a recuperação do tempo de serviço dos professores ao longo de cinco anos, assegurar aos utentes, até ao final de 2025, consulta de medicina geral e familiar em tempo útil e atribuir um médico de família a todos os portugueses, a definição de cinco eixos para a habitação. Além de muitas outras. Na oposição, o Chega saudou uma aproximação a algumas das suas propostas, o Bloco avança com uma moção de rejeição.

5.ª

Morreu O.J. Simpson, mas ficam as dúvidas sobre o seu crime

O primeiro *running back* a correr mais de duas mil jardas (mais de 1800km) numa temporada, famoso pelo tempo nos Buffalo Bills, a carreira de sucesso no futebol americano fez de O.J. Simpson uma das primeiras estrelas negras nos EUA. Mas o ex-jogador – que morreu aos 76 anos – será sempre lembrado pelo “julgamento do século”, no qual respondeu pela morte da ex-mulher e de um amigo. Em 1995, O.J. foi ilibado do homicídio de Nicole Brown e Ronald Goldman em Los Angeles, um veredito controverso, que continua a gerar dúvidas, quase 30 anos depois. A queda abrupta de O.J. foi seguida por milhões de americanos na televisão, desde a perseguição policial que levou à sua detenção, às incidências do julgamento, com forte componente racial. Apesar da absolvição em 1995, um caso separado condenou-o, dois anos depois, a pagar 33,5 milhões de dólares aos familiares de Brown e Goldman, pela responsabilidade nas suas mortes. Mais tarde, viria a passar nove anos preso no Nevada, por assalto à mão armada e outros delitos, saindo em liberdade condicional em outubro de 2017. “Morreu sem fazer penitência”, disse o advogado David Cook, que representa a família Goldman.

6.ª

Bélgica abre inquérito a ingerência russas nas eleições europeias

A menos de dois meses das eleições europeias – entre 6 e 9 de junho – a entrada do edifício do Parlamento Europeu em Bruxelas exibe painéis com o slogan “Use your vote”. Mas enquanto as campanhas não arrancam oficialmente, a Bélgica anunciou a abertura de uma investigação às redes pró-russas que tentam influenciar os resultados. O objetivo de Moscovo, explicou o primeiro-ministro belga Alexander de Croo, é trazer mais candidatos pró-Rússia para o Parlamento Europeu, enfraquecendo o apoio da UE à Ucrânia. Depois de denúncias da Polónia e da Chéquia, De Croo confirmou que os serviços secretos belgas descobriram várias redes pró-Kremlin a atuar na Bélgica e noutros países da União, algumas delas pagando a candidatos para emitirem opiniões pró-russas. Um dos receios que o DN ouviu nos corredores do Parlamento Europeu, numa visita esta semana, é o de um aumento maciço da votação na direita radical, alterando o equilíbrio de forças no Parlamento Europeu saído das próximas eleições.

António Bagão Félix

“A ideia da família não pode ser vista numa lógica de sociedade de mercado”

POLÉMICA O livro *Identidade e Família*, escrito por 22 personalidades ligadas ao espectro da direita portuguesa chegou esta semana aos escaparates. O DN falou com um dos coordenadores da obra, o antigo governante António Bagão Félix, que assume o respeito por outras formas de “ajuntamento familiar”, para além da “família natural”.

ENTREVISTA VÍTOR MOITA CORDEIRO FOTO PAULO ALEXANDRINO / GLOBAL IMAGENS

Foi com estrondo que o livro *Identidade e Família* chegou às livrarias no início desta semana, depois de uma apresentação feita pelo antigo primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, que até mereceu um protesto por parte de um grupo de duas dezenas de jovens que gritavam pela liberdade de ser e pelo “transfeminismo”. A audiência, na Livraria Buchholz, em Lisboa, apesar de ser vincadamente de direita, não contava com muitas figuras do PSD, para além do próprio anfitrião. Ainda assim, quatro deputados do Chega, incluindo André Ventura, e o ministro da Defesa, Nuno Melo, estiveram lá. Foi assim que decorreu a afirmação do conceito de “família natural”, de acordo com um dos coordenadores da obra, o antigo governante e economista António Bagão Félix, que explicou ao DN o que é que este manifesto traz.

Há ameaças à família, neste momento? Quais?

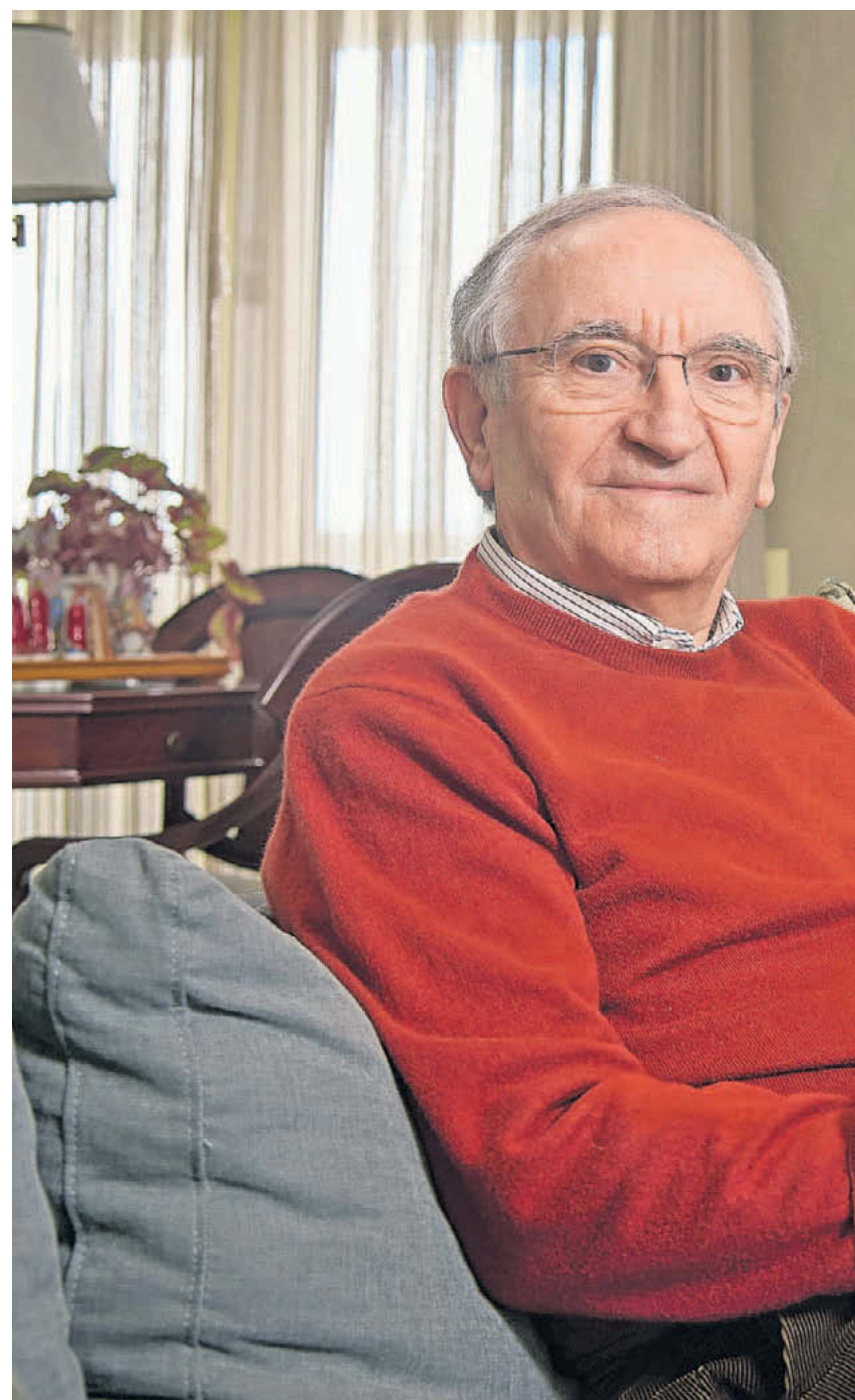
Eu acho que a primeira ameaça é o individualismo exagerado. O individualismo é das coisas piores que fazem da família. Aliás, a propósito disso está aqui uma expressão do Frei Fernando Ventura [o autor de um dos textos], quando ele diz: A família é uma escola de ‘nós’ em tempo de ‘eus’. Esta definição está primorosa. Na família, o resultado deve ser superior à soma das parcelas. Ou seja, à soma de cada um dos seus membros. E, hoje, o individualismo agressivo, obsessivo, é sem dúvida um grande adversário da coesão da família. Outro adversário

é o hiperconsumismo. Numa família ideal nós contamos mais por aquilo que somos do que por aquilo que temos. O ser vale mais do que o ter. Mas o hiperconsumismo, absolutamente desenfreado, é o outro adversário importante da família. Depois, o modo como o Estado, em geral, vê a família como sujeito passivo de impostos. Mas a família é um bem público e, portanto, deve exigir políticas públicas que estimulem e favoreçam a estabilidade da família. Outro adversário é, permita-me dizer, o espetáculo mediático. Refiro-me aos meios de comunicação, mas também às redes sociais, onde o que é mais notícia é o fracasso da família. Não é o sucesso da família. Isto depois leva as pessoas a pensar que o fracasso, o desespero são a regra da família. E não é verdade. Outro adversário importante da família é o relativismo ético.

● **“Prefiro, em vez de família tradicional, usar a expressão família natural. Ou seja, a família constituída por casal, homem e mulher, com filhos que podem ser naturais ou adotados.”**

co. Onde as pessoas confundem princípios e valores com opiniões, com subjetivismo. E, finalmente, consideraria como adversário um aspeto que infelizmente não é só da família, é da sociedade em geral, que é uma tendência para a indiferença perante o outro. A indiferença é aquela coisa que se diz coletivamente: “Isto não é comigo, é com os outros! Não tenho nada a ver com isso.” É o indiferentismo. Havia um filósofo francês que dizia que Deus não teme os opositores, mas teme os indiferentes. É uma maneira engraçada de referir isso. Já reparou que o contrato de casamento é o contrato mais fácil de anular? A parte legal, porque a outra parte do casamento católico não é assim tão fácil de anular. Mas há cada vez menos casamentos, matrimónios católicos. Como católico, até prefiro que haja menos casamentos católicos, mas que sejam bons casamentos católicos em vez de serem apenas festas sociais para os outros verem.

O livro defende algumas perspetivas conservadoras, muito contestadas, sobre a mulher. Como é que vê o papel da mulher na sociedade?
Eu acho que uma das grandes evoluções das últimas décadas foi o papel da mulher na família, na sociedade e na atividade económica e em tudo. Eu sou incondicional defensor da igualdade entre homens e mulheres. Eu não gosto de dizer igualdade entre géneros, porque géneros é uma coisa gramatical. É uma total igualdade de oportunidades que, aliás, às vezes devagar demais, é certo, tem sido procurada



alcançar. Até, penso, com uma grande harmonia ou, pelo menos, coincidência de pontos de vista de partidos mais à direita ou mais à esquerda. Isso, no entanto, não retira um ponto que me parece, no plano dos valores e no plano de uma opinião, que é a minha: uma coisa é a total igualdade plena entre homens e mulheres, desde logo na família, nos direitos e nos deveres; outra coisa é eliminar ou anular as positivas diferenças que há entre ser homem e ser mulher. Ou seja, o mundo ideal seria plena igualdade entre homem e mulher, sendo que essa igualdade deve aproveitar o que de melhor o homem pode oferecer e o melhor que a mulher pode oferecer. Ou seja, não anular a diferença, para não precisar da expressão de diferença. Porque há aspetos que são da natureza em que uns fazem melhor e outros fazem menos bem. É nesse sentido. Mas, quanto ao resto, não tenho qualquer dúvida. **Este livro propõe uma ideia conservadora sobre família? O que é a família tradicional?**

Eu não gosto da expressão família tradicional. Aliás, é curioso que o livro tem como subtítulo *Entre a consistência da tradição e as exigências da modernidade*. Temos de ter uma visão arejada, algo conservadora, mas também atenta às modificações que a própria sociedade vai impondo. Então, prefiro, em vez de fa-



IDENTIDADE E FAMÍLIA
Vários autores
Oficina do Livro
13,41 euros
207 páginas



mília tradicional, usar a expressão família natural. Ou seja, a família constituída por casal, homem e mulher, com filhos que podem ser naturais ou adotados. É aquilo que eu chamo de família natural. Quando nós privilegiamos a família natural, eu não estou a deixar de considerar outro tipo de ajuntamentos familiares, de agregados familiares, que não tenham este modelo. Aqui não se trata de concordar ou discordar. Trata-se de ter respeito por essas situações ou não ter. E eu tenho respeito por elas. Agora, se importar qual é a minha posição ideológica, doutrinária, da situação de conceito de família, que está mais de acordo com aquilo que eu penso que importa para a sociedade, é a da família natural. São dois aspetos diferentes. Até por uma razão de natureza quase pragmática. Os países da Europa, e em particular Portugal, muito acentuadamente, têm uma grave crise de natalidade. Ora, a natalidade assenta sempre na ideia da família natural. E quanto mais ela for promovida, quanto mais for es-

timulada, quanto mais for considerada nas políticas públicas – e já podemos também falar nisso –, mais, podemos contribuir para atenuar o efeito negativo da demografia e do envelhecimento muito acentuado da sociedade portuguesa.

Ligando os problemas demográficos que refere ao conceito de família natural, que esclareceu, como é que vê a opção de ser mãe solteira, que cada vez mais mulheres seguem para constituir família?

Pode ser considerada, em tese, do meu ponto de vista, uma perspetiva admirável. Uma mulher que quer ter um filho.

Sente que as políticas públicas também podem condicionar a natalidade tanto ou mais do que o próprio conceito de família natural? As duas coisas são complementares. Agora, as políticas públicas, em primeiro caso, são sinalizadoras, ou devem ser sinalizadoras, da importância que o Estado, a organização política, dá ao conceito de família. Depois, repare, a família, neste momento, está metida entre

três polos dentro do que eu chamo modernismo. Uma é o Estado. Outra, é o mercado. E, por fim, o individualismo, de que já falei. E, nesse sentido, há pouco referi a questão do mercado e da economia. Atenção, nós vivemos numa economia de mercado, mas não vivemos numa sociedade de mercado. São coisas bem diferentes. E, portanto, a ideia da família não pode ser vista numa lógica de sociedade de mercado, em que nós mercadejamos valores, princípios, permutas, disto e daquilo. Não. Uma coisa é a economia de mercado, onde há regras para isso. Acho que o nosso Estado ainda continua a ser muito deficitário no apoio à família. Em primeiro lugar, porque, repare bem, qualquer coisa que se faça neste país tem de ter estudos de impacto ambiental, estudos de impacto tecnológico, estudos de impacto financeiro e orçamental, etc. Não há medidas em que se faça um estudo do impacto familiar. Por exemplo, as questões da habitação. Só para dar um exem-

● *“A solidão, às vezes, nós próprios a procuramos. O isolamento é que é a doença da solidão. E o aumento que se verificou no início deste século para o ano de 2022, (...), de acordo com os censos, significa que em cada dia do calendário durante estes 20 anos 30 idosos ficaram a viver sozinhos.”*

● *“Não faz sentido que uma família que tenha os seus ascendentes em casa não tenha vantagem fiscal sobre aqueles que têm os seus ascendentes num lar de idosos. O Estado tem que dar sinais desses. Hoje, é um dos grandes problemas de idosos, e quando nós falamos da família, não falamos só das crianças.”*

plo que está em cima da mesa. As coisas da habitação. As políticas fiscais. Por exemplo, não faz sentido que uma família que tenha os seus ascendentes em casa não tenha vantagem fiscal sobre aqueles que têm os seus ascendentes num lar de idosos. O Estado tem de dar sinais desses. Hoje, é um dos grandes problemas de idosos, e quando nós falamos da família, não falamos só das crianças, falamos dos mais velhos.

No livro também é abordada a questão da permanência de idosos em casa, a cuidado dos familiares, que se tornam cuidadores informais.

O lar é como a greve. É o último recurso. Mas não pode ser o primeiro expediente. E o Estado pode dar sinais nesse sentido e com benefícios fiscais. No fundo, são os cuidadores naturais. Uma estatística que ainda há poucas semanas estive a estudar indica que mais de 500 mil pessoas com mais de 65 anos de idade vivem sozinhas. Não é uma questão de solidão. É uma questão

de isolamento. A solidão, às vezes, nós próprios a procuramos. O isolamento é que é a doença da solidão. E o aumento que se verificou no início deste século para o ano de 2022, que são as últimas estatísticas que nós temos, de acordo com os censos, significa que em cada dia do calendário durante estes 20 anos 30 idosos ficaram a viver sozinhos. Ora, isto é um problema, não é só o valor das pensões. É um problema em si. Se nós queremos uma sociedade harmoniosa e, lá está, com a componente familiar, temos que dar sinais nesse sentido. Outro exemplo: há centros de dias para idosos. Mas eu também os promovi quando fui secretário de Estado em 1980, mas 40 anos depois os velhos não precisam de centros de dia. Precisam de centros de noite. Porque durante o dia não devem ser arrancados do seu *habitat* natural, da sua vizinhança, das suas companhias. Durante a noite é que têm medo, é que têm insegurança. Os instrumentos que o Estado tem ao dispor para as políticas familiares vão variando. Não só porque o conceito de família também se altera, mas porque as necessidades das pessoas e das famílias também é diferente. Na política fiscal também se pode fazer muita coisa, como esta que eu referi, ou como o maior eu sou favorável à tributação não apenas pelo fator conjugal, mas pelo fator familiar. Ou seja, dividir o rendimento não apenas pelos cônjuges, mas pelos filhos menores. Podia falar de outras políticas. Por exemplo, na política da Segurança Social, até porque falou no rendimento social de inserção, é importante que no futuro as políticas, as prestações da sociais não tenham exclusivamente em conta o beneficiário, o indivíduo, mas a sua componente familiar. Avançou-se nesse aspeto, com o complemento solidário de idosos, com o rendimento social de inserção, mas pode-se avançar ainda mais. De maneira que a família seja uma componente para aferir a necessidade e o montante das prestações que a Segurança Social dá às pessoas. Há muito também nas políticas públicas a fazer e há a questão da educação. Infelizmente, a escola usurpou completamente a função educacional às famílias. Não se trata de ser pública ou privada, a escola em geral. A escola é importantíssima para a instrução e para a educação das crianças e dos jovens. Mas se não há educação em casa de pouco vai sair o que se está aprendendo na escola. Ou seja, o primeiro motor da educação é a família. Melhor ou pior, e não é por ser catedrático ou analfabeto. O analfabeto pode educar os seus filhos como catedrático. Através do exemplo. O exemplo é a autoridade do merecimento. Através do exemplo e através da boa conjugação entre direitos e obrigações. Entre direitos e deveres.

vitor.cordeiro@dn.pt



Margarida Blasco, ministra da Administração Interna, reuniu com 16 sindicatos e associações.

Ministra vai presidir pessoalmente às negociações com os sindicatos

SEGURANÇA A primeira reunião com os sindicatos da PSP e associações da GNR serviu para “trocar impressões” e marcação de um encontro a 22, esse sim, para iniciar as conversações.

TEXTO VALENTINA MARCELINO*

Margarida Blasco, ministra da Administração Interna vai presidir pessoalmente às negociações que vão decorrer com os sindicatos da PSP e as associações da GNR. Este foi o primeiro sinal claro do grau de envolvimento e compromisso que o Governo quis mostrar aos polícias no arranque das negociações. Mas não foi suficiente para esvaziar as expectativas criadas em relação à principal e, neste momento, única reivindicação que mobilizou protestos em todo o país: a atribuição de um Suplemento de Missão equiparado ao dos inspetores da Polícia Judiciária (PJ), que tem um valor de 1026 euros.

Depois de apresentar a equipa ministerial aos representantes das 16 estruturas e de uma “troca de impressões” e cumprimentos, Blasco lembrou o “caráter prioritário” referido no Programa do Governo do processo para “dignificação das carreiras” e “valorização profissional e remuneratória”. “O objetivo é resolver problemas concretos”, frisou ao

DN fonte governamental que acompanhou a reunião.

Ficou marcada uma nova reunião para dia 22 abril, essa sim, a primeira do arranque oficial das conversações, com a ministra a presidir e com a participação também de uma responsável do Ministério das Finanças. “O objetivo desta reunião foi ainda a apresentação da equipa do Ministério da Administração Interna (MAI) e do Ministério das Finanças envolvida neste processo negocial junto dos sindicatos e associações sindicais das forças de segurança. A ministra da Administração Interna transmitiu aos representantes a sua disponibilidade para ouvir todos, receber os contributos de cada uma das entidades e iniciar, com a brevidade possível, o respetivo processo negocial”, refere o comunicado oficial.

O porta-voz da plataforma que congrega 11 sindicatos e associações da PSP e GNR, Bruno Pereira, confirmou à saída do encontro que que a ministra assumiu que quer “negociar e resolver, em primeira linha e em primeira mão, a questão

do Suplemento de Missão”. O sindicalista, que preside também ao Sindicato Nacional dos Oficiais de Polícia, da PSP, acrescentou que a ministra considerou esta questão como prioritária.

Apesar da insistência dos jornalistas para que avançasse com alguma informação sobre como e quando será negociado este suplemento, a governante fintou as perguntas. A ministra considerou que os problemas da PSP e da GNR “não são só o Subsídio de Missão”. “As prioridades são todas. Temos de ter uma Polícia moderna, eficaz, com os meios que a dignificam. A negociação vai começar, vamos ver todos os pontos, calendarizá-los. Queremos cumprir o que está no Programa do Governo”, salientou.

De acordo com o comunicado oficial, a Ministra “transmitiu aos representantes a sua disponibilidade para ouvir todos, receber os contributos de cada uma das entidades e iniciar, com a brevidade possível, o respetivo processo negocial”, reconhecendo que “nesta reunião os representantes sindicais considera-

ram prioritária a atribuição do Suplemento de Missão”.

Até ao dia 22 de abril, o MAI “irá analisar todas as matérias em causa e contributos recebidos e elaborar o protocolo e modelo negocial a propor. O contributo de cada um tornará possível priorizar todas as questões levantadas, relacionadas na sua grande maioria com as carreiras, condições dos equipamentos e estruturas, assim como o estatuto remuneratório para, em conjunto, dignificar a carreira e o exercício das funções das forças de segurança portuguesas”.

O encontro com os sindicatos da PSP e associações da GNR foi anunciado ontem pelo primeiro-ministro, na Assembleia da República, no debate sobre o Programa do XXIV Governo Constitucional. Luís Montenegro afirmou então que serão iniciadas conversações com representantes das forças de segurança “com vista a tratar de assuntos relacionados com as carreiras e estatuto remuneratório”, estando a primeira reunião com as forças representativas das polícias marcada para hoje.”

*Com LUSA

BREVES

Outro processo de Costa também desce ao DCIAP

O processo que visa o ex-primeiro-ministro António Costa após uma queixa de Frederico Pinheiro, ex-adjunto do antigo ministro das Infraestruturas João Galamba, também desceu do Ministério Público (MP) junto do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) para a 1.ª Instância. “Confirma-se que estes autos que corriam termos no Supremo Tribunal de Justiça desceram ao DIAP de Lisboa”, adiantou ontem a Procuradoria-Geral da República (PGR), em resposta à Lusa, sobre o processo em que o ex-governante é visado por alegada difamação. A descida deste processo para o Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa surge na sequência da saída de António Costa do cargo de primeiro-ministro, função pela qual tinha direito a foro especial de investigação junto de um tribunal superior, ou seja, o STJ.

Rocha e Cotrim discursam em evento dos liberais europeus

O presidente da IL, Rui Rocha, e o cabeça de lista do partido às europeias, João Cotrim de Figueiredo, vão discursar hoje num evento do grupo liberal europeu Renew Europe, no Porto, foi anunciado. Em comunicado, a IL refere que o evento, realizado no âmbito das eleições europeias, irá decorrer no Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões, no Porto, e será dedicado “às pequenas e médias empresas, abordando temas como a inovação, os desafios de uma economia em rápida mudança, o Estado de Direito na União Europeia e a competitividade como elemento fundamental da autonomia estratégica da UE”. O evento vai contar com a presença da vice-presidente do Renew Europe, Katalin Kséch, assim como do vice-presidente do ALDE Party, Daniel Berg. Da parte da IL, discursarão Rui Rocha, João Cotrim de Figueiredo e a líder da bancada parlamentar do partido, Mariana Leitão.

Marcelo não fala sobre partidos até às Europeias

PRESIDENTE Por se estar em “pré-campanha eleitoral”, com vista às Europeias de 9 de junho, o chefe de Estado quer manter-se imparcial nos comentários sobre iniciativas partidárias.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, remeteu para depois das eleições europeias qualquer tipo de comentário sobre propostas do Programa do Governo ou iniciativas partidárias, alegando que o chefe de Estado só deve pronunciar-se depois desse ato eleitoral.

“Não me vou pronunciar sobre aquilo que é, neste momento, no debate partidário e no debate parlamentar, o começo de uma legislatura”, afirmou o Presidente da República, recusando comentar as medidas anunciadas no âmbito da discussão do Programa do Governo chefiado por Luís Montenegro.

Para Marcelo Rebelo de Sousa, “o diálogo é fundamental e uma força da democracia” e, “com a composição que tem esta Assembleia da República, faz mais sentido ainda”.

“O Presidente não se deve pronunciar sobre propostas e ideias, sugestões – tudo isso cabe aos partidos e cabe, por ventura, se for competência do Parlamento, à Assembleia da República”, salientou.

Questionado sobre se responderia ou não, por escrito, a uma Comissão de Inquérito sobre o “caso das gémeas” tratadas no Hospital de Santa Maria com um medicamento de milhões de euros, o Presidente remeteu a decisão para de-

pois das eleições europeias, marcadas para 9 de junho.

“Estamos em campanha eleitoral”, disse, lembrando que dentro de poucos dias termina o prazo para a apresentação de candidaturas às eleições europeias, e reafirmando que, durante a pré-campanha e a campanha, não se pronunciará “sobre iniciativas partidárias”.

“Se eu digo que gosto de uma iniciativa ou concordo com ela, faço campanha por um partido, se digo que não gosto ou que discordo faço campanha contra o partido e, portanto, até ao dia 9 de junho não me pronuncio”, disse Marcelo.

O Presidente da República falava em Santarém, à margem de uma aula sobre o 25 de Abril que lecio-

nou na Escola Secundária Sá da Bandeira.

Perante cerca de seis centenas de alunos e professores Marcelo Rebelo de Sousa falou sobre a revolução que levou à democracia para defender que “uma sociedade democrática admite todas as opiniões, até as opiniões contra a democracia, contra valores importantes da democracia”, e sublinhar que “cabe àqueles que defendem os valores lutarem por eles”.

“Mas uma sociedade tem de ter um mínimo de consenso”, acrescentou, sustentando que “a maioria dos portugueses deve estar de acordo quanto a alguns princípios fundamentais”, como a liberdade, independência, integração com os países de língua portuguesa, integração europeia e a relação com as comunidades espalhadas pelo mundo, entre outros.

Defensor de “um Portugal aberto e que aceita a diferença na religião, na política, na economia, na sociedade, no género”, o Presidente venceu que “a democracia deve ser representativa” e deve ser “rejuvenescida”.

Porque, se 50 anos depois do 25 de Abril, “a democracia está velha” e tem coisas que “precisam de ser melhoradas”, o que ninguém quer, rematou Marcelo, “é regressar à ditadura”.

DN/LUSA

O Presidente da República remeteu também para depois das Europeias a sua possível resposta sobre o “caso das gémeas” tratadas no Santa Maria.



Opinião
Viriato
Soromenho-
-Marques

As areias que sopram do futuro

O processo movido por seis jovens portugueses, vítimas dos grandes incêndios de 2017, contra Portugal e mais 31 países do Conselho da Europa (*ver crónica de 30/09/23*), devido à inação desses países no combate às alterações climáticas, não passou o crivo do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, em Estrasburgo. A razão para tal não reside na má técnica jurídica dos queixosos, ou numa malévola vontade dos juízes. O motivo é mais fundo: o Direito Internacional Público, nomeadamente ambiental, não se baseia no melhor conhecimento científico sobre a Terra como sistema ecológico vivo e interdependente, continuando refém de um conceito mecanicista de soberania territorial dos Estados, consolidado no século XVII.

Longe de Estrasburgo, as areias dos grandes desertos africanos, com um diâmetro tão fino que entram pelos pulmões adentro, já migraram, sem necessidade de documentação, para as latitudes de Portugal, Espanha e Europa do Sul. Juntamente com as secas crónicas, a rotina das ondas de calor, as cheias súbitas, os minitornados imprevisíveis...

É apenas o princípio. Um novo normal, em crescimento e agravamento exponencial. A crise global do ambiente e clima deverá atingir um sinistro ponto de rebaço lá para 2040, quando os primeiros aviões começarem a aterrar no novo aeroporto de Lisboa. Será um elefante tão branco que dispensará qualquer comentário para além do silêncio de muitos, e da vergonha de poucos. Será erguido depois da devastação de uma vasta zona estuarina, protegida por uma lei impotente.

Aliás, cada vez mais as “áreas naturais protegidas” se revelarão como territórios latentes, à espera de investidores. Reservas do capital e não da diversidade ecológica! O número de dias em que nin-

guém sairá à rua, sob pena de colocar a sua saúde em risco, deverá ter aumentado significativamente, em proporção direta com a perda de praias no litoral, devido à combinação entre erosão costeira e subida do nível médio do mar. Nos oceanos, os plásticos continuarão a crescer, inexoravelmente, até ao ponto em que o seu peso ultrapassará o do total de todas as criaturas marinhas. Então, já teremos as minas de lítio, promovidas por grande empresas e fundos de investimentos, a mais de meio do seu ciclo de vida. Forças de segurança serão destacadas para garantir que os protestos não se transformam em resistência ativa. Solos aráveis terão ficado irremediavelmente perdidos. Ribeiros e lençóis freáticos contaminados. Nichos de biodiversidade perderão a massa crítica mínima, e onde antes verdejava e cantavam as aves, ficará o sulco sombrio deixado pelas máquinas na terra árida e na pedra nua. E para quê? Para a “transição energética”? Para o “crescimento verde”?

É provável que essa Novilíngua, que usurpou, pirateou e intoxicou preocupações reais defendidas por gente séria, já tenha sufocado na sua própria nulidade. Outro linguajar será forjado, mas sem grande imaginação, nem despesa. Em 2050, em vez da miragem da neutralidade carbónica, a OCDE antecipava, para o cenário realista de tudo seguir como de costume, uma concentração infernal de 685 ppmv de CO₂ na atmosfera. Quando o futuro talvez pouco mais seja do que chegar ao dia seguinte, para propaganda bastará o novo *panem et circenses* digital mais elementar. Enquanto o tsunami do futuro se avoluma, os tambores de guerra continuam a ensurdecer o pouco de racionalidade e de espírito crítico que sobra nesta apática e triste Europa. Ferida de menoridade cognitiva, ética e política.

Professor universitário



Marcelo Rebelo de Sousa discursou perante cerca de 600 pessoas, numa escola em Santarém.

Com destino incerto, requerentes de asilo lotam jardim em Lisboa

IMIGRAÇÃO Largo da Igreja dos Anjos, em Arroios, tornou-se numa espécie de campo de refugiados. Sobre a situação dos estrangeiros, há um conflito de versões: DN atestou que alguns estão indocumentados, informação confirmada pela Câmara de Lisboa; a AIMA não responde e a PSP argumenta que todos estão regulares no território.

TEXTO **AMANDA LIMA**

FOTOS **CARLOS PIMENTEL E REINALDO RODRIGUES / GLOBAL IMAGENS**



“Só quero um trabalho e uma vida melhor.” Quem diz é um cidadão senegalês de 38 anos, um das dezenas de estrangeiros que atravessaram terra e mar em busca de um sonho na Europa e, agora, estão a sobreviver em tendas no largo e passeio da Igreja dos Anjos, em Arroios. Na longa viagem, viu seis pessoas morrerem afogadas durante a travessia numa piroga, embarcação improvisada, comum em África. Depois de percorrer seis países para chegar a Lisboa, o senegalês está há dois meses a dormir numa pequena tenda com mais duas pessoas, protegidos por um cobertor, encontrado no lixo, partilhado por todos. O futuro do senegalês e dos demais é incerto: nem as autoridades de Portugal ainda sabem ao certo o que fazer.

A Câmara Municipal de Lisboa começou, nesta semana, uma intervenção com o objetivo de “resolver a crescente concentração de pessoas em situação de semi-abrigo” no local. Há anos que o sítio, no coração do bairro, é utilizado como refúgio para cidadãos sem condições de terem um teto. A diferença é que, nos últimos meses, o número veio a aumentar, especialmente com requerentes de asilo de países como Senegal, Guiné, Gâmbia e Congo.

A escolha do local, segundo a Polícia de Segurança Pública (PSP), é por ser perto de um balcão de atendimento da Agência para as Migrações, Integração e Asilo (AIMA). A

Câmara Municipal de Lisboa e a AIMA fazem um “jogo do empurra” sobre as responsabilidades.

Sofia Athayde, vereadora dos Direitos Humanos Sociais, afirmou aos jornalistas que a AIMA foi alertada para a situação várias vezes nos últimos meses. “Fomos alertando e alertando inúmeras vezes e não podemos continuar a ter esta situação”, disse.

A AIMA respondeu ao DN que, “entre as atribuições da AIMA, não se encontra a possibilidade de interceder e identificar pessoas na via pública para verificar a sua situação documental”. A agência não respondeu ao DN sobre a situação documental dos cidadãos, enquanto a PSP afirma a este jornal que, “após fiscalização legal reali-

zada a 11 de abril, foi constatado que os visados se encontravam, de momento, em situação legal, com processos a decorrer na AIMA”, nomeadamente através da Manifestação de Interesse (MI). Foram identificadas 100 pessoas no local.

Porém, no terreno o DN identificou casos em que é tecnicamente impossível a solicitação da Manifestação de Interesse, uma vez que alguns não possuem passaporte, documento obrigatório para o procedimento. Ao mesmo tempo, outros são elegíveis para o pedido.

Ontem, a advogada Erica Acosta, realizou, com um conjunto de profissionais, um processo para regularização dos moradores. Ao DN, a voluntária relata que efetuou 10 submissões de MI. Na próxima semana, através de outro procedimento, vai solicitar, adicionalmente, um pedido de regularização por razões humanitárias a todos os cidadãos, entre eles os que não se enquadram para a MI.

Situação social

A intervenção no jardim, em Arroios, ocorre após reclamação de alguns moradores da zona, que se sentem inseguros. Ao DN, a PSP afirma que, “por vezes, gera alarme social entre os moradores da área”, por “conflitos esporádicos entre os semi-abrigo”, e que a problemática é mais “a nível social, em que as pessoas se encontram numa situação de particular fragilidade e de carência, em vertentes tão básicas e primárias, como não

“Fomos alertando e alertando a AIMA inúmeras vezes e não podemos continuar a ter esta situação”, disse Sofia Athayde, vereadora dos Direitos Humanos e Sociais da Câmara Municipal de Lisboa.

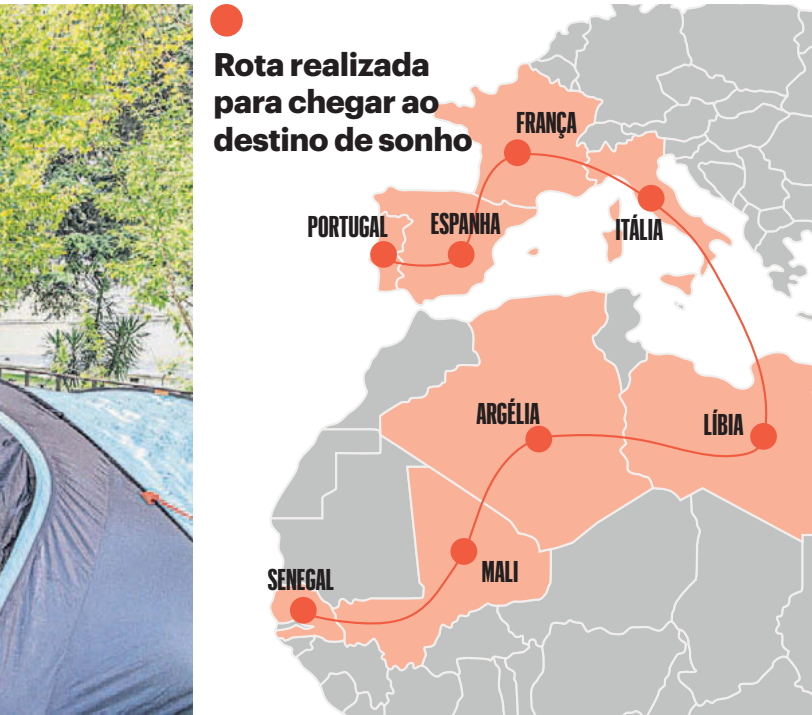


Jovem de 26 anos, vindo da Gâmbia, divide uma tenda no passeio da rua ao lado da igreja. Recebe doações de alimentos para sobreviver e não sabe o que lhe vai acontecer no futuro, mas garante que quer apenas um trabalho e viver em Portugal.

terem local onde pernoitar e na própria vertente alimentar”. Há relatos de moradores que deixaram de ir à igreja por receio de passarem no local.

A intervenção conjunta suscitou a mobilização de voluntários e entidades que atuam na defesa dos direitos de imigrantes. O DN notou que a fila de atendimentos com advogadas voluntárias era maior do que na tenda montada pelas autoridades para conferir a documentação.

Uma destas voluntárias foi Erica Acosta, já citada nesta reporta-



gem. Sentada nas escadarias da igreja com um portátil no colo, a profissional foi tentando perceber a situação dos que a procuravam. “A AIMA tem, reiteradamente, negado estes pedidos de asilo sem explicação e muitos deles nem sequer recebem notificações, porque não há uma morada para envio”, explica a profissional.

Outro problema é que as notificações enviadas são em português. A profissional encontrou três casos em que o pedido de asilo foi aceite, no entanto, os requerentes não sabem português para perce-

berem o documento. “Ou seja, já podem receber apoio da AIMA, mas continuam ali”, explica Acosta.

O idioma é um problema também para a entrevista dos requerentes. É o caso de um jovem de 21 anos, que teve o pedido de asilo negado e está a dormir numa tenda no jardim. Natural da Gâmbia, contou que a entrevista, realizada dia 1 de fevereiro, ocorreu em inglês, idioma que não domina.

De acordo com a advogada, é importante que a conversa seja num idioma em que o requerente

se possa expressar com clareza, uma vez que as informações prestadas são essenciais para a análise do pedido. O DN questionou a AIMA sobre a presença de intérpretes para o procedimento, mas não obteve resposta.

Responsabilidades repartidas e falhadas

A lei que determina as atribuições da AIMA diz que uma delas é, precisamente, “garantir apoio aos requerentes de proteção internacional até à decisão do pedido”. Ou seja, a AIMA, a mesma entidade criada para “prosseguir uma abordagem global na gestão das migrações e asilo, tornando o sistema mais eficiente e mais resistente a futuras pressões migratórias e crises humanitárias”, só possui a responsabilidade de cuidar dos requerentes de proteção internacional até terem uma resposta, positiva ou negativa.

Por outro lado, a mesma legislação determina que é a AIMA quem deve “promover o processo com vista ao seu afastamento coercivo” dos cidadãos com ordem de sair do país. A AIMA recusou-se a responder ao DN se há imigrantes no largo da igreja nesta situação. A lei portuguesa prevê que a decisão sobre admissão do pedido de proteção seja comunicada ao requerente no prazo de 48 horas, “com a menção de que deve abandonar o país no prazo de 20 dias, sob pena de expulsão imediata, uma vez esgotado esse prazo”.

As estatísticas oficiais mostram que o número de pedidos tem vindo a crescer no país. Em 2022 foram 1992 pedidos, enquanto que no ano passado saltaram para 2701. Até à data, a AIMA, que facultou ao DN os dados, recebeu 1180 pedidos de proteção internacional, uma média de 393 por mês no primeiro trimestre.

André Costa Jorge, diretor-geral do Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS) de Portugal, avalia que, em termos de abrigo, Portugal não possui estrutura física de acolhimento. “É preciso mais respostas, porque Portugal está a ser procurado por estas pessoas. Respostas essas que outros países já têm”, explica. A JRS está à espera de autorização para operar um novo centro de acolhimento em Vendas Novas, com capacidade para 100 pessoas. O centro localizado em Lisboa possui 30 camas, mas está sempre com lotação esgotada.

O Bloco de Esquerda, na reunião da Câmara de Lisboa, ontem, questionou a gestão de Carlos Moedas sobre a ação em Arroios. “É resultado da ação da CML, que encerrou a resposta da Pavilhão de Campolide”, denunciam.

A situação do largo da igreja, em Arroios, já havia sido alvo de reunião, a 27 de março, quando foi aprovado por unanimidade um “Voto de Preocupação” com o caso.

amanda.lima@globalmediagroup.pt



Opinião
Davide Amado

Os invisíveis de Lisboa

A crise económico-financeira dos últimos anos, resultante de uma pandemia e de uma guerra na Europa – a par da falta de investimento público e inovador na área das dependências –, é, muito provavelmente, a responsável pelo aumento do número de consumidores de substâncias psicoativas a céu aberto, em fracas condições de salubridade, e pelo crescimento do número de pessoas em situação de sem-abrigo na Avenida de Ceuta, em Lisboa. O fenómeno é típico de conjunturas como esta e, mais do que uma séria reflexão, merece intervenção rápida e determinada.

O acumular no espaço público de seringas e de outros materiais descartáveis associados ao consumo, não só colocam em risco a Saúde Pública dos próprios utilizadores de substâncias, como a saúde de moradores, estudantes, trabalhadores e transeuntes que frequentam ou atravessam este território.

A 25 de janeiro de 2024, uma Carta Aberta alertou para esta situação todos os organismos com responsabilidades e/ou capacidade de melhorar, criar ou adequar políticas públicas para uma intervenção adequada nesta área. A Carta foi subscrita por 14 entidades que, no âmbito das suas competências e esfera de ação, intervêm diretamente na Avenida de Ceuta e junto da população que ali vive, estuda ou trabalha. Entidades que se sentem impotentes para travar o fenómeno ou para desenvolver, sequer, o seu trabalho em condições de normalidade.

Desde o fim da pandemia de covid-19, ainda em 2021, que as Juntas de Freguesia de Alcântara e de Campo de Ourique, bem como as Comissões Sociais de Freguesia onde se encontram estes parceiros sociais, têm vindo a alertar os serviços municipais para a escala do problema.

Recentemente assistimos a um conjunto de intervenções levadas a cabo pelo Município de Lisboa, com ações pontuais de limpeza e o emparedamento dos espaços de consumo visíveis. Estas ações não são mais do que o camuflar do problema, já que se limitam a afastar os utilizadores de substâncias para zonas escondidas e de difícil acesso às equipas de rua, que são quem tem capacidade de intervir e ajudar estas pessoas. No fundo, estas intervenções só se

destinam a tornar o problema, e todos os que sofrem com ele, invisíveis aos olhos da sociedade.

Os consumidores dependentes de drogas são pessoas em sofrimento social, físico e psicológico, que alguns preferem ignorar. A condição humana destes cidadãos e o seu direito à cidade deveria ser motivação suficiente para voltar a dar prioridade a novas políticas públicas progressistas, capazes de responder eficazmente ao problema dos consumos e evitar o surgimento de uma ferida aberta na cidade, um novo Casal Ventoso.

Precisamos, mais do que nunca, de uma liderança capaz de definir uma estratégia integrada de longo prazo, algo que a Câmara Municipal de Lisboa tem revelado ser incapaz de assumir, ao remeter um problema desta dimensão e complexidade para o Governo. Quem considera não fazer parte do problema nunca fará parte da solução.

Todas as entidades que reagiram à Carta Aberta reconheceram a necessidade de mais investimento e de melhores respostas para enfrentar e, sobretudo, combater um problema que volta a renascer. Continuo a defender que cabe à Câmara Municipal de Lisboa a responsabilidade de liderar este processo e de, em estreita articulação com todas as entidades, encontrar as melhores soluções para a cidade. Carlos Moedas foi, até aqui, defensor de que tal responsabilidade recaía sobre o Governo central. Com a tomada de posse do novo Executivo, o presidente da câmara tem melhores condições para exigir essas soluções, pelo que aguardamos com expectativa a definição do seu posicionamento sobre o tema.

Em 2001, Portugal foi pioneiro na forma como tratou a dependência de drogas como uma doença, que exigia tratamento e não castigo penal, privilegiando o acompanhamento social em vez da exclusão. Nas palavras de Jorge Sampaio, responsável pelo fim do antigo Casal Ventoso e pela maior transformação desta zona da cidade, “a solidariedade não é facultativa, mas um dever que resulta do artigo 1.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (...)”.

Façamos, uma vez mais, prova de que sabemos estar à altura das nossas responsabilidades.

Presidente da Junta
de Freguesia de Alcântara



LUIS ROBAYO / AFP

Foram feitas colheitas de mosquitos em 231 concelhos de Portugal.

Identificados mais de 40 500 mosquitos em 2023. Não há sinais de dengue ou febre do Nilo

SAÚDE Maria João Alves, coordenadora da Rede Nacional de Vigilância de Vetores, considera, no entanto, que Portugal Continental vai acabar por ter casos destas doenças.

As autoridades identificaram no ano passado mais de 40 500 mosquitos, mas em nenhuma amostra foi detetada presença dos vírus que provocam doenças como a dengue, *chikungunya* ou febre do Nilo Ocidental, foi ontem divulgado.

Segundo o *Relatório Anual da Rede Nacional de Vigilância de Vetores (Revive)* foram identificados 40 565 mosquitos e, nas amostras em que foi pesquisada a presença de flavivírus patogénicos para os humanos, os resultados foram todos negativos. Participaram neste trabalho as cinco Administrações Regionais de Saúde e a Direção Regional de Saúde da Madeira, que realizaram colheitas de mosquitos em 231 concelhos de Portugal.

Foi igualmente feita vigilância em cinco aeroportos internacionais, dois aeródromos, 14 portos e 10 outros pontos de entrada de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional.

Ainda assim, a coordenadora do *Revive* considera que Portugal Continental vai acabar por ter casos de dengue ou *chikungunya*, mas vai demorar porque o mosquito transmissor é diferente do da Madeira e “menos eficaz”. “Este mosquito [*aedes albopictus*] vai-nos trazer casos de dengue e *chikungunya*, mas vai demorar”, disse à Lusa Maria João Alves, acrescentando que o mosquito presente em território continental é diferente do existente na Madeira [*aedes aegypti*] desde 2005.

A especialista explicou: “A Madeira, em três meses, teve 2164 casos e a Europa, em 13 anos, 165 casos”, designadamente em França, Croácia, Itália e Espanha, e metade destes casos ocorreram no ano passado.

Contudo, “vamos ter de ter as condições que estes países já têm, que é uma grande quantidade de mosquitos, uma grande abundância e introdução de casos positivos, ou seja, pessoas que cheguem positivas de zonas endémicas”.

O mosquito *aedes albopictus* foi pela primeira vez identificado na Região de Lisboa no ano passado. Já tinha sido detetado no Norte, em 2017, no Algarve, em 2018, e no Alentejo, em 2022.

O relatório anual do programa *Revive* apresenta este ano pela primeira vez dados sobre flebotomos (insetos), que transmitem o vírus Toscana e Leishmânia (parasita). Apesar de fazerem parte da rede de vigilância desde 2016, as colheitas eram ainda incipientes e apenas aparece no documento divulgado hoje pelo Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA).

No total, foram identificados no ano passado 761 flebotomos e detetada a presença de vírus Toscana, que provoca encefalites e nunca havia sido encontrado em Portugal em mosquitos, assim como de Leishmânia (que provoca leishmaniose).

Segundo Maria João Alves, em Portugal, o vírus Toscana foi isolado pela primeira vez de um caso humano em 1985, num turista sueco no Algarve.

O relatório do programa *Revive* refere ainda que foram identificados no ano passado 1810 ixodídeos (carraças), tendo sido encontrada de novo uma espécie exótica (*Argas spp.*). Das pesquisas feitas ao vírus da febre hemorrágica Crimeia-Congo não houve qualquer caso positivo.

DN/LUSA

BREVES

Lisboa. Marchas candidatas a património

As Marchas Populares de Lisboa são candidatas a integrar a lista nacional de Património Cultural Imaterial, com o objetivo de reconhecimento histórico e também de preservação desta tradição popular, anunciou ontem a Câmara Municipal. Numa nota, a autarquia anunciou que a candidatura é promovida pela Associação das Coletividades do Concelho de Lisboa (ACCL), com o apoio das 28 coletividades da cidade que anualmente preparam e apresentam as marchas em junho e do município. “A inclusão das Marchas Populares de Lisboa na Lista do Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial não só reconhecerá a sua importância histórica e cultural, mas também contribuirá para a preservação e promoção desta tradição única que enriquece o Património Cultural Português”, realçou a Câmara Municipal.

UE tenta limitar poluição por automóveis

O Conselho da União Europeia (UE) deu ontem luz verde às regras para limitar as emissões poluentes provenientes de automóveis e para a durabilidade das baterias. Em comunicado, o Conselho da UE diz que todos os automóveis, de ligeiros de passageiros a pesados de mercadorias, estão abrangidos pelo *Regulamento Euro 07*. Este oficializa as regras para “as emissões de escape dos veículos rodoviários, mas também para outros tipos de emissões, como a abrasão dos pneus e as emissões de partículas dos travões”. Irá ainda criar requisitos para a “durabilidade das baterias”, também responsáveis pela libertação de partículas poluentes. A libertação de óxido nítrico é uma das maiores preocupações de Bruxelas nesta matéria, por isso, também vai apertar as regras à quilometragem e tempo de vida útil de um carro.



Traficante de sonhos António Brito Guterres

Rua Ary dos Santos, Zambujal

Na subida da Serra D’Alrota, a caminho de Bucelas, é quase inimaginável que possamos estar a ser observados de baixo a partir da Rua Amílcar Cabral. O líder político guineense a quem a democracia portuguesa deve mais do que a maioria reconhece, encontra ali alguma redenção.

Da Serra e da bucólica vila de Bucelas, o Bairro do Zambujal não é mais do que um silêncio na paisagem, um desvio apenas ao alcance de quem lá mora.

A entrada no bairro faz-se pela Rua Ary dos Santos, onde, nos dias de hoje, escasseia a poesia. Talvez ainda se encontre parte dela nas vozes dos moradores quando dão a sua morada: “Rua José Carlos Ary dos Santos número 800 e...”, lembrando o nome completo do poeta e de como a toponímia foi obra de todos, bem como a construção de parte do bairro.

Sim, há poesia na resistência do Djunta Mon – na construção colectiva de uma comunidade territorial –, mas não há poesia numa sociedade que não oferece oportunidades de habitação justa aos seus constituintes e trabalhadores, de “dimensão adequada, em condições de higiene e conforto”, como diz o nosso artigo 65.º da Constituição.

Nem as nossas leis conseguimos cumprir e, por isso, hoje, a Rua José Carlos Ary dos Santos no Bairro do Zambujal sangra, pela destruição de parte das suas casas no pico da maior crise de habitação que conhecemos em democracia.

Na passada terça-feira, dia 9 de Abril, às 9.00 da manhã, a Câmara Municipal de Loures destruiu cinco casas da rua. Deram aos moradores presentes 30 minutos para retirar os seus pertences, aos ausentes em trabalho nem tanto, ficaram sem nada.

Vejo-os ali, a especular no entulho. Da criança que aponta para a sua casa agora desaparecida e imaginária, à mãe

de muitos que com desespero no olhar sabe que debaixo daquele betão destruído jamais vai recuperar o seu dinheiro, jóias, electrodomésticos e documentos.

No passado mês de Março, a Câmara Municipal de Loures reuniu com a Associação de Moradores do Bairro do Zambujal para lhes dar conta da estratégia de habitação para o bairro, que envolve fundos do Plano de Recuperação e Resiliência. Sem que estivesse na ordem de trabalhos, a vereadora Sónia Paixão avisou os presentes de que se iria proceder à demolição de um conjunto de casas que não estavam registadas no último recenseamento habitacional do bairro, realizado em 2001. Não disse quais, nem quando.

Das cinco casas destruídas esta semana, algumas eram anexos a casas existentes, outras eram de facto habitações inteiras. Havia anexos com 1 ano e com 4 anos. Havia casas com 15 e 20 anos. Em todas moravam pessoas.

Na hora da destruição das casas, os moradores sabiam que a Lei de Base da Habitação os protegia no sentido de terem de ser avisados com antecedência das demolições e de ser oferecida uma alternativa de habitação. É por isso que a declamação actual dos moradores da Rua Ary dos Santos e do Bairro do Zambujal é de sobressalto, frustração e desespero. O que fazemos quando uma autarquia armada com polícia e máquinas viola os nossos direitos?

Continuamos a perpetuar a maior cobardia que uma sociedade pode ter: criminalizar a pobreza.

Já fui de um tempo em que retirar uma casa a alguém era uma comoção colectiva. Agora sou de um tempo em que destruir a casa de alguém dá votos. Há que mudar.

Investigador. Escreve ao abrigo da antiga ortografia.

● BREVES

Consumo de água no Algarve baixou em março

O consumo de água no Algarve desceu 17,9% em março, comparativamente com o mês homólogo de 2023, uma redução global superior aos 15% imposta pelo Governo ao setor urbano, onde se inclui o turismo. Segundo dados divulgados pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) referentes a 31 de março, primeiro mês com restrições impostas pela resolução do Conselho de Ministros para combater a seca no Algarve, “os municípios algarvios não ultrapassaram” o volume fornecido no período homólogo de 2023, apresentando uma poupança de 884 mil metros cúbicos de água. O setor agrícola e do golfe também gastaram menos água, consumindo no total menos 870 000 metros cúbicos, comparativamente com o mesmo mês de 2023. Apesar da redução dos consumos em todos os setores, o Algarve mantém-se em situação de seca hidrológica extrema.

Médicos católicos contra decisão do PE

Médicos e juristas católicos criticaram ontem a aprovação pelo Parlamento Europeu do pedido de inclusão na *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia* do direito ao aborto, considerando que aquele órgão “não podia ter dado pior exemplo”. “Embora não seja vinculativa, a Resolução do Parlamento Europeu é uma afronta ao princípio da União de Direito e da democracia: não se integra nas competências que os Tratados Europeus atribuem ao Parlamento Europeu, não foi precedida de discussão alargada, referem as associações dos Juristas Católicos (AJC) e dos Médicos Católicos Portugueses (AMCP) em comunicado conjunto. Para estas duas estruturas, “a resolução faz tábua rasa da própria *Carta de Direitos Fundamentais*, que afirma, no seu Preâmbulo, que a União ‘coloca o ser humano no cerne da sua ação’”.



Opinião
Catarina
Marques Rodrigues

O que é que as mulheres querem?

Podia ser o título de uma extensa tese de doutoramento ou de um estudo profundo, em que se ouvissem milhares de especialistas para descobrir a fórmula mágica. Mas poupemos o trabalho, porque a questão não carece de investigação de grande envergadura: querem que as deixem em paz. Querem que parem de questionar direitos consagrados, querem que não as façam sentir como seres de segunda (como outrora estava legislado), querem ser donas dos seus corpos sem os dedos do privilégio masculino agressivamente apontados para elas, querem escolher livremente o que fazer com as suas vidas sem a obrigação de obedecer a um regulamento de papéis de género que nenhuma delas assinou, mas que lhe foi imposto assim que foram identificadas como mulheres.

Definir a expectativa de percurso de vida com base na biologia é aberrante, é cruel, é fraco e ultrapassado do ponto de vista intelectual, social e humano. É seguir a lógica que permitiu a escravatura, que amarrava as mulheres às cozinhas e aos quartos para exercerem o seu “estatuto natural” de parideiras, cozinheiras, objetos sexuais, seres amorfos e vazios de capacidade para contribuir para a sociedade.

O que é que as pessoas do género feminino têm que as torne mais aptas para as tarefas domésticas ou menos aptas para o trabalho intelectual? Nada. O que é que os homens têm que os torne menos aptos para lavar uns pratos e mudar umas fraldas? Nada também. Então, o que é que prevalece na poeira dos dias e, volta e meia, nos assalta a atenção em forma de livro? Um sistema construído com base no poder de metade da popula-

ção, em parte, à custa da outra metade – e o medo de que esse sistema se esteja a esgotar. Teme-se a “substituição”, porque não se sabe como seria o mundo de outra maneira, porque há clubes e códigos formados entre privilegiados e porque não se sabe como viver fora deles.

Ensinar a geração das mulheres que têm hoje 30 a 40 anos a ser extremamente independentes e livres. Ensinar-nos que podíamos ser tudo: além de esposa e mãe (os tais papéis que sempre nos foram agraçados), podíamos também estudar até ao último nível do Ensino Superior, ter uma carreira sólida, chegar a CEO, ser empreendedoras, viajar sozinhas, explorar a sexualidade livremente, morar sozinhas, expor o nosso corpo como exercício de empoderamento, levantarmo-nos na mesa de reuniões para fazermos valer a nossa opinião.

Acabou a era da dependência e da voz baixa para não incomodar, disseram-nos. E nós acreditámos. Mas falharam. Não ensinaram os homens à nossa volta a ser adultos funcionais no cuidado de uma casa, não treinaram os homens para o gosto pelo trabalho afetivo, não mostraram aos homens como o mundo é diferente para eles e para elas, não os estimularam a levantar-se pelas mulheres, não educaram os homens para viverem abertamente as suas emoções nem para falarem sobre os seus sentimentos, não lhe ensinaram que a dominação como característica masculina é uma farsa para alimentar a desigualdade e para também os prejudicar a nível mental e emocional, não os ensinaram a amar mulheres independentes.

E agora, como mostram as estatísticas recentes, temos mulheres cada vez mais progressistas e homens mais conservadores, que se alimentam de discursos reacionários até há uns anos socialmente condenáveis.

É chocante a ousadia com que um grupo de homens vem questionar publicamente questões como a “opressão das mulheres” historicamente retratada ou o “direito ao aborto”, instituído em Portugal há 17 anos. Haverá maior prova de que o privilégio masculino é real?

“Definir a expectativa de percurso de vida com base na biologia é aberrante, é cruel, é fraco e ultrapassado (...).”

Jornalista especialista em igualdade de género



Opinião
Rute Agulhas

Já não existe desejo entre nós

Esta é uma queixa recorrente por parte de muitos casais. No início era a paixão, pausada por um forte desejo sexual e romântico, intenso e excitante. O convívio frequente acaba, depois, por potenciar uma maior intimidade no casal, com vontade em manter a proximidade e em conhecer-se melhor a outra pessoa, aumentando a ligação emocional. E, para muitos casais, a relação evolui para um maior compromisso – deseja-se permanecer com o outro, partilhar sonhos e conquistas e manter um vínculo afetivo.

O tempo e a rotina e, por vezes, também alguma dose de desilusão face ao outro, podem levar ao desgaste da relação. Os parceiros sentem que a paixão murchou. Alguns sentem mesmo que resta apenas a amizade. Outros, pelo contrário, sentem que

resta uma sensação de compromisso, mas sem intimidade... o que podemos chamar de “amor vazio”.

Para muitas pessoas, viver um “amor vazio” é manifestamente insuficiente e gerador de uma enorme frustração. Mas é preciso investimento para conseguir alcançar – e manter – um amor companheiro, com intimidade, amizade e compreensão mútua.

A intimidade e o desejo não nascem de geração espontânea.

Ser íntimo é pertencer ao mundo do outro, construindo um espaço relacional seguro onde sentimos que tudo podemos partilhar. Um espaço relacional que apenas é possível com respeito pelo espaço do outro, permitindo a individualidade de cada um dos parceiros. Falamos de uma relação que possibilite a novidade e a surpresa, ajudando a superar a monotonia e a rotina, tão frequentes nos relacionamentos de longa duração.

E quando os parceiros sentem que a chama do desejo se extinguiu, é possível reacendê-la, com a ajuda preciosa da imaginação e da fantasia. Investir no tempo a dois (sem filhos, nem trabalho), escutar, tocar (e deixar-se tocar), dando asas à imaginação e à aventura e permitindo-se descobrir coisas novas são ingredientes-chave neste processo de resgate do desejo extinto.

Pensemos, pois, nas relações amorosas como uma verdadeira aventura, inquieta e desassossegada, cheia de imprevistos, crises e resiliência. Uma aventura onde é preciso nutrir e ser-se nutrido, cuidar e ser-se cuidado, surpreender e ser-se surpreendido, continuamente.

Psicóloga clínica e forense, terapeuta familiar e de casal

“Pensemos, pois, nas relações amorosas como uma verdadeira aventura, inquieta e desassossegada, cheia de imprevistos, crises e resiliência.”



Opinião Anselmo Borges

Saúde, medicina, salvação

Os doentes estiveram entre as preocupações e cuidados maiores de Jesus. A saúde é, de facto, um bem precioso, mas só damos por isso, quando a perdemos.

A saúde tem um carácter pluridimensional. No sentido autenticamente humano inclui vários níveis:

a) a saúde somática: o bom estado físico, portanto, um organismo capaz de desempenhar normalmente as suas funções;

b) a saúde psíquica: autonomia mental para enfrentar as dificuldades do meio e capacidade para estabelecer relações gratificantes interpessoais e com o ambiente;

c) a saúde social: se não cuida do meio ambiente, da habitação, da alimentação, da harmonia social, da saúde pública, como salvaguardarão as pessoas a sua saúde?

d) a saúde ecológica: se o homem é solidário da biosfera em geral, a sua saúde dependerá da saúde ambiental: ar puro e não-contaminado, água limpa, ambiente belo, sem poluição sonora;

e) a saúde espiritual e religiosa: a dimensão de transcendência do ser humano tem de ser salvaguardada, num duplo sentido: a interioridade e a transcendência são elementos constituintes da saúde plenamente humana, mas será necessário prevenir contra crenças e ideias neuróticas, que prejudicam o ser humano.

Depois da Segunda Guerra Mundial, divulgou-se a definição de saúde da Organização Mundial de Saúde, que a considera “um estado de completo bem-estar físico, mental e social”. Mas ela foi acusada de dar uma concepção estática de saúde. Haveria também o perigo de esquecer a capacidade de integração do sofrimento e da própria morte. Impõe-se, por outro lado, acentuar a importância da relação com o ambiente material e humano, em constante transformação. Assim, Francisco J. Alarcos, depois de considerar todos estes níveis e dimensões, esboçou a seguinte tentativa de definição: “A saúde é a capacidade de realizar eficazmente as funções requeridas num dado meio, e como este meio não deixa de evoluir, a saúde é um processo de adaptação contínua a múltiplos micróbios, contaminações, tensões e problemas que o Homem diariamente tem de enfrentar. Mas o sujeito humano está também em constante evolução. A saúde é a capacidade de adaptar-se a um meio ambiente que muda; capacidade de

crescer, de envelhecer, de sarar, por vezes com sofrimentos inevitáveis, e finalmente de esperar a morte em paz.”

A saúde comporta viver com sentido e, portanto, estar a salvo de tudo o que desumaniza e impede a realização adequada e plenamente humana. Por exemplo, saudar (de *salutem dare*) significa que estar são inclui “dar saúde” a quantos nos rodeiam, viver em solidariedade com todos, na alegria e na dor. No sentido íntegro da palavra, saúde é sinónimo de viver humana e harmoniosamente, com inclusão da esperança e da abertura à transcendência. Há hoje imensos estudos científicos que mostram a relação positiva entre uma prática sadia da religião e a saúde e até maior longevidade.

Mas acontece que ficamos doentes. Então socorremo-nos dos médicos. Também aqui a etimologia das palavras é iluminante. Significativamente, o radical *med.*, donde deriva em latim *mederi*, com o sentido de ponderar, curar, cuidar de, restabelecer o equilíbrio, está na base de moderação, medicina e meditação. Aí está, pois, a saúde com o sentido holístico de harmonia, e o médico e o doente não se encontram como um técnico e uma máquina (o corpo) desarranjada, mas como dois seres humanos em diálogo, estabelecendo um pacto: o doente entrega-se à solicitude de outro ser humano, que, afectado por um pedido, escuta compassivamente e põe a sua arte ao serviço de uma existência ameaçada.

Isso acontece, em princípio, numa clínica, num hospital. Veja-se, mais uma vez, a etimologia. Clínica provém do grego *klinēin*, inclinar-se. Hospital relaciona-se com hóspede. Um hospital deveria ser, portanto, sempre o lugar da hospedagem acolhedora e amiga. Mas é-o realmente? Veja-se a conexão entre as palavras latinas *hospes* e *hostis* (hóspede e inimigo, respectivamente), como pode ver-se, por exemplo, hoje na palavra *hostel*, como se o hóspede, enquanto estranho, fosse ou pudessem tornar-se alguém hostil. Nos hospitais, hoje, para lá da *efectividade*, torna-se, pois, urgente recuperar a *afectividade* da hospedagem, para que o doente e o moribundo possam ser reconhecidos na sua dignidade e não como alguém estranho e hostil.

É bom saber do sentido holístico de saúde – sem esquecer Kant dizendo que O Céu, para aliviar as muitas dificuldades,



PEDRO CORREIA / GLOBAL IMAGENS

“

Aí está, pois, a saúde com o sentido holístico de harmonia, e o médico e o doente não se encontram como um técnico e uma máquina (o corpo) desarranjada, mas como dois seres humanos em diálogo.”

nos deixou três coisas: “A esperança, dormir bem, rir com alegria” –, que implica também, no meio da agitação constante, capacidade para parar e não esquecer o melhor e poder pensar e meditar e ouvir música e contemplar a beleza de uma simples folha de erva, de um pôr-do-sol e do céu estrelado na sua quietude exaltante. Outra vez a etimologia: pensar vem do latim *pensare*, pesar razões, mas de *pensare* provém também o penso sanitário: pensar cura. Aí está, pois, a ameaça hoje das redes sociais e do “dedar” constante e absorto nos ecrãs e as nefastas consequências desse brutal consumo para o cérebro ao nível da saúde mental e da capacidade para ler, reflectir, estudar...

A saúde está intrinsecamente vinculada ao cuidado. Viver é cuidar. Cuidar de nós, cuidar dos outros – a solidão mata –, cuidar da natureza, dos amigos – a vida sem amigos não presta –, cuidar do Sagrado, da Transcendência, do sentido, Sentido último. *Salus, salutis* dá origem a saúde e a salvação.

Padre e professor de Filosofia.
Escreve de acordo com a antiga ortografia

Bélgica investiga subornos a eurodeputados para divulgar propaganda da Rússia

EUROPA A desinformação estava a ser propagada *online* no site Voice of Europe e estarão envolvidos eleitos ao Parlamento Europeu originários da Bélgica, França, Alemanha, Hungria, Países Baixos e Polónia.

TEXTO ANA MEIRELES

A justiça da Bélgica abriu uma investigação sobre a “interferência” russa no Parlamento Europeu, após alegações de que eurodeputados foram pagos para divulgar propaganda do Kremlin, anunciou ontem primeiro-ministro belga. Um processo que surge a menos de dois meses das eleições europeias. “As nossas autoridades judiciais confirmaram agora que esta interferência está sujeita a processo”, explicou Alexander De Croo. “Os pagamentos em dinheiro não ocorreram na Bélgica, mas a interferência sim. Como a Bélgica é a sede das instituições da União Europeia, temos a responsabilidade de defender o direito de todos os cidadãos ao voto livre e seguro.”

O líder do Governo da Bélgica, país que até ao final de junho está a presidir ao Conselho da União Europeia, adiantou ainda que este assunto será discutido no Conselho Europeu marcado para quarta e quinta-feira da próxima semana. Segundo De Croo os objetivos “claros” de Moscovo são “ajudar a eleger mais candidatos pró-Rússia para o Parlamento Europeu e reforçar a narrativa pró-Rússia naquela instituição”.

O Ministério Público Federal da Bélgica confirmou à AFP que a investigação sobre indivíduos ou organizações estrangeiras suspeitas de fazerem “doações, empréstimos ou dar vantagens” para ganhar influência começou esta quinta-feira. O crime acarreta penas que vão de seis meses a cinco anos de prisão e multas entre os mil e os 20 mil euros.

Há cerca de um mês, a República Checa já havia dito que o seu serviço de inteligência tinha descoberto uma rede que usava legisladores da União Europeia para espalhar propaganda russa através do site de notícias Voice of Europe, com sede em Praga. Agora, a Bélgica afirma que os seus próprios serviços determinaram que alguns dos eurodeputados foram pagos para promover a propaganda de Moscovo.

“Se houver algum tipo de suborno – e os nossos serviços indicam que houve pagamentos –, embora sejam necessários dois lados para que isso aconteça, há pessoas que organizam isso, mas também há pessoas a recebê-lo”, prosseguiu De Croo.



Há pouco mais de um ano, o Parlamento Europeu já tinha sido alvo de outro caso de corrupção.

Os eurodeputados estão obrigados a seguir regras rigorosas em matéria de independência e ética e podem enfrentar sanções – financeiras e outras – se as violarem. O grupo dos Verdes no Parlamento Europeu e um diário checo avançaram que os eurodeputados sob suspeita são originários da Bélgica, França, Alemanha, Hungria, Países Baixos e Polónia.

Derrota da Ucrânia

O site Politico noticiou esta semana ter identificado 16 eurodeputa-

dos que apareceram no Voice of Europe, todos eles políticos de extrema-direita. “Se for uma guerra de civilização, bem, espero que a civilização na Ucrânia perca”, disse Marcel de Graaff, um eurodeputado neerlandês de extrema-direita, num estúdio de televisão dentro do Parlamento Europeu, em outubro passado, segundo o Politico.

“A Ucrânia tem de se tornar uma zona tampão desmilitarizada”, argumentou Maximilian Krah, um político de extrema-direita da Alemanha, dirigindo-se aos outros quatro participantes num debate organizado pelo Voice of Europe.

Já o jornal checo *Denik N* e a revista alemã *Der Spiegel* nomearam dois dos principais candidatos alemães do partido de extrema-direita Alternativa para a Alemanha (AfD), Petr Bryston e Maximilian Krah, como políticos suspeitos de receberem fundos russos para divulgar os pontos de discussão do Kremlin. Os dois negaram ter recebido qualquer pagamento, mas o *Denik N* noticiou que os serviços secretos checos tinham uma gravação áudio implicando Bryston.

Eleitos detidos no Qatargate

A revelação deste caso faz lembrar o *Qatargate*, denunciado em dezembro de 2022, no qual vários eurodeputados foram acusados de serem pagos para promover os interesses do Qatar e de Marrocos, alegações negadas pelos dois países. A primeira afetada foi a então vice-presidente do Parlamento Europeu, a socialista grega Eva Kaili, detida em flagrante delito. Também o ex-eurodeputado socialista italiano Pier Antonio Panzeri, considerado o cabecilha do esquema, foi detido, tendo entretanto feito um acordo para colaborar com a investigação judicial belga, em troca de uma redução da sentença. No rol dos detidos estão ainda o companheiro de Kaili, o lobista Niccolò Figa-Talamanca, o eurodeputado italiano Andrea Cozzolino e o belga Marc Tarabella.

Alexander De Croo afirmou ontem também que a Bélgica iria promulgar ainda esta semana uma nova lei contra este tipo de interferências e apelou à criação de mais ferramentas a nível da União Europeia para combater a propaganda e a desinformação russas. Sugeriu ainda que os procuradores belgas deveriam solicitar uma reunião urgente da agência Eurojust, que trata da cooperação jurídica transfronteiriça dentro da UE.

A Chéquia colocou o Voice of Europe e dois ucranianos pró-Kremlin – Viktor Medvedchuk (um dos líderes do Voice of Europe e próximo de Putin) e Artem Marchevsky – na sua lista de sanções em relação às atividades da rede pró-Rússia.

Ontem, o Voice of Europe disse estar a ser “estigmatizado de forma injusta e implacável”, juntamente com “agricultores europeus, partidos antiglobalistas em ascensão política, apoiantes destes partidos, o antigo presidente dos EUA Donald Trump e o primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán”.

ana.meireles@dn.pt

Primeiro-ministro belga defende que a União Europeia tem de criar mais ferramentas para combater a propaganda e desinformação russas.



ANATOLI STEPANOV / AFP

A indústria de armas da Ucrânia está a crescer, mas será que o está a fazer com a rapidez suficiente?

GUERRA É aceite que Kiev precisa de reconstruir a sua indústria de Defesa interna para que as suas Forças Armadas não tenham de depender, durante anos, do Ocidente, que por vezes hesitou em enviar sistemas de armas sofisticados para apoiar a Ucrânia no conflito com a Rússia.

TEXTO LARA JAKES, THE NEW YORK TIMES

Os militares ucranianos tinham apenas um canhão de artilharia *Bohdana* no seu arsenal quando a Rússia invadiu o país há dois anos. No entanto, essa única arma, construída na Ucrânia em 2018 e capaz de disparar munições do calibre da NATO, revelou-se tão eficaz nos primeiros dias da guerra que foi transportada de camião para campos de batalha em todo o país, desde a cidade de Kharkiv, no nordeste, até à costa sudoeste ao longo do Mar Negro e pontos intermédios. Agora, a indústria de armamento da Ucrânia está a construir oito sistemas de artilharia autopropulsada *Bohdana* todos os meses e, embora as autoridades não digam quantos fabricaram no total, o aumento da produção sinaliza uma potencial expansão na produção doméstica de armas do país.

A aceleração acontece num momento crucial. A máquina de guerra da Rússia já está a quadruplicar a produção de armas numa laboração de 24 horas por dia. As forças da Ucrânia estão a perder território em algumas áreas-chave, incluindo a estratégica cidade oriental de Avdiivka, de onde se retiraram em

fevereiro. Um pacote de ajuda dos EUA ainda está pendente no Congresso. Embora as empresas europeias de Defesa estejam a iniciar cautelosamente operações na Ucrânia, os principais produtores de armas americanos ainda não se comprometeram a estabelecer-se no meio de uma guerra.

É amplamente aceite que a Ucrânia precisa de reconstruir a sua indústria de Defesa interna para que as suas Forças Armadas não tenham de depender, durante anos, do Ocidente, que por vezes hesitou em enviar sistemas de armas sofisticados, incluindo defesas aéreas, tanques e mísseis de longo alcance. Resta saber se isso poderá ser feito a tempo de alterar a trajetória de uma guerra que seria ainda mais tênue sem mais ajuda militar dos EUA.

No entanto, os engenheiros militares da Ucrânia já demonstraram uma capacidade surpreendente em equipar sistemas de armas mais antigos com poder de fogo mais moderno. Só no último ano, as empresas de Defesa da Ucrânia construíram três vezes mais veículos blindados do que fabricavam antes da guerra e quadruplicaram a produção de mísseis antitanque, de acordo com do-

cumentos do Governo ucraniano a que o *New York Times* teve acesso.

Prevê-se que o financiamento para investigação e desenvolvimento aumente oito vezes neste ano, de 162 milhões de dólares para 1,3 mil milhões, de acordo com uma análise do orçamento militar da Ucrânia até 2030 realizada pela Janes, uma empresa de informação de Defesa. As compras militares saltaram para um máximo previsto em 20 anos, de quase 10 mil milhões de dólares em 2023, em comparação com um valor pré-guerra de cerca de mil milhões de dólares por ano.

“Dizemos que a morte do inimigo começa connosco”, disse Alexander Kamyshin, ministro das Indústrias Estratégicas da Ucrânia, numa entrevista no mês passado no seu escritório, num indiferenciado edifício de tijolos em Kiev, escondido entre restaurantes e blocos de apartamentos. “Trata-se de mostrar que não ficamos sentados à espera até que nos venham ajudar”, disse. “Trata-se de tentar fazermos as coisas nós mesmos.”

Algumas armas estão a revelar-se mais difíceis de produzir na Ucrânia do que outras. Incluem projéteis de artilharia de 155mm, que são extremamente necessários no campo de batalha, mas dependem de matérias-primas importadas e de direitos de licenciamento de fabricantes ou Governos ocidentais. Kamyshin disse que a produção interna de munições de 155mm estava “a caminho”, mas não disse quando.

Outro o principal fornecedor da União Soviética, a indústria de Defesa da Ucrânia encolheu ao longo de três décadas de cortes orçamentais depois de o país ter declarado a independência em 1991. O Governo de Kiev planeia agora gastar cerca de seis mil milhões de dólares este ano em armas fabricadas na Ucrânia, incluindo um milhão de *drones*, mas, disse Kamyshin, “podemos produzir mais do que os fundos que temos disponíveis”.

O longo período de declínio pode ser difícil de superar. Para reiniciar a produção do canhão de artilharia 2S22 *Bohdana*, por exemplo, as autoridades tiveram de localizar os *designers* e engenheiros originais da arma, alguns dos quais tinham sido colocados em tarefas militares menores por toda a Ucrânia.

Em junho de 2022, as forças ucranianas estavam a utilizar o alcance de 30 milhas do *Bohdana* para atingir e destruir as defesas aéreas russas na batalha bem-sucedida pela Ilha da Serpente, no Mar Negro.

“Foi uma grande surpresa para os russos”, disse o major Myroslav Hai, oficial de operações especiais que ajudou a libertar a ilha. “Eles não conseguiram entender como alguém conseguia usar artilharia a esta distância.”

Na Europa, os líderes políticos que se preocupam com a erosão do apoio americano e os executivos empresariais que veem novas oportunidades de mercado estão a pro-



A produção ucraniana de munições de 155mm estará “a caminho”.



O Governo de Kiev planeia gastar cerca de seis mil milhões de dólares este ano em armas fabricadas na Ucrânia, incluindo um milhão de *drones*.

mover empreendimentos de produção militar na Ucrânia, mesmo que possam decorrer vários anos até que qualquer uma dessas armas ou material chegue ao campo de batalha.

A gigante alemã de armas Rheinmetall e a fabricante turca de *drones* Baykar estão em processo de construção de fábricas na Ucrânia. O ministro da Defesa francês disse em março que três empresas francesas que produzem *drones* e equipamento de guerra terrestre estavam perto de acordos semelhantes. No mês passado, a Alemanha e a França anunciaram um consórcio através do conglomerado de Defesa KNDS para construir peças para tanques e obuses na Ucrânia e, por fim, sistemas de armas completos.

Especialistas disseram que os militares da Ucrânia posicionaram sistemas de defesa aérea em torno de algumas das suas fábricas de armas mais críticas. É provável que as centrais apoiadas por estrangeiros sejam construídas em grande parte no oeste do país, longe das linhas da frente, mas também protegidas por defesas aéreas.

Christian Seear, diretor de Operações na Ucrânia da empresa militar BAE Systems, com sede na Grã-Bre-

tanha, disse que mesmo os movimentos emergentes dos produtores estrangeiros enviam “uma mensagem crucial de que é possível ir à Ucrânia e preparar as coisas”.

Embora a BAE Systems pretenda fabricar armas na Ucrânia no futuro, disse Seear, a empresa está atualmente focada numa abordagem de “consertar para usar”, para reparar armas danificadas em batalha em fábricas na Ucrânia para levá-las de volta às linhas de frente mais rapidamente. Muitas das armas utilizadas na guerra terrestre da Ucrânia, incluindo os obuses *M777* e *Archer*, os veículos de combate *Bradley* e *CV90* e os tanques *Challenger 2*, são fabricadas pela BAE Systems.

“Queremos manter essas coisas em combate e está a ficar bastante evidente que não é possível continuar a manutenção desses ativos nos países vizinhos”, disse Seear. “Não é aceitável que uma guerra de desgaste de longo prazo tenha centenas de obuses confiáveis e de alta qualidade a terem de viajar centenas de quilómetros.”

Até ao momento, disseram autoridades ucranianas e norte-americanas, nenhum grande fabricante de armas americano anunciou pla-

nos para abrir linhas de produção na Ucrânia. No entanto, alguns altos executivos visitaram Kiev nas últimas semanas para se reunirem com Kamyshin e outros funcionários, e a Administração Biden organizou reuniões em dezembro para juntar líderes ucranianos e empresários militares dos EUA.

Ajudar a Ucrânia a reconstruir a sua indústria de Defesa tornou-se ainda mais vital, uma vez que os republicanos no Congresso bloquearam 60 mil milhões de dólares em ajuda militar e financeira à Ucrânia. (No entanto, o presidente da Câmara dos Representantes, o republicano Mike Johnson, disse estar à procura de formas politicamente simpáticas de levar o pacote de ajuda a votação.)

Contudo, uma rede de burocracia em Kiev ameaça abrandar pelo menos alguns investidores, à medida que procuram apresentar propostas através de três ministérios, Defesa, Transformação Digital e Indústrias Estratégicas de Kamyshin.

“Estamos a tentar entender como tudo isso se encaixa e como funcionam juntos”, disse William B. Taylor, ex-embaixador em Kiev que lidera um esforço do Instituto da Paz dos

EUA para ajudar a unir empresas de Defesa americanas e ucranianas.

“As empresas americanas têm muitas oportunidades de investir noutros lugares do mundo”, disse Taylor. “Este é um ponto em que os interesses nacionais dos EUA estão em jogo, por isso daríamos um passo extra para ajudar a fazer essas ligações.”

Dado que as munições de artilharia de calibre 155mm são desesperadamente necessárias, Taylor sugeriu que um consórcio inicial entre empresas ucranianas e americanas poderia concentrar-se no aumento da sua produção.

Os produtores europeus já estão a aventurar-se nesse mercado. “Se os europeus se envolverem no seu desenvolvimento com a dimensão que prometem, penso que resolveremos o problema da *fome de bombas* ao longo do tempo”, disse Oleksandr Syrskyi, comandante das Forças Armadas da Ucrânia, à imprensa estatal ucraniana numa entrevista publicada na semana passada.

Embora os fabricantes ucranianos estejam proibidos de exportar armas até que a guerra termine, Kamyshin parece ansioso por competir com os produtores de armas estrangeiros.

Orador vigoroso, com uma pera e um penteado que ostenta uma pouca tradição usada pelos cossacos ucranianos, Kamyshin faz parte do que Taylor descreveu como uma nova geração de líderes na Ucrânia – aos 39 anos, um jovem empreendedor que ascendeu rapidamente nas fileiras do Governo.

Depois da sua nomeação como ministro, em março de 2023, Kamyshin visitou quase todas as fábricas de armas na Ucrânia e disse que encontrou uma indústria que necessitava urgentemente de uma revisão. Em alguns lugares os operários trabalhavam em fábricas danificadas, noutros, os mísseis eram construídos manualmente.

Embora tenha dito que a produção está a avançar de forma mais tranquila agora, ele ainda recebe atualizações diárias sobre linhas de montagem cruciais para identificar rapidamente falhas e depressa as corrigir. “Estamos a movimentar as coisas de forma mais rápida e barata, e elas funcionam”, disse Kamyshin numa entrevista que foi tanto um discurso de vendas para armas construídas internamente como uma discussão sobre investimentos estrangeiros.

“Um dia juntar-nos-emos a vocês e à NATO”, disse ele com confiança. “Portanto, se trabalharem connosco, estaremos a desenvolver capacidades que se tornarão, um dia, parte das capacidades conjuntas. Então, por que não investir nas nossas capacidades conjuntas?”

c.2024 The New York Times Company

Artigo originalmente publicado em: <https://www.nytimes.com/2024/04/02/us/politics/ukraines-war-weapons-industry-russia.html>

Majid Tafreshi “A punição [de Israel] é uma hipótese inevitável e única”

MÉDIO ORIENTE O embaixador da República Islâmica do Irão não vê outra hipótese do que a de o seu país responder ao ataque de Telavive à embaixada em Damasco, mas não defende o avolumar das tensões.

ENTREVISTA CÉSAR AVO

Em outubro, perguntei-lhe se o Irão poderia vir a entrar diretamente na guerra Israel-Hamas, ao que respondeu que o Irão tem sempre uma política defensiva. Agora, ao prometer responder ao ataque de Israel à embaixada em Damasco, não teme que o seu país possa vir a ser atraído para uma armadilha que acabe numa guerra descontrolada?

Em primeiro lugar, qualquer fenómeno no mundo não deveria concentrar-se em um, dois ou três países. A comunidade internacional tem a sua própria responsabilidade e todas as pessoas no mundo têm a responsabilidade de partilhar valores. O que precisamos é de proteger as normas internacionais, não é? O que [é que o] ataque significa? Parece que Israel está à procura de mais tensão. Porquê? Se quiserem ser um país, um país independente, precisam de ter um padrão mínimo de humanidade e de relacionamento entre si. Já o Irão... Eu sei que não queremos interferir em nenhuma guerra. Nos últimos 200, 300 anos, não atacámos país algum, não começámos guerra alguma. A legítima defesa, baseada no Artigo 51.º [da Carta das Nações Unidas], é uma abordagem legítima. Não é abuso de poder. Penso que, de alguma forma, como referiu o líder iraniano, a punição é uma hipótese inevitável e única. Se houver outra hipótese, digam-me. Têm mais alguma hipótese? Aconselhar, lamentar, “por favor não voltem a fazê-lo”. Não, não há outra hipótese. Mas, mais uma vez, a escalada da tensão nunca faz parte da nossa política externa. Gostaríamos de ter uma zona livre de tensões no Médio Oriente e no Golfo Pérsico. É por isso que estamos a acolher 6 milhões de afegãos. Penso que aqui é importante o papel dos outros países. Estamos a receber mensagens de que eles gostariam de não aumentar a tensão. Mas, como eu disse, não é o Irão ou Israel. É uma questão internacional sob o nome de Palestina e Israel. Não é a questão Irão-Israel. É Israel e a comunidade internacional. O bombardeamento israelita de hospitais, escolas, igrejas, mesquitas, edifícios das Nações Unidas, mulheres grávidas, crianças. Ignoraram a Resolução do Conselho de Segurança, a Resolução da



Tafreshi advoga para a Palestina uma solução baseada na sua especialização, o Direito Internacional.

Assembleia-Geral, a recomendação do TPI, a recomendação consultiva do TIJ, os esforços do secretário-geral [da ONU]. Aqueles que apoiam tal regime deveriam dizer o que pensam desta história. O que queremos é uma zona livre de armas nucleares, de terrorismo. O Irão precisa de turismo em vez de refugiados. Precisamos de investimento em vez de orçamento militar. Quem tem a chave da paz? O melhor caminho é o Direito Internacional, porque Israel, o Irão, a Palestina, todos se submetem. Com base em 1967 [Resolução n.º 242 do Conselho de Segurança], o Irão também não concorda com isso. Mas, de qualquer forma, aquela parte do mundo é a Palestina ocupada. Como é possível definir um ataque terrorista no nosso próprio território ou a autodefesa no território de outro país? Põem em cima da mesa a vossa lógica. Alguém atacou Portugal e, por

exemplo, ocupou Lisboa e disse: “Estou a fazer autodefesa aqui.” Vão para o vosso território. Pelo menos com base em 1967, várias vezes reconhecido pelos países europeus. Significa que os europeus, não devem, depois do 7 de Outubro, acusar apenas o Hamas de ter-

“Queremos uma zona livre de terrorismo. O Irão precisa de turismo em vez de refugiados. Precisamos de investimento em vez de orçamento militar.”

rorista e os outros de autodefesa. E a segunda [chave] é a negociação. Penso que a melhor solução é a negociação. Toda a gente tem direito a viver. Mesmo o povo judeu. Eles são humanos. Mas não sei por que não nos conseguimos entender. Precisamos de uma coexistência pacífica. A religião, a crença, é posterior à Humanidade. Não somos animais. Cada um pode ter a sua crença, até pode ser um não-crente. O que é que isso interessa? Mas não, parece que eles não são judeus. Eu acredito que os sionistas não são judeus. Porque os judeus não são assim. Temos milhares de judeus no Irão. Eles têm o seu próprio representante no Parlamento, têm lojas, estão no mercado, estão no sistema. Portanto não tem medo da espiral de violência? É preciso ver quem é beneficiado. Acho que qualquer pessoa que tenha o sentido de a minimizar, isso

significa que não a beneficia. Não é verdade? Nós nunca participámos diretamente. Mas agora, eles estão a encorajar-nos. Estão a dar esta oportunidade de autodefesa. É isso que eu acho que eles querem examinar. Mas os iranianos mostraram que nunca foram derrotados, pelo menos depois da Revolução Islâmica, Saddam atacou o Irão quando este estava tão vulnerável. Fê-lo com a ajuda dos árabes e até os palestinianos se juntaram a Saddam contra nós. Mas o Irão não perdeu nem um centímetro quadrado. Somos muito heroicos na defesa dos nossos valores.

A repressão que a República Islâmica fez aos manifestantes do movimento Mulheres, Vida, Liberdade foram crimes contra a Humanidade, segundo um relatório da ONU. A isto acresce por exemplo as condições em que presas como a Nobel Narges Mohammadi estão, muitas vezes em solitária. O Irão sofre danos na sua reputação. Mas está a falar de investimento, de turismo. Como é que isto é compatível?

Se estamos a falar dos Direitos Humanos no Irão, em primeiro lugar, poderiam levantar as sanções. Estão a punir todos os 80 milhões, todos, sem exceção. E o limiar das sanções desce ao nível das doenças da talassemia, das pessoas com cancro. Ao mesmo tempo, vê-se que, para a alimentação, do ponto de vista médico ou alimentar, temos problemas. Sobre as raparigas: claro que o sistema é, todos os dias, o nosso líder, até mesmo o ministério diz que precisamos de investigar e encontrar a melhor solução. Mas, mais uma vez, se se seguir a questão, está-se a politizá-la. Ao mesmo tempo que falamos das mulheres no Irão, vemos que [os países ocidentais] se calam sobre o que está a acontecer em Gaza. Vemos que as raparigas iranianas são 60% nas universidades. Porque é que deveriam ser 60%? Se a mentalidade iraniana fosse como a dos talibãs, não as deixariam ir à escola, blá, blá, blá. Não, elas podem ir a todo o lado. Se está a falar do *hijab*, o *hijab* é uma regra. Não é obrigatório pela força. Já é reconhecido na nossa Constituição como um valor islâmico. Até há dois ou três anos, era normal, e agora concentraram-se no *hijab* como sendo não-democrático. Não-democrático é uma sanção ilegal. Não-democrático é impor embargos contra esta nação, incluindo às raparigas e mulheres.

O Irão está com inflação alta e a moeda a desvalorizar-se. O seu Governo vai tomar medidas? [É resultado das] sanções e da politização da atmosfera da economia da região e do Irão. Porque, sabe, quando as ameaças sobem, os investimentos descem. A inflação está a subir, mas não é real. É [uma questão] psicologicamente antiga. Não é compreensível com base nas regras.

cesar.avo@dn.pt

EUA aproximam porta-aviões de Israel em alerta para ataque do Irão

MÉDIO ORIENTE Washington está a “mobilizar ativos adicionais”, considerando “real e credível” a ameaça iraniana. Portugal, como outros países, atualizou os alertas aos viajantes para a região.

TEXTO **SUSANA SALVADOR**

Os EUA anunciaram ontem que estão a “mobilizar ativos adicionais” para o Médio Oriente para “reforçar os esforços de dissuasão e aumentar a proteção das forças norte-americanas”. O anúncio, feito por um responsável de Defesa em Washington citado pela AFP, surge numa altura em que a Casa Branca considera “real e credível” a ameaça do Irão de atacar Israel em represália pelo ataque ao consulado iraniano em Damasco, no início do mês.

Segundo *The Times of Israel*, o porta-aviões *USS Dwight Eisenhower* terá navegado para norte no Mar Vermelho, aproximando-se de Israel, tendo capacidade para interceptar eventuais mísseis ou *drones* iranianos. O porta-aviões foi enviado para o Mediterrâneo após o ataque terrorista do Hamas, a 7 de outubro, tendo em novembro cruzado o Canal do Suez, para o Mar Vermelho. Esteve ativo na resposta aos ataques dos rebeldes *Houthis*, do Iémen, contra os navios comerciais.

Não é claro se a “mobilização de ativos adicionais” anunciada a partir de Washington se refere ao eventual reposicionamento do *USS Dwight Eisenhower*. Mas a região está em alerta para a retaliação iraniana ao ataque contra a sua embaixada em Damasco, que matou dois generais. Ontem à noite, o *Wall Street Journal* dizia que o ataque poderia acontecer em 24 ou 48 horas. Contudo, o mesmo jornal cita outra fonte que dizia que a liderança iraniana ainda não tinha tomado uma “decisão final”.

Israel diz-se preparado. “Estamos em guerra há seis meses e lidamos com todas as ameaças existentes. A nossa Defesa está pronta e sabe como responder a cada ameaça individual. Estamos também preparados para atacar, com uma variedade de capacidades, para proteger os cidadãos de Israel”, disse ontem o porta-voz das Forças de Defesa de Israel (IDF, na sigla em inglês), Daniel Hagari. “O Irão está a escalar, a pressionar por uma escalada regional. Saberemos como lidar com a ameaça iraniana. Estamos bem preparados e sabemos responder a qualquer coisa.”

O ministro da Defesa israelita, Yoav Gallant, afirmou que Israel



Um mural anti-israelita em Teerão, onde se lê, em persa “Morre deste medo”.

está “lado a lado” com os EUA depois de se ter reunido com o chefe do Comando Central dos EUA, o general Michael Kurilla.

Alertas aos viajantes

A Embaixada dos EUA em Israel emitiu um alerta de segurança aos seus cidadãos. Por uma “abundância de precaução”, proíbe os funcionários da Administração Norte-Americana e os familiares de fazer “viagens pessoais para fora das Zonas Metropolitanas de Telavive, Jerusalém e Be’er Sheva até aviso em contrário”. Outros países, como Canadá, Reino Unido e Austrália também desaconselham viagens à região, com a França a ordenar o regresso dos seus diplomatas do Irão.

Em Portugal, também o *site* dos Conselhos aos Viajantes foi ontem atualizado, com fonte do Ministério dos Negócios Estrangeiros a dizer ao DN que a “reavaliação é constante”. No caso de Israel e dos Territórios Palestinos Ocupados, “considerando o estado de guerra desde 7 de outubro e as ameaças recentes a Israel, e tendo em conta os riscos de evolução do conflito, devem continuar a evitar-se todas as viagens não-essenciais a Israel”.

Pede-se ainda aos cidadãos portugueses que sigam as indicações

Noruega e Irlanda e o futuro da Palestina

A Noruega disse ontem que está preparada para reconhecer o Estado da Palestina, em coordenação com outros países e num momento em que esse passo seja um contributo para a paz no Médio Oriente. Também a Irlanda disse estar “pronta” para esse reconhecimento, mas lembrando que “é importante fazê-lo no momento adequado”, que acredita estar mais perto e junto com outros países. Estas tomadas de posição, do primeiro-ministro norueguês Jonas Gahr Store, e do chefe do Governo irlandês, Simon Harris, surgiram depois de terem recebido o homólogo espanhol, Pedro Sánchez, que está à procura de apoios em relação a este tema. A Espanha já se comprometeu a reconhecer a Palestina até julho. O périplo europeu de Sánchez segue na terça-feira na Eslovénia e na Bélgica. Na segunda, recebe em Madrid o homólogo português, Luís Montenegro, que disse ontem ver “com bons olhos” que a Palestina adquira estatuto de membro pleno das Nações Unidas.

das autoridades locais e alerta-se para os “riscos de atentados terroristas”.

No caso do Irão, lê-se que “considerando o contexto interno em que o país se encontra e a crescente tensão regional com risco de rápida escalada do perigo securitário, desaconselham-se em absoluto todas e quaisquer viagens”.

Também a página do Líbano foi atualizada ontem, sendo que neste caso, “todas as viagens (...) devem ser evitadas”, especialmente “quaisquer deslocações a sul do Rio Litani”.

Bombardeamentos

A ameaça iraniana não afeta a guerra na Faixa de Gaza, onde continuam os bombardeamentos israelitas – o Hamas anunciou ataques a prédios residenciais no campo de refugiados de Nuseirat. EUA, Qatar e Egito ainda esperam uma resposta a um plano de trégua e libertação de reféns.

Israel continua, entretanto, as trocas de tiros quase diárias com o Hezbollah, na fronteira com o Líbano. Ontem, cerca de 40 *rockets* terão sido lançados por parte da milícia xiita libanesa, tendo a maioria sido intercetados. Os que não foram, não causaram feridos.

susana.f.salvador@dn.pt

BREVES

“Avanços significativos” sobre Gibraltar

A União Europeia e o Reino Unido anunciaram ontem “avanços significativos” nas negociações relacionadas com Gibraltar, que também envolvem Espanha, segundo um comunicado conjunto. O chefe da diplomacia espanhol, José Manuel Albares, e o britânico, David Cameron, reuniram-se em Bruxelas com o comissário Maros Sefcovic, que lidera do lado da Comissão Europeia as negociações para a nova relação entre as duas partes na sequência do *Brexit*. Esteve ainda o ministro principal do enclave britânico no sul de Espanha, Fabian Picardo. “As negociações celebraram-se num ambiente construtivo e conseguiram-se avanços significativos”, segundo o comunicado, tendo sido acordadas as “linhas políticas gerais, incluindo sobre o aeroporto, bens e mobilidade”. As negociações prosseguem nas próximas semanas.

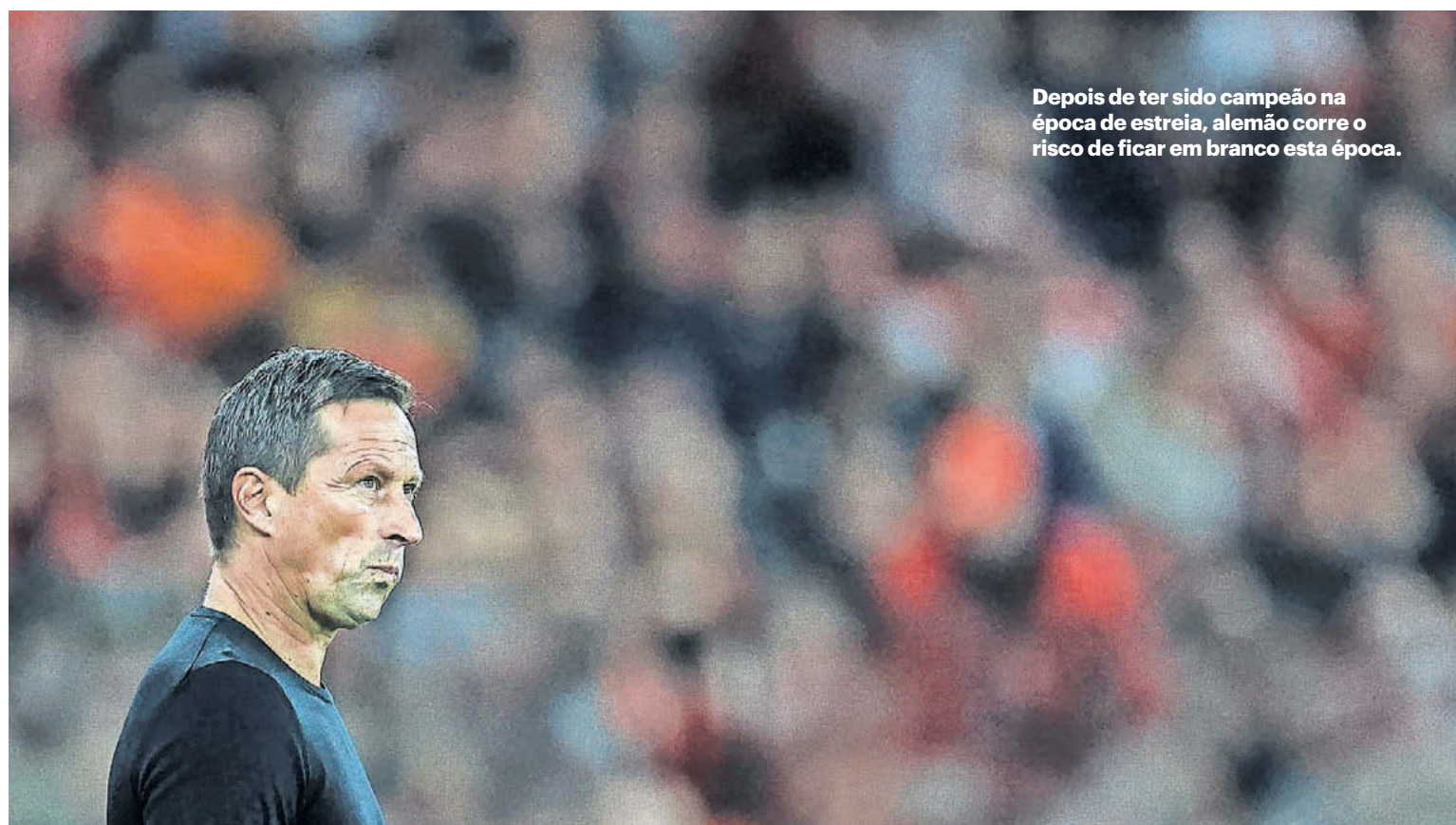
Polónia avança na liberalização do aborto

As quatro propostas de lei apresentadas pelo Governo polaco para liberalizar o aborto passaram a primeira votação no Parlamento, com o debate a seguir agora numa Comissão Parlamentar. A Polónia tem uma das legislações mais restritivas no que diz respeito ao aborto – só é permitido em caso de violação, incesto ou quando a saúde ou a vida da mãe estão em risco. A aliança pró-europeia que governa a Polónia, liderada por Donald Tusk, chegou ao poder no ano passado, após oito anos de Governo conservador. Mesmo que a lei passe no Parlamento, é improvável que passe pelo Presidente Andrzej Duda (um católico conservador). A coligação não tem a maioria de três quintos necessária para anular um veto presidencial, pelo que o Governo pode esperar pelo resultado das presidenciais do próximo ano na esperança da vitória de um candidato liberal.

Figuras do Benfica apontam defeitos a Schmidt, mas não coincidem sobre saída do treinador

CONTESTAÇÃO Gaspar Ramos acha que mesmo com algum título, o alemão não deve ficar na próxima época. António Simões considera que com um troféu a continuidade é possível. Mas ambos criticam a forma tardia como mexe na equipa.

TEXTO **ANDRÉ CRUZ MARTINS**



Depois de ter sido campeão na época de estreia, alemão corre o risco de ficar em branco esta época.



“Fazer substituições tarde provoca alergia no estádio. Parece mais teimoso do que inteligente. Contestação das bancadas não cria ambiente saudável.”

António Simões
Ex-jogador e dirigente do Benfica

Roger Schmidt continua a ser alvo de contestação por parte dos adeptos benfiquistas. No jogo com o Marselha, apesar da vitória (2-1), foram bem audíveis os assobios na segunda parte e no final. As águias chegaram a ter uma vantagem de 2-0, mas consentiram um gol e viajam até França com uma curta vantagem que deixa tudo em aberto para o acesso às meias-finais da Liga Europa.

Com o título hipotecado, e já fora da Taça de Portugal, a Liga Europa surge como uma tábua de salvação. Mas Será que Schmidt ainda merece crédito e poderá continuar no cargo na próxima época?

António Simões, antiga glória do Benfica, entende a contestação ao técnico alemão, mas sublinha que “tudo dependerá dos resultados”, admitindo a sua continuidade “caso o clube ganhe alguma coisa, nomeadamente a Liga Europa, competição à qual a equipa terá de se agarrar com todas as forças pois o campeonato está muito difícil”. E antevê que se o Benfica ainda conquistar um troféu, “Rui Costa e a direção enfrentarão um dilema e terão de fazer uma reflexão a respeito

da continuidade do treinador”.

Já Gaspar Ramos, antigo chefe do Departamento de Futebol do Benfica, rejeita a continuidade do treinador em qualquer cenário. “Entre os sócios, ele já não tem ambiente para permanecer, já o rejeitam. Penso que o mesmo acontece no balneário e todos sabemos que é muito difícil uma equipa ter sucesso se não houver bom ambiente interno, sendo visível que alguns jogadores estão abatidos psicologicamente”, sustentou, referindo que manterá a opinião mesmo que a equipa vença alguma competição na época em curso.

“Quando era dirigente do Benfica, tive um treinador, John Mortimore, que foi Campeão Nacional e venceu a Taça de Portugal, mas no dia a seguir à final despedi-o, pois não era o técnico indicado para o projeto. Também penso que Roger Schmidt não é e isso não se irá alterar mesmo que o Benfica ainda possa, por exemplo, ganhar a Liga Europa”, defendeu.

Lembrando que Rui Costa renovou o contrato com o treinador (a 31 de março do ano passado, com vínculo válido até 2026), “no final da temporada terá de assumir as responsabilidades e tomar uma deci-



“Entre os sócios, ele já não tem ambiente para permanecer. Penso que o mesmo acontece no balneário. Alguns jogadores estão abatidos psicologicamente.”

Gaspar Ramos
Ex-dirigente do Benfica

são”, a qual, reforçou, só poderá ser terminar a ligação.

Há algo em que António Simões e Gaspar Ramos concordam: Schmidt tem tendência a mexer demasiado tarde na equipa. “Se o treinador já sabe que realizar substituições muito tarde provoca alergia no estádio, devia fazer alguma coisa. Ao não fazê-lo, parece mais teimoso do que inteligente, pois essa contestação das bancadas não cria um ambiente saudável. No próximo jogo devia experimentar fazer uma ou duas substituições mais cedo”, defendeu Simões.

Já Gaspar Ramos atribui à inação do germânico grande parte das culpas pelo facto de o Marselha ter conseguido reduzir para 1-2, mantendo assim viva a eliminatória: “Alguns jogadores estavam cansados e continuaram em campo. Obviamente que a equipa sofreu as consequências, baixando de ritmo e o Marselha acabou por marcar.”

Ambos concordam que a equipa melhorou significativamente a qualidade das exibições nos últimos três jogos (Sporting, por duas vezes, e Marselha), mas sublinham que isso, em termos práticos, não chegou. “Viu-se uma equipa mais intensa, a querer dominar, ao invés de apenas

controlar. Mas, a dada altura, desaparece, parece que passou uma mosca e os jogadores adormeceram, o que deixa surpreendido quem analisa de fora. É culpa do treinador? A mensagem não passa? Existe alguma insatisfação no plantel? Nunca o Benfica esteve tão perto da glória esta época, mas ficou-se pelo quase, o que traz desconfiança e falta de crença”, analisou António Simões.

Gaspar Ramos gostou de ver “uma equipa mais pressionante nestes três últimos jogos e que conseguiu aproveitar a velocidade de Rafe e, em alguns momentos, de Di Maria e Neres”. Mas atirou: “Vi um Sporting muito fraco no jogo em Alvalade, nunca me passou pela cabeça que acabasse por chegar à vitória, mas a verdade é que isso aconteceu...”

António Simões deixou ainda um apelo ao presidente Rui Costa. “Todos sabem liderar quando o vento está a favor, mas é nos momentos em que o vento está contra que é preciso aparecer e trazer uma mensagem forte e de confiança”, realçou.

Já o ex-chefe do futebol benfiquista entende que “o facto de Rui Costa se expor mais ou menos publicamente não é o mais importante”, mas não esconde que não é apreciador do estilo de liderança do atual presidente.

dnot@dn.pt



Abel Ferreira, de 45 anos, está na quinta época ao serviço do Palmeiras.

Brasileirão. Todos contra Abel e o tri do Palmeiras

BRASIL Campeonato arranca com quatro treinadores portugueses e três grandes candidatos ao título. Campeão receberá prémio de 8 M€.

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

O duelo entre os recém-promovidos Criciúma e Juventude de Caxias marca hoje o arranque do *Brasileirão* 2024, prova em que o português Abel Ferreira e o Palmeiras procuram um inédito Tricampeonato na 69ª edição da prova. Apenas o Santos de Pelé (entre 1961 a 1965) conquistou mais de dois títulos brasileiros seguidos.

O treinador do *Verdão* tem este ano a companhia de mais três portugueses – em 2023 eram sete – Pedro Caixinha (RB Bragantino), António Oliveira (Corinthians) e Artur Jorge (Botafoogo). O aumento do número de técnicos estrangeiros no Campeonato Brasileiro começou em 2019 e foi catapultado pelo sucesso de Jorge Jesus no Flamengo. Abel deu-lhe seguimento e já “virou moda”.

Se até 2018, segundo o UOL, apenas 17 treinadores de outras nacionalidades orientaram equipas no *Brasileirão*, de 2019 em diante, o número mais que duplicou. A campeonato de 2023 fez mesmo história com mais treinadores estrangeiros do que brasileiros (chegaram a ser 14 em 20). Este ano são oito e quatro deles portugueses, com destaque para Abel Ferreira.

Depois de ser Tricampeão do *Paulistão*, o técnico inicia a defesa do Bicampeonato no domingo na Bahia, diante do Vitória, Campeão da Série B. Sem o jovem avançado Endrick

(lesionado), mas talvez com Estêvão, o novo prodígio do Palmeiras lançado por Abel e que se esteou a marcar esta semana no jogo da Taça Libertadores com o Liverpool Montevideo, o Campeão parte como favorito.

A luta será entre Palmeiras, Flamengo, treinado por Tite, e o Atlético Mineiro orientado por Gabriel Milito, que conta com Hulk no plantel. Contudo, o Fluminense é o atual

Campeão da Libertadores e não pode ser descartado na luta pelo título num campeonato com 20 equipas e 38 jornadas. O campeão será conhecido a 8 de dezembro e com a certeza de que o campeonato não será interrompido para a disputa da Copa América (de 20 de junho a 14 de julho nos EUA).

Na véspera da bola rolar, a Confederação Brasileira de Futebol comunicou o novo patrocinador da competição, depois da saída da Assaí. A casa de apostas Betano, que dará nome ao *Brasileirão* até 2027, irá premiar o novo campeão com 47,5 milhões de reais (cerca de oito milhões de euros). Valor que o Santos não poderá arrecadar, uma vez que o Octacampeão Brasileiro está pela primeira vez longe da elite, pois foi relegado para a Série B. Entre os grandes do futebol brasileiro apenas Flamengo e São Paulo ainda estão imunes a descidas.

O Palmeiras é o clube com mais títulos (12), à frente de Flamengo e Santos (8). Na última década (entre 2013 e 2023), o *Verdão* e o *Mengão* têm estado sempre na briga por títulos, sendo que o Flamengo soma 15 troféus e o Palmeiras 13. O mesmo domínio se aplica à Libertadores, pois quatro das últimas cinco edições foram conquistadas por estes dois emblemas, sendo que o Fluminense, em 2023, foi a única exceção a esta regra.

isaura.almeida@dn.pt

RECORDES

- Fábio, guarda-redes do Fluminense, vai disputar a sua 24.ª edição do *Brasileirão*, pelo que irá ultrapassar o histórico Rogério Ceni (São Paulo) como recordista.
- O lateral-direito Mayke, do Palmeiras, tem cinco títulos e pode igualar Pelé (seis) como o jogador mais vezes campeão.
- A edição de 2023 fechou com a melhor média de assistência de sempre, com 26 502 pagantes, superando os 22 953 de 1983. A previsão é que a média cresça.
- Roberto Dinamite, ídolo do Vasco da Gama e o Melhor Marcador da história do *Brasileirão*, com 190 golos, dá o nome ao troféu de melhor goleador. Uma homenagem ao antigo avançado que morreu em janeiro de 2023.



Treinador do FC Porto frustrado com árbitros.

Conceição quer mais controlo: “A irritação só nos prejudica”

FC PORTO Treinador saiu em defesa de Pepe, expulso frente ao V. Guimarães. Hoje há jogo com o Famalicão.

Sérgio Conceição aproveitou a conferência de lançamento da receção de hoje do FC Porto ao Famalicão (18.00, SportTV1) para falar do descontrolo emocional dos seus jogadores, cujo caso mais gritante foi a expulsão de Pepe na derrota com o V. Guimarães.

“São as tais situações que acontecem e por vezes é difícil os jogadores manterem a calma e a confiança. A irritação só nos prejudica e os jogadores têm de entender isso, apesar de não ser fácil. O Pepe descontrolou-se, mas vão passar muitos anos até haver outro Pepe, alguém tão competente e competitivo, que já ganhou três *Champions*. Pode cometer um excesso, mas o que enche páginas de jornais tem a ver com isso e não com aquilo que o Pepe é. Isso deixa-me frustrado”, atirou.

O treinador portista, apesar de mais calmo do que em últimas aparições públicas, voltou

a falar das arbitragens, afirmando que o FC Porto “não tem tido muita sorte com alguma situações dos jogos” e dizendo-se preocupado com o tempo útil de jogo da sua equipa.

“Houve uma ou outra infelicidade da terceira equipa, que não assinalou *lances* evidentes que mudariam os jogos. E não falo mais senão de outro processo... Somos a penúltima equipa do campeonato em tempo útil de jogo. Não é normal. Nós queremos ganhar os jogos, temos 60 ou 70% de posse de bola. Houve alguma infelicidade na condução dos jogos da nossa parte, com as tais situações. Não temos tido o mérito de dar a volta por cima”, referiu.

Após duas derrotas consecutivas, Conceição espera que hoje o FC Porto dê “o máximo” para voltar a “ganhar os três pontos, diante de um adversário competente”. **N.F.**

Servilusa 800 204 222



Professora
MARIA JOSÉ DE SINTRA BARROS GALAZ PIMENTA

MISSA 7º DIA

Seus Filhos e Netos, informam que será celebrada Missa, hoje dia 13/04/2024, pelas 19:15 horas na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Assunção, Cascais.

AGÊNCIA FUNERÁRIA MAGNO-PAREDE



Cannes nas malhas do apocalipse

FESTIVAL A partir de 14 de maio, a 77ª edição do *Festival de Cannes* propõe uma secção competitiva recheada de autores marcantes e filmes, no mínimo, sugestivos. Com o seu novo projeto apocalíptico, *Megalopolis*, Francis Ford Coppola estará no centro dos acontecimentos.

TEXTO JOÃO LOPES

O *Festival de Cannes* não deixa os seus créditos por mãos alheias. Poucos dias antes do anúncio da programação oficial para a 77ª edição (14/25 maio), o seu Delegado Geral, Thierry Frémaux, deu uma entrevista à revista *Variety* em que voltou a deixar claro que os critérios de seleção do certame produzem efeitos tanto mais importantes, quanto não se esgotam numa mera gestão de subjetividades: “O que nos guia não é o ‘eu gosto’ ou ‘eu não gosto’, e ainda menos o ‘é bom’ ou ‘não é bom’. O que nos guia é ‘este filme deve ser apresentado em Cannes ou não?’ Ou ‘será que uma apresentação em Cannes vai beneficiar este filme?’ Ou ainda ‘o que é que a seleção deste filme diz sobre o estado do cinema mundial?’”

Face aos títulos divulgados ontem de manhã por Frémaux, na presença de Iris Knobloch, presidente do *Festival*, o menos que se pode dizer é que Cannes continua a fazer valer os trunfos que foi acumulando ao longo das décadas, propondo uma variedade de escolhas verdadeiramente im-

pressionante — do muito aguardado novo título de Francis Ford Coppola até aos autores emblemáticos de cinematografias que se têm afirmado através das suas singularidades temáticas e narrativas, incluindo o português Miguel Gomes.

Aliás, Frémaux fez questão de sublinhar que a orientação decorrente das interrogações atrás citadas continua a produzir efeitos positivos. Em primeiro lugar, através do impacto que uma passagem por Cannes pode ter no resto do ano cinematográfico em

todo o mundo e, em particular, na temporada dos prémios — *Anatomia de Uma Queda* e *A Zona de Interesse* são exemplos da edição de 2023 que chegaram muito longe nos circuitos internacionais, inclusive nos Óscares de Hollywood.



Selena Gomez em *Emilia Perez*, o filme de Jacques Audiard na competição.



Francis Ford Coppola já ganhou duas Palmas de Ouro em Cannes, em 1974 e 1979.

Depois, pelo crescente interesse de produtores e cineastas em colocar novos filmes nas várias zonas da programação oficial — este ano, o número de títulos apresentados aos diversos comités de seleção deverá ultrapassar os 2000, cerca de 20% mais que em 2023.

O regresso de Coppola

Sejam quais forem as escolhas finais do júri que vai ser presidido pela realizadora de *Barbie*, Greta Gerwig, o filme de Coppola, intitulado *Megalopolis*, gera um interesse muito especial. Nele parecem refletir-se questões atualíssimas que envolvem as opções artísticas, industriais e comerciais de todo o cinema.

Trata-se, convém não esquecer, do regresso à Côte d'Azur de um dos poucos cineastas que já ganharam duas Palmas de Ouro — são nove ao todo, incluindo os irmãos Jean-Pierre e Luc Dardenne (que assinam conjuntamente as suas obras). Coppola venceu o festival em 1974, com *The Conversation/O Vigilante*, e em 1979, com *Apocalypse Now* (neste caso partilhando o prémio máximo com *O Tambor*, de Volker Schlöndorff).

Apocalypse era a palavra-chave de *Apocalypse Now*, e não apenas por motivos temáticos. De facto, em 1979, Coppola chegou a Cannes com um filme marcado pelos relatos caóticos (apocalípticos, precisamente) de uma rotação de infinitas atribuições nas Filipinas, a ponto de o filme ter sido apresentado como um esboço da montagem final, um verdadeiro *work in progress*. Agora, dir-se-ia que tudo se repete: *Megalopolis*, uma saga futurista (apocalíptica, uma vez mais) sobre a reconstrução de Nova Iorque que existe, neste momento, num verdadeiro impasse comercial.

Rezam as crónicas que, não conseguindo financiamento para um orçamento inicial de 100 milhões de dólares (um pouco mais de 94 milhões de euros), Coppola decidiu vender grande parte do seu império vinícola por um valor próximo de 500 milhões. Segundo *The Hollywood Reporter*, o custo de *Megalopolis* terá chegado aos 120 milhões, mas é, para já, um objeto sem distribuidor, quer no mercado americano, quer a nível internacional. Ainda de acordo com a mesma publicação, o filme foi mostrado a eventuais compradores dos direitos de distribuição, gerando reações muito contrastadas — dos que o classificam como “obra-prima” até aos que falam de um objeto demasiado “experimental”, sem capacidade de recuperar o grande investimento promocional que Coppola desejará.

Curiosamente, a presença de Coppola em Cannes surgirá envolvida numa sugestiva “embaixada” geracional. Isto porque lá estarão também outros dois no-

mes fundamentais da revolução temática, estética e industrial que abalou a década de 1970 em Hollywood: Paul Schrader e George Lucas – o primeiro também na competição, com *Oh, Canada*, sobre as memórias de um homem que, durante a Guerra do Vietname, se exilou no Canadá; o segundo para ser consagrado com uma Palma de Ouro honorária (na cerimónia de encerramento).

Cinema imersivo?

Além de Coppola, a competição acolhe mais um vencedor de uma Palma de Ouro: o francês Jacques Audiard (ganhou em 2015, com *Dheepan*) estará presente com *Emilia Perez*, sobre os circuitos da droga no México – uma coprodução França/EUA/México, falada em espanhol, com um elenco liderado por Zoe Saldana e Selena Gomez.

Fiel às suas tradições, Cannes vai revelar filmes de mais alguns *habitués* que, premiados ou não em anteriores edições, fazem parte da família cinéfila do festival. Assim acontece com o canadiano David Cronenberg, com *The Shrouds*, sobre um viúvo, homem de negócios, que usa uma mortalha para comunicar com os mortos – Vincent Cassel é o protagonista. Será também o caso do brasileiro Karim Aïnouz (*Motel Destino*), do iraniano-dinamarquês Ali Abbasi (*The Apprentice*), da inglesa Andrea Arnold (*Bird*), do americano Sean Baker (*Anora*), do francês Christophe Honoré (*Marcello Mio*), do chinês Jia Zhang-Ke (*Caught By the Tides*), do grego Yorgos Lanthimos (*Kinds of Kindness*), do russo Kirill Serebrennikov (*Limonov – The Ballad*) e do italiano Paolo Sorrentino (*Parthenope*). A ter em conta também o regresso da indiana Payal Kapadia (*All We Imagine as Light*), vencedora do Prémio de Melhor Documentário, em 2021, com o prodigioso *Noite Incerta*.

Tudo isto gera, evidentemente, as melhores expectativas para avaliarmos o “estado do cinema mundial” a que se referiu Thierry Frémaux. O que não invalida que reconhecamos, desde já, o valor de uma iniciativa paralela que poderá desencadear uma pergunta mais ou menos irónica: será que “isto” ainda é cinema?... Ou seja: pela primeira vez, Cannes abre uma secção competitiva para os domínios da “realidade virtual, realidade aumentada e outras tecnologias de vanguarda que transcendem as formas convencionais de contar histórias” – o nome: *Competição Imersiva*.

Tendo em conta que Coppola começou, há mais de 40 anos, com *Do Fundo do Coração* (1981), a interessar-se pelas imagens geradas pelas novas tecnologias, é caso para dizer que se trata de especular sobre o futuro sem esquecer o passado.



Grand Tour, épico romântico de Miguel Gomes, agora já sem produção da O Som e a Fúria.

Miguel Gomes na competição – voilà!

CINEMA Marco para o cinema português, presença na competição de Cannes. Miguel Gomes e a sua equipa vão subir a escadaria vermelha do festival com *Grand Tour*. É um feito! “Incrível!”, como conta Gonçalo Waddington, o protagonista.

TEXTO RUI PEDRO TENDINHA

Podemos voltar a sonhar com uma Palma de Ouro, 18 anos depois da passagem de *Juventude em Marcha*, de Pedro Costa, pela competição do Festival de Cannes. *Grand Tour*, de Miguel Gomes, como se esperava, tem lugar nesta luxuosa seleção do melhor festival do mundo. Desde já uma vitória do cinema português e de uma ideia política de apoio aos autores. A importância de se estar a competir em Cannes é de tal modo grande que a Shellac, label de *buyer* do mercado, já anunciou as intenções de internacionalização deste filme. Se não houver grandes tragédias, este novo projeto de Gomes vai ter uma grande vida internacional com um potencial de negócio fortíssimo, já como tinha acontecido com *Tabu*, o seu filme premiado em Berlim.

Mesmo depois de uma birra com o diretor artístico Thierry Frémaux – birra essa documentada no seu livro sobre os bastidores do festival – por ocasião de *As Mil e Uma Noites*, que estava apontado à secção *Un Certain Regard* e supostamente não teria o modelo de exibição desejado por Gomes, a verdade é que anteontem, na conferência de imprensa, o mesmo Frémaux elogiou o trabalho do cineasta português, tendo mesmo



De novo Cannes a saber convocar o mais glorioso espetáculo americano com mais um *Mad Max*.

referido que desde novembro que o filme estava visto e aprovado, facto que dá razão à produtora Filipa Reis por ter eventualmente recusado o convite para a corrida ao Urso de Ouro de Berlim.

Gonçalo Waddington feliz

Grand Tour é a história de um noivado desfeito no sudoeste asiático, ou como uma noiva decide ir à procura do seu noivo numa jornada pela Ásia. Espera-se um filme bem mais no molde de *Tabu* do que *As Mil e Uma Noites*, ou o mais recente *Os Diários de Otsoga*. Crista Al-faiate e Gonçalo Waddington são os protagonistas deste filme filmado maioritariamente a preto e branco.

E foi precisamente Gonçalo a confessar ao DN que “a ficha ainda

não lhe caiu!”: “Só ouvindo agora que posso também estar nomeado para Melhor Ator nesse festival é que começo a pensar nisso. Tenho 47 anos e comecei muito cedo a representar e, apesar de estar muito contente e achar incrível isto tudo, estou felizmente numa fase de muito trabalho e esse tipo de surpresas boas, de vez em quando, sucedem-me, mas a verdade é que estou sempre a trabalhar e o *Grand Tour* é algo que está no passado. Estou sempre a seguir em frente e sinto que, acima de tudo, estes dias em Cannes vão ser para celebrar com toda a equipa e poder parar um pouco. Depois volto a ser assaltado por uma rodagem de uma série bem intensa. Mas estou mesmo muito feliz pelo Miguel Gomes!”

De referir que em *As Mil e Uma Noites* a interpretação de Gonçalo Waddington era um dos trunfos desse épico português: “Na altura, não conhecia o Miguel, apenas o seu trabalho, e demo-nos muito bem. Ele sabe tratar-me tão bem! Gosto muito de ser dirigido por ele e quando estava a filmar o *Grand Tour* fiquei logo com aquela sensação de que estávamos a fazer algo especial.”

Para lá de *Grand Tour*, ainda poderão ser anunciados nos próximos dias outras obras nacionais, sobretudo se pensarmos que ainda faltam mais alguns títulos da seleção oficial e a revelação dos programas da *Quinzena dos Realizadores* e *Semana da Crítica*. Fica a incógnita de se os novos filmes de Sérgio Graciano (*Os Papéis do Inglês*), Pedro Cabeleira (*Entroncamento*), Pedro Pinho e Teresa Villaverde (*Justa*) podem ainda desembarcar na *Croisette*...

Mad Max e Kevin Costner

Fora da competição há também uma série de filmes que fazem salivar, com o destaque da antestreia mundial de *Furiosa: Uma Saga Mad Max*, de George Miller, cujo último *Mad Max* também aqui teve estreia. Este é precisamente uma prequela, a narração da juventude da personagem de Charlize Theron. Agora, a destemida *Furiosa* é a sempre exaltante Anya Taylor-Joy. Além dela, o poder do estrelato desse tapete vermelho, logo no segundo dia do festival, terá também a presença de um vilão sempre especial: Chris Hemsworth.

Outro peso-pesado de Hollywood é *Horizon: An American Saga – Chapter One*, a primeira parte do *western* antológico de e com Kevin Costner, um projeto ambicioso que terá mais três tomos. Trata-se de um projeto muito especial para Costner e uma aposta da Warner (ainda que, em certos territórios, como em Portugal, tenha sido vendido de forma independente). Se for tão admirável como *Danças Com Lobos*, temos uma nova obra-prima; se for tão certinho como *Open Range: A Céu Aberto* será igualmente esquecível, mas já é realmente um bom sinal esta sessão especial em Cannes.

A sessão mais esperada da seleção do *Cannes Première*, uma espécie de “restos” do cinema francês, será sem dúvida *C'est Pas Moi*, uma aventura autobiográfica de Leos Carax que convoca também *Monsieur Merde*, ou seja, a personagem de Dennis Lavant em *Holy Motors*.

Atirado para as sessões da meia-noite, alguma expectativa para *The Surfer*, um *thriller* de Lorcan Finnegan, com Nicolas Cage de novo a querer reconquistar credibilidade.

Enfim, a enésima tentativa de *comeback* de um ator que em breve será visto no bem divertido *O Homem dos Teus Sonhos*, de Kristoffer Borgli.

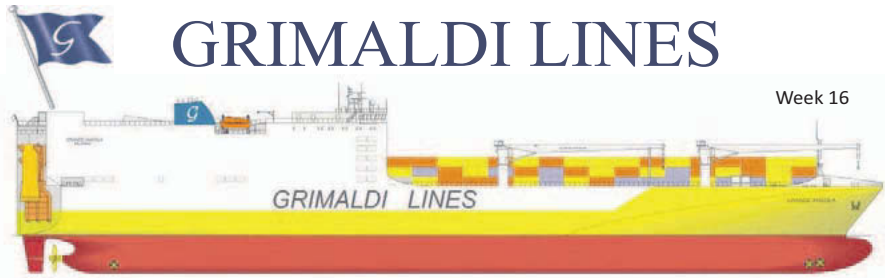
avisos, tribunais
e conservatórias

OFEREÇA UMA
PRIMEIRA PÁGINA

DE ARQUIVO
OU
PERSONALIZADA

E-mail:
paginas@dn.pt
ou ligue
213 187 562





GRIMALDI LINES

Week 16

West Africa Southern Express	Grande San Paolo GRS0324	Grande Atlantico GAT0305
Antwerp	08/04	26/04
LeHavre	13/04	30/04
Leixoes	15/04	03/05
Dakar	20/04	09/05
Conakry	22/04	
Lome	27/04	15/05
Luanda	30/04	19/05
Pointe Noire	04/05	22/05
Douala	07/05	25/05

Euroaegan Northbound	Grande Anversa GAV0324	Grande Italia GIT0424
Livorno	-	16/04
Salerno	-	15/04
Tanger Med	10/04	19/04
Setúbal	13/04	20/04
Portbury	17/04	23/04
Cork	18/04	24/04
Antwerp	19/04	28/04

Euroaegan Southbound (Euroshuttle)	Grande Benin GBN0324	Grande Spagna GSP0324
Vigo	-	18/04
Antwerp	10/04	24/04
Portbury	14/04	27/04
Setúbal	17/04	30/04
Valencia	-	02/05
Livorno	22/04	04/05
Civitavecchia	-	05/05
Salerno	-	06/05
Gioia Tauro	-	08/05

Grimaldi Portugal

info@grimaldi.pt | Lisboa: 213 216 300 - Leixões: 229 998 450 - Setúbal: 265 526 018

ANÚNCIO

**VENDA DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL COMPOSTO
POR ATIVOS E POSIÇÕES CONTRATUAIS**

No âmbito da insolvência de
Extrusal – Companhia Portuguesa de Extrusão, S.A.

Processo n.º 917/24-7T8AVR, Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro, Juízo de Comércio de Aveiro – Juiz 2

No âmbito do processo de insolvência acima identificado, vem o Administrador da Insolvência promover a venda do estabelecimento comercial composto por ativos e posições contratuais da sociedade denominada Extrusal – Companhia Portuguesa de Extrusão, S.A. (doravante designada por “**Extrusal**”), por apresentação de propostas em carta fechada e conforme as condições expressas no presente anúncio.

VERBA ÚNICA: o conjunto de ativos e posições contratuais que compõem o indicado estabelecimento comercial (doravante designado por “**Estabelecimento**”), a saber:
Os seguintes ativos e posições contratuais da **Extrusal**:

- a) prédio urbano composto por complexo fabril constituído por 3 pavilhões, sito na Rua do Sacobão, Moirinhos, freguesia de Aradas, concelho de Aveiro, descrito na Conservatória do Registo Predial de Aveiro sob o n.º 2141/Aradas e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 534;
- b) todo o equipamento que seja propriedade da Extrusal, nomeadamente aquele que se encontra descrito em lista de bens móveis à disposição dos interessados no escritório do Administrador da Insolvência;
- c) sem prejuízo dos direitos legais dos trabalhadores, posições contratuais nos contratos de trabalho referente à totalidade dos trabalhadores que se encontram afetos à prossecução da atividade da Extrusal à data da celebração do contrato de compra e venda do Estabelecimento, encontrando-se à disposição dos interessados no escritório do Administrador da Insolvência uma lista dos atuais trabalhadores. Neste particular, consigna-se que os trabalhadores em mérito integram o Estabelecimento, transferindo-se a respetiva posição contratual para o adquirente com a formalização da venda nos moldes infraexplanados, que se deverá obrigar ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos vínculos laborais preexistentes, nomeadamente a antiguidade dos trabalhadores;
- d) posições contratuais nos demais contratos que se encontram afetos à prossecução da atividade da Extrusal, sujeito a consentimento das contrapartes nos termos do artigo 424.º do Código Civil, encontrando-se à disposição dos interessados no escritório do Administrador da Insolvência uma lista dos atuais contratos da Extrusal;
- e) participações sociais detidas pela Extrusal no capital das sociedades denominadas Hexal – Sociedade Gestora de Particip. Sociais, S.A., Conde – Construção e Decoração, Lda., Exalest – Alumínios, Lda., Facondex – Soc. de Alumínios e Represent., Lda., Fatimex – Comércio de Alumínios e Outros Metais, Lda., Hexalis Alumínios, Lda., Opexil – Exportação e Importação, Lda., Visahexal – Comércio e Ind. de Alum. e Outros Metais, Lda., MS Alumínios, Lda., Hexalmar – Perfis de Alumínio e Acessórios, Lda., Aluxal – Perfis de Alumínio, Acess. e Máquinas, Lda. e Extrusal Moçambique, Lda., melhor descritas nas verbas n.ºs 1 a 12 do inventário – Inventário de Participações Sociais – junto ao processo de insolvência;
- f) Marcas nacionais “EXTRUSAL”, “EXTRUSALISTA” e “ENVOLTERM” e logótipo “EXTRUSAL”;
- g) totalidade do stock existente na data da venda e saldos em aberto / créditos detidos sobre as empresas do “Grupo EXTRUSAL”;
- h) créditos detidos pela insolvente sobre as empresas participadas identificadas em e), que se tenham constituído até à data da declaração da insolvência.


Valor mínimo de venda: €24.500.000 (vinte e quatro milhões e quinhentos mil de euros).

REGULAMENTO E CONDIÇÕES DE VENDA CONJUNTA DOS ESTABELECIMENTOS

- Os interessados na aquisição do Estabelecimento devem remeter a sua proposta reduzida a escrito, por carta fechada, enviada por correio registado com aviso de receção, contendo a referência “**Insolvência de Extrusal, S.A. – Processo n.º 917/24-7T8AVR**”, dirigida ao Administrador da Insolvência, para a morada sita na Rua Eng. Ferreira Dias, 161, E330, 4100-247 Porto, a ser rececionada no referido local até às 11 horas do dia 23 de abril de 2024 (até ao momento em que se inicie a diligência de abertura de propostas). Em alternativa, a proposta poderá ser entregue em mão, no mesmo prazo e durante o horário de expediente, na referida morada do Administrador da Insolvência.
 - Os ativos e posições contratuais que compõem o Estabelecimento serão vendidos conjuntamente no estado físico e jurídico em que se encontram, livres de ônus e encargos, sendo da responsabilidade do comprador todos os custos inerentes à sua transmissão.
 - A massa insolvente da Extrusal (doravante designada por “**Massa Insolvente**”) transmitirá ao adquirente as licenças necessárias à operação do Estabelecimento, cuja transmissão dependa exclusivamente das suas declarações de vontade. A Massa Insolvente prestará a colaboração que se mostre necessária para a transmissão de outras licenças em que seja necessária a intervenção de terceiros.
 - Não serão aceites propostas sujeitas a qualquer tipo de condição ou que não incidam sobre a totalidade dos ativos e posições contratuais da Massa Insolvente identificadas no presente anúncio.
 - As propostas deverão ser apresentadas em envelope em carta fechada, contendo, sob pena de exclusão, os seguintes elementos:
 - a. Na parte exterior: “Contém proposta para o processo n.º 917/24-7T8AVR – “Extrusal”, ou similar;
 - b. Na parte interior: identificação do proponente (nome ou denominação social, morada, número de identificação fiscal ou de pessoa coletiva, telefone e correio eletrónico e código de acesso válido à certidão comercial permanente – no caso do proponente ser uma pessoa coletiva – ou cópia rasurada do cartão de cidadão – caso o proponente pessoa física); termo de aceitação integral das presentes condições; identificação do preço oferecido por extenso, expresso em euros e cheque bancário ou garantia bancária, nos termos que constam do ponto 7, a título de caução).
 - As propostas manter-se-ão válidas por um período de 3 (três) meses.
 - Em simultâneo com a apresentação da proposta, o proponente deverá entregar caução à ordem da Massa Insolvente o valor de 5 (cinco) milhões de euros, sob pena de exclusão automática da proposta. A caução deverá ser prestada através de cheque bancário sacado sobre instituição de crédito de primeira ordem com sede em Portugal ou por sucursal portuguesa de instituição de crédito estrangeira ou através de uma garantia bancária autónoma, incondicional e à primeira solicitação (“on first demand”), prestada por uma instituição de crédito com as mesmas características, em que figure a Massa Insolvente como beneficiária, com validade não inferior a 6 meses.
 - As propostas serão abertas perante Notário, na presença e na morada do Administrador da Insolvência, às **11 horas do dia 23 de abril de 2024**. Ao ato de abertura das propostas poderão assistir os representantes da insolvente, qualquer credor ou grupo de credores da insolvente titular de créditos no montante mínimo de €10.000 e qualquer proponente, mediante inscrição prévia junto do Administrador da Insolvência. Da sessão de abertura de propostas será lavrada uma ata por Notário, na qual se mencionará a identificação das pessoas que estiverem presentes ou representadas, o nome dos eventuais proponentes, a identificação do Estabelecimento, as propostas com indicação dos respetivos preços oferecidos e valores entregues a título de caução. A ata e as propostas serão juntas pelo Administrador da Insolvência ao processo de insolvência da Extrusal para consulta dos credores e demais interessados.
 - A proposta a apresentar pelo Administrador da Insolvência à assembleia de credores nos termos do número seguinte será aquela que apresentar o valor mais elevado, podendo, no caso da melhor proposta recebida se fixar em montante inferior ao valor mínimo anunciado, ser ainda considerada para efeitos de aprovação pelos credores, desde que a mesma iguale ou supere metade daquele valor. Caso se verifiquem várias propostas e o valor mais elevado tenha sido oferecido por mais de um proponente, proceder-se-á imediatamente, aquando do ato de abertura das propostas, à licitação entre eles, sendo selecionado o lance de maior valor, salvo se os proponentes em causa declararem que pretendem adquirir o Estabelecimento em compropriedade. Caso ainda assim se mantenha a situação de propostas de valor idêntico, será efetuado sorteio no mesmo para determinar qual delas deve ser apresentada em assembleia de credores.
 - No caso de a(s) proposta(s) ser(em) de valor diferente – superior ou inferior – ao valor mínimo de venda ora anunciado, considerar-se-á que a valorização dos bens e direitos que integram o Estabelecimento, nomeadamente para efeitos tributários, será feita mediante apuramento da proporção do valor da proposta apresentada face aos montantes parcelares constantes do inventário junto ao processo de insolvência.
 - A proposta de adjudicação do Estabelecimento será apresentada pelo Administrador da Insolvência à assembleia de credores da Extrusal, para aprovação da competente deliberação de adjudicação na assembleia de credores já designada para o dia 24 de abril de 2024 ou, se por alguma razão tal não for possível, em assembleia de credores a realizar em data que venha a ser designada para o efeito.
 - Caso tal lhe venha a ser solicitado pelo Administrador da Insolvência, o proponente vencedor obriga-se a assegurar a exploração do Estabelecimento, mediante contrato de cedência de exploração ou contrato análogo a celebrar com a Massa Insolvente, durante o período que mediar entre a adjudicação e a celebração do contrato de compra e venda do Estabelecimento, e/ou a assumir a obrigação de dotar a Massa Insolvente da Extrusal da liquidez necessária para assegurar a manutenção da atividade do seu Estabelecimento em funcionamento, nomeadamente os encargos salariais. Durante o período de exploração, o proponente vencedor obriga-se ainda a contribuir para a agilização e resolução de quaisquer assuntos que envolvam a Massa Insolvente, nas condições a definir no contrato a celebrar com a Massa Insolvente.
 - A retirada de alguma proposta entregue ou o incumprimento pelo proponente do dever de celebração do contrato de exploração a que se refere o ponto 12 e/ou do contrato de compra e venda do Estabelecimento implica a perda do valor da caução apresentada pelo respetivo proponente nos termos do ponto 7 a favor da Massa Insolvente, podendo a caução ser adcionada para este efeito. Em caso de retirada da proposta entregue ou de incumprimento do dever de celebração do contrato de exploração e/ou do contrato de compra e venda do Estabelecimento pelo proponente que tenha feito a proposta de valor mais elevado, a Massa Insolvente reserva-se no direito de celebrar o contrato de compra e venda com o proponente que tenha apresentado a proposta de valor mais elevado imediatamente seguinte, que fica igualmente sujeito às obrigações previstas no ponto 12.
 - Caso a aprovação referido no ponto 11 não seja obtida, a Massa Insolvente não terá a obrigação de celebrar o contrato de compra e venda do Estabelecimento, dando-se sem efeito todo o processo negocial ora regulado, sendo devolvidas as cações prestadas e sem que quaisquer interessados, nomeadamente o proponente vencedor, tenham direito a qualquer compensação ou indemnização pela frustração do negócio, com exceção dos custos suportados nos termos referidos no ponto 12, que deverão ser pagos/reembolsados como dívidas da Massa Insolvente nos termos do artigo 51.º do CIRE.
 - Do mesmo modo, se por decisão da Massa Insolvente não for celebrado o contrato de compra e venda do Estabelecimento, serão devolvidas as cações prestadas, não tendo quaisquer interessados, nomeadamente o proponente vencedor, direito a qualquer compensação ou indemnização pela frustração do negócio, com exceção dos custos suportados nos termos referidos no ponto 12, que deverão ser pagos/reembolsados como dívidas da Massa Insolvente nos termos do artigo 51.º do CIRE.
 - O Estabelecimento apenas poderá considerar-se transmitido ao proponente vencedor depois de paga a totalidade do preço oferecido aquando da celebração do competente contrato de compra e venda do Estabelecimento, a ter lugar em data, hora e local a indicar pelo Administrador da Insolvência, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da assembleia de credores em que tenha sido aprovada a deliberação de adjudicação, salvo motivo justificativo que leve a Massa Insolvente (e apenas esta) a ter de dispor de um prazo adicional para celebração do contrato. O prazo de 30 (trinta) dias é estabelecido a favor da Massa Insolvente. O pagamento do valor remanescente pelo proponente vencedor deverá ser efetuado por cheque bancário e/ou transferência bancária no momento da celebração do contrato de compra e venda do Estabelecimento, sob pena de rejeição imediata da proposta e de se considerar vencedora a proposta que tenha sido classificada no lugar imediatamente abaixo.
 - Sem prejuízo do prazo estabelecido para celebração do contrato de compra e venda do Estabelecimento, o proponente vencedor poderá ser chamado a prestar informação aos trabalhadores e a cumprir com as demais obrigações legais prévias à celebração do contrato de transmissão do Estabelecimento no período que medeia entre a data da abertura das propostas e a data da celebração do referido contrato. Durante o período posterior à celebração do contrato de compra e venda, o proponente vencedor deverá contribuir para a agilização e resolução de quaisquer assuntos que envolvam o Estabelecimento ou respetiva massa insolvente, nas condições a definir no contrato de compra e venda.
 - O Administrador da Insolvência será competente para resolver quaisquer questões que resultem de omissão, deficiência ou obscuridade do presente Regulamento/anúncio, devendo comunicar as decisões que tome a este respeito a quem expressamente tenha manifestado interesse para o efeito por comunicação remetida para o seu e-mail.
- Todas as informações sobre a venda do Estabelecimento serão prestadas pelo Administrador da Insolvência, podendo o mesmo ser contactado através dos contactos adiante referidos.
- As visitas ao Estabelecimento far-se-ão de segunda a sexta-feira, entre as 15 e as 18 horas, até ao dia útil anterior ao termo-limite do prazo de apresentação de propostas, por marcação prévia junto do Administrador da Insolvência, através de telefone ou e-mail, e agendadas por ordem de chegada.

Administrador da Insolvência: Bruno Costa Pereira

Contactos: Tel.: 223 259 468 – Tlm.: 968 166 000 – E-mail: bcp@brunocostapereira.pt
Morada: Rua Eng. Ferreira Dias, 161, E330, 4100-247 Porto



CARTÓRIO NOTARIAL DE LOURES
A CARGO DA NOTÁRIA
ROSA MATOS ALVES

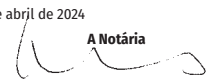
JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

Certifico, para efeitos de publicação, que foi lavrada neste Cartório, no dia nove de abril de dois mil e vinte e quatro, exarada a folhas dois, do Livro de Notas para Escrituras Diversas número Quatrocentos e Um – A, uma *Escritura de Justificação*, na qual, PAULO JORGE AMARO DE CARVALHO, e mulher FERNANDA PAULA DA SILVA DUARTE, casados sob o regime da comunhão de adquiridos, ANA CRISTINA BATALHA DE OLIVEIRA, viúva, BRUNO MIGUEL OLIVEIRA DE CARVALHO, solteiro, maior, e SANDRO DANIEL OLIVEIRA CARVALHO, solteiro, maior, todos residentes na Rua de Santo António, n.º 176, 1.º Direito, Portela de Azóia, São João da Talha e Bobadela, concelho de Loures, inscrito atualmente na respetiva matriz predial sob o artigo 11497, descrito na Segunda Conservatória do Registo Predial de Loures, sob o número MIL QUINHENTOS E NOVENTA E NOVE, da freguesia de Santa Iria de Azóia, com a aquisição ainda registada a favor da sociedade comercial por quotas com a firma MENOL – ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS E CONSULTORIA FINANCEIRA LDA., pela apresentação trinta e nove, de vinte e nove de setembro de mil novecentos e noventa e nove.

Que o referido imóvel lhes pertence por estarem eles justificantes na posse dele há mais de vinte e quatro anos, sendo assim, uma posse pacífica, contínua, pública e de boa-fé, pelo que adquiriu o identificado imóvel por usucapião, o que invoca para justificar do direito sobre tal imóvel para fins de registo na citada Conservatória.

Loures, 10 de abril de 2024

A Notária





Comunicado

**Beneficiação do Pavimento
Fátima - Leiria (A1)**

Durante os meses de maio a junho de 2024

A Brisa Concessões Rodoviária (BCR) informa que, face ao prolongamento dos trabalhos em curso, no âmbito das obras de beneficiação do pavimento, no Sublanço Fátima-Leiria, incluindo os ramos do Nó de Fátima, da A1-Autoestrada do Norte, a conclusão da obra ocorrerá em junho de 2024.

A Brisa agradece antecipadamente a compreensão e colaboração dos automobilistas e espera contribuir para reduzir eventuais inconvenientes decorrentes desta operação, estando certa de que os possíveis incómodos serão largamente compensados pelo nível de qualidade, segurança e conforto que resultam de uma autoestrada mais bem-adaptada às necessidades de quem a utiliza.


Para informação de trânsito atualizada poderá consultar o site www.brisaconcessao.pt.

Melhoramos a pensar em si

**Procure bons negócios
no sítio certo.**

classificados.dn.pt

EM PAPEL E NO DIGITAL.



casas

T2 - OLAIAS
80m², remodelado
junto Metro. Só Famílias
Próprio ao Próprio
C.E. - C. € 200 / mês
939 570 284

CALL CENTER
800 200 226
CHAMADA GRATUITA
ANUNCIAR É FÁCIL



Opinião
Vahe Mkhitarian

Os Lusíadas de Luís de Camões
será traduzido para arménio

O projeto de tradução de obras de escritores portugueses para a língua arménia e de escritores arménios para a língua portuguesa é uma iniciativa significativa da Associação de Amizade Portugal-Arménia que visa promover a literatura portuguesa e arménia além das fronteiras linguísticas.

Este tipo de projeto desempenha um papel crucial na disseminação da cultura e da criatividade dos dois países para um público mais amplo, permitindo que leitores de diferentes partes do mundo tenham acesso às ricas tradições literárias dos países e, também, contribui para uma maior compreensão da cultura e da história de Portugal e da Arménia.

Existem várias razões pelas quais este projeto de tradução de obras literárias é importante e benéfico:

Diversidade Cultural – as literaturas portuguesa e arménia são ricas em diversidade cultural, abrangendo uma variedade de temas, estilos e períodos históricos. Traduzir essas obras para outros idiomas permite que pessoas de diferentes origens culturais apreciem e compreendam a riqueza e a complexidade das culturas dos povos;

Promoção das Línguas Portuguesa e Arménia – a tradução de obras literárias para outros idiomas contribui para a promoção da língua portuguesa e arménia, que não só aumenta a visibilidade do idioma, mas também incentiva o interesse em aprender o português e o arménio;

Intercâmbio Cultural – a tradução de obras de escritores portugueses e arménios facilitará o intercâmbio cultural entre Portugal e Arménia. Isto promove o diálogo intercultural e a compreensão mútuos, além de fortalecer os laços entre as comunidades literárias nos dois países;

Reconhecimento Internacional dos Escritores – traduzir obras de escritores portugueses e arménios para outros idiomas pode aumentar a sua visibilidade e reconhecimento internacional. Isto pode levar a oportunidades de publicação em mercados internacionais, participação em eventos literários globais e até a prémios literários internacionais.

Em suma, o projeto de tradução de obras de escritores portugueses e arménios desempenha um papel fundamental na promoção da literatura e da cultura dos dois países. Ao tornar essas obras acessíveis a um público mais amplo, a Associação contribui para a preservação, promoção e enriquecimento do património literário de Portugal e Arménia.

nia e para o diálogo intercultural. Neste ano, no âmbito das comemorações dos 500 anos do nascimento de Luís de Camões, um dos maiores poetas de todos os tempos, a Associação apresentará aos amantes da leitura na Arménia a tradução de *Os Lusíadas*, a sua obra-prima.

A importância de traduzir *Os Lusíadas* de Camões vai além da mera disseminação de uma obra clássica da literatura portuguesa. Este épico é uma das mais significativas obras da língua portuguesa e desempenha um papel fundamental na identidade cultural e na História de Portugal. É uma obra de um reflexo profundo da História e cultura de Portugal durante a Era dos Descobrimentos, que celebra as conquistas marítimas portuguesas, explorando temas como coragem, heroísmo, destino e patriotismo.

Dito isso, o quinto centenário do nascimento de Luís de Camões é uma ocasião para celebrar não apenas o poeta e a sua obra, mas também a língua portuguesa, a cultura lusófona e os laços que unem os povos através da poesia e da literatura. É uma oportunidade ímpar para refletir sobre o legado de Camões e preservar e promover a sua obra para as gerações futuras.

De recordar ainda que a Associação de Amizade Portugal-Arménia, com o patrocínio da DGLAB, do Instituto Camões e da Fundação Calouste Gulbenkian, já traduziu e editou, em cooperação com a editora Edit Print, o poema *Mensagem* de Fernando Pessoa e o romance *As Intermitências da Morte* de José Saramago, os quais foram bem recebidos pelos leitores na Arménia.

Essa colaboração frutífera com a editora culminou, recentemente, na assinatura de um abrangente Acordo de Cooperação entre a Associação e a Edit Print. Este acordo visa ampliar as traduções de escritores portugueses, selecionar obras de escritores arménios para tradução para o português, desenvolver dicionários português-arménio/arménio-português, criar uma aplicação de interpretação entre as duas línguas e fomentar a colaboração entre os escritores contemporâneos de ambos os países, entre outros projetos.

Além disso, a Associação prepara o projeto de tradução do livro *Black Angel: The Life of Arshile Gorky* de Nouritza Matossian do inglês para o arménio e para o português.

Presidente da Associação
de Amizade Portugal-Arménia

50 ANOS DE ABRIL
PROGRAMA ESPECIAL



25 DE ABRIL
CINEMATECA ABERTA
SESSÕES GRATUITAS

SEMPRE
A PALAVRA, O SONHO E A POESIA NA RUA
UMA INSTALAÇÃO DE LUCIANA FINA PARA OS 50 ANOS DO 25 DE ABRIL
(DE 25 DE ABRIL A 30 DE JUNHO)

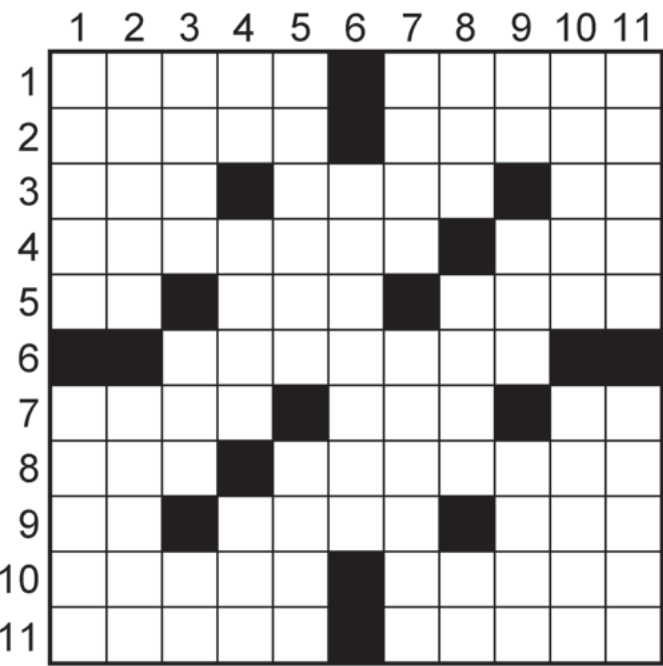


COMISSÃO
COMEMORATIVA
50 ANOS
25 DE ABRIL

cinemateca
WWW.CINEMATECA.PT | RUA BARATA SALGUEIRO, 39 - LISBOA



● PALAVRAS CRUZADAS



Horizontais: 1. Estante para suporte de livros ou pautas de música, abertos para leitura. As duas juntas. 2. Sova (popular). Empresa. 3. Díodo emissor de luz. *North Atlantic Treaty Organization*. Érbio (símbolo químico). 4. Narração sucinta de um facto jocoso. Interjeição que se emprega para excitar ou animar. 5. Sem companhia. Serve-se de. Em forma de asa. 6. Pequena quantidade de qualquer coisa para que se conheça a sua qualidade. 7. Rosto. Preposição que indica companhia. Presidente da República. 8. Nome feminino. Pedra preciosa com duas camadas de cor diferente, sobre uma das quais foi gravada uma figura em relevo. 9. Neodímio (símbolo químico). Conjunto de porcos. Procede. 10. Cobrir com tampa ou testro. Pequena porção de líquido (figurado). 11. Verão. Gostara muito.

Verticais: 1. Conjunto de cartas geográficas dispostas em livro. (...) Alentejano, foi eleito pela UNESCO como Património Imaterial da Humanidade. 2. Veículo sem rodas, próprio para deslizar sobre gelo ou neve. Pernas altas de pau. 3. Tecido de arame. Altar. Platina (símbolo químico). 4. *Internet Protocol*. Parlamento russo. Avança. 5. Que tem lâ ou lanugem. Estimado. 6. Atolar-se. 7. Pequena ulceração das mucosas. Conquista. 8. Voz do gato. Recurso (figurado). Preposição que indica lugar. 9. Bromo (símbolo químico). Pronome pessoal feminino. Entidade fantástica dotada de poder sobrenatural. 10. Abertura no alto da muralha de uma fortificação por onde se visava o inimigo. Agarrar. 11. Curar. Rua pequena.

● SUDOKU

9							7	
	8		9		3	6	1	
			7	4				
		5				8		
		1		5		4		7
2				8	9		5	
	4		8		2			
6	2				1		4	8
		8		7				2

SOLUÇÕES


Palavras Cruzadas

Horizontais:
1. Atlas. Cante. 2. Trenó. Andas. 3. Rede. 4. Atasca. 5. V. 6. Duma. 7. V. 8. Lanoso. 9. Caro. 10. Fada. 11. Amela.

Verticais:
1. Dedal. 2. Estio. 3. Amara. 4. Camafu. 5. Nd. 6. Vara. 7. Age. 8. Tapar. 9. Nato. 10. Er. 11. Anedota. 12. Eia. 13. Sô. 14. Usa. 15. Alar. 16. Atril. 17. Ambas. 18. Trepa. 19. Firma. 20. Led. 21. Atril. 22. Ambas. 23. Trepa. 24. Firma. 25. Led.

Procure bons negócios no sítio certo.


●



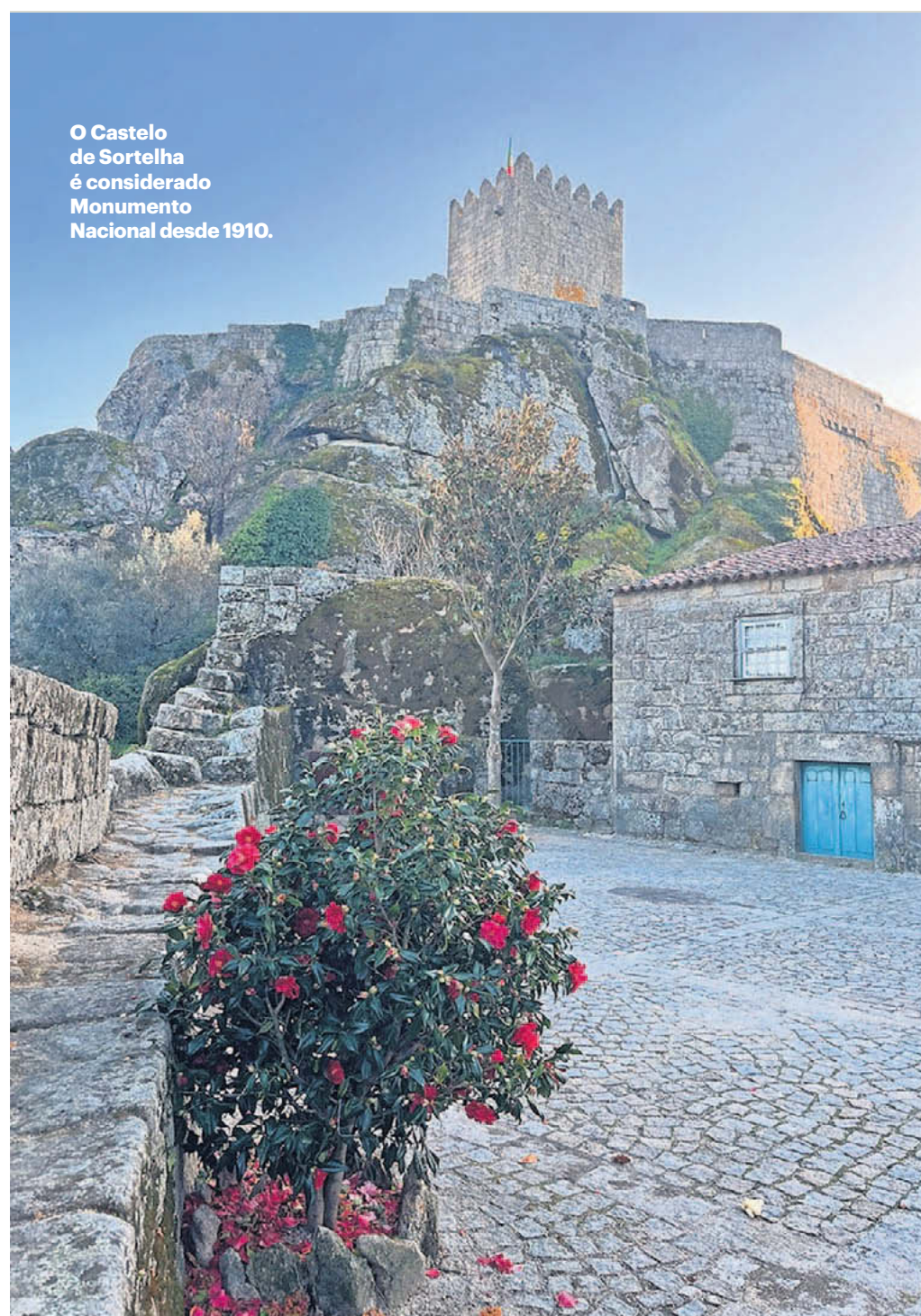
EM PAPEL E NO DIGITAL.
QUEM PROCURA ENCONTRA.

classificados.dn.pt

Diário de Notícias



Diário de Notícias
O ESSENCIAL DA INFORMAÇÃO, TODOS OS DIAS EM BANCA



O Castelo de Sortelha é considerado Monumento Nacional desde 1910.



Viver um conto de fadas no Castelo de Sortelha

ALOJAMENTO O espaço histórico, no Distrito da Guarda, já abriu sete de 17 unidades de alojamento turístico.

TEXTO **MARIANA DE MELO GONÇALVES**

O sonho de viver um conto de fadas num castelo poderá ser tornado realidade. O Castelo de Sortelha, na aldeia com o mesmo nome, no Distrito da Guarda, já abriu sete de 17 unidades de alojamento turístico dentro das suas muralhas.

Pelo Castelo de Sortelha passaram tanto romanos, mouros e visigodos, como reis portugueses. Considerado Monumento Nacional desde 1910, esteve envolvido em diversas operações militares contra as forças de Castela e mais tarde contra os Exércitos franceses de Napoleão. Agora, é possível passar lá uma noite.

O novo projeto do Story Studio

implicou um investimento de dois milhões de euros e é assinado pelo arquiteto Gonçalo Louro. Foram reabilitadas várias estruturas em 17 unidades de alojamento turístico, algumas das quais se encontravam-se em ruínas.

“O nosso objetivo é conseguir levar mais pessoas a Sortelha, conseguir que as pessoas fiquem mais tempo e conheçam a região. Nós estamos, assim, a desenvolver e a fazer conhecer a própria região. Depois, no futuro, se tudo correr bem, fazer crescer o projeto”, diz Márcia Vilar, promotora do projeto Story Studio, em conversa com DN por chamada telefónica.

O projeto surgiu em 2017 com um

primeiro alojamento, que pertencia a Márcia Vilar, no Centro Histórico de Coimbra. “Inicialmente, experimentámos o modelo de negócio lá. Depois, fomos convidados a participar na Call 2020 – Turismo Territórios Baixa Densidade de Turismo Fundos, pelas aldeias históricas e turismo de fundos, para uma apresentação em Sortelha”, explica a promotora, acrescentando que o processo de renovação demorou cerca de dois anos e dez unidades ainda estão a ser finalizadas.

Em conjunto, as unidades têm capacidade para um total de 56 hóspedes e incluem *kitchenette* equipada e lareira a bioetanol. Os estúdios T0 são um espaço pequeno, mas aco-

lhedor, com uma cama de casal. Os T1 recebem de 3 a 4 pessoas com o quarto com cama de casal ou duas camas individuais e a sala com sofá-cama individual ou de casal. Já os T2 conseguem acolher até 6 hóspedes, nos dois quartos, um com cama de casal e outro com duas camas individuais, e na sala, com sofá-cama duplo.

A decoração interior é da autoria da arquiteta de interiores Teresa Pinto Ribeiro, que procurou usar materiais locais.

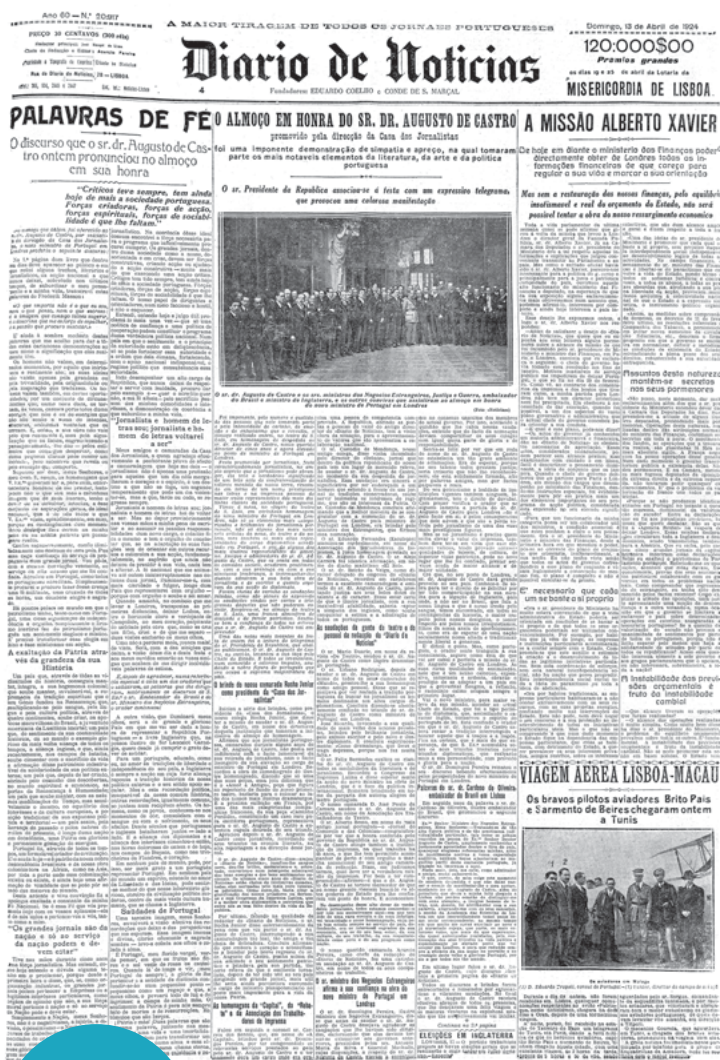
“Este projeto leva para lá uma maior procura, maior dinâmica, quer dizer, o negócio vai trazendo os outros. Os pequenos operadores, os pequenos comerciantes, também

vão, no fundo, ganhar com isso. Esperamos que toda aquela localidade ganhe com isso”, sublinha.

Para Márcia Vilar os maiores desafios deste projeto foram a negociação, devido a oito unidades pertencerem a várias gerações, e a própria construção do espaço. “Há muitas questões que têm de ser tidas em conta numa aldeia histórica, como questões arqueológicas que têm que ser cumpridas e preservadas. Depois, na própria reconstrução, não se pode alterar nenhum traço. Não é a mesma coisa que construir um edifício”, acrescenta.

O preço da estadia varia de 110 a 320 euros por noite.

mariana.goncalves@dn.pt



O DN
DE HÁ CEM
ANOS

AS NOTÍCIAS
DE 13 DE ABRIL
DE 1924
PARA LER HOJE

ARQUIVO DN CRISTINA CAVACO, LUÍS MATIAS E SARA GUERRA



A MISSÃO ALBERTO XAVIER

De hoje em diante o ministério das Finanças poderá directamente obter de Londres todas as informações financeiras de que careça para regular a sua vida e marcar a sua orientação

Mas sem a restauração das nossas finanças, pelo equilíbrio insofismavel e real do orçamento do Estado, não será possível tentar a obra do nosso ressurgimento economico

Toda a vida parlamentar da ultima semana quasi se pode afirmar que girou a volta da missão que levou a Londres o director geral da Fazenda Publica, sr. dr. Alberto Xavier. Já na Câmara dos Deputados o sr. presidente do Ministerio deu a tal respeito aquelas informações e explicações que julgou conveniente transmitir ao Parlamento e ao país. Mas como o enviado official havia sido o sr. dr. Alberto Xavier, pareceu-nos interessante para a politica do governo e principalmente para a justa e patriótica curiosidade do país, ouvirmos aquele alto funcionario do ministério das Finanças e deputado, na esperança de que da sua exposição alguns esclarecimentos mais obtivéssemos num assunto que, podemos affirmar-lo, interessou por completo e ainda hoje interessa o país inteiro.

Esse desejo lhe expozemos ontem, e logo o sr. dr. Alberto Xavier nos respondeu:

—Antes de satisfazer o desejo do «Diário de Notícias», que quer que eu exponha aos seus leitores alguns pormenores sobre o alcance da missão de que fui incumbido pelo sr. presidente do Ministerio e ministro das Finanças, em Paris e Londres, consinta que eu esclareça o seguinte: o chefe do governo havia tomado essa resolução em fins de janeiro. Motivos inadiáveis de serviço publico me impediram de deixar Portugal, o que só fiz no dia 29 de fevereiro. Como vê, ao contrario dos comentários da imprensa e dos boatos que tiveram curso, a minha partida para Londres não teve um caracter misterioso nem foi precipitada. Ela obedeceu á necessidade de dar execução, quando foi possível, a um dos aspectos do vasto plano governativo e administrativo que o actual chefe do governo concebeu para orientar a sua conduta.

—E qual é esse plano, pode-nos dizer? —Os actos do governo já conhecidos em materia administrativa e financeira, dão ao «Diário de Notícias» os elementos necessários de apreciação. Esses actos, considerados isoladamente, podem parecer sem alcance pratico; mas examinados com cuidado e em bloco, facil é descurtinar o pensamento dominante, a ideia de conjunto que os inspira. Quando o chefe do governo deliberou que eu partisse para Paris e Londres, em missão dos cargos que desempenho no ministério das Finanças, dando-me instruções especiais, foi evidentemente para pôr em pratica mais um dos elementos importantes do seu programa de acção politica, considerada esta expressão no seu elevado significado.

«Para que um funcionario da minha categoria possa ser um colaborador util dos ministros, a condição essencial é que estes ponham a claro o seu pensamento. Ora o sr. presidente do Ministerio e ministro das Finanças, desde a primeira hora em que assumiu o poder, pôs-se ao corrente do plano de conjunto que orientaria, inalteravelmente, a sua acção. Eu não tenho visto senão que todos os actos do governo correspondem a esse plano de conjunto e visam logicamente a consecução do mesmo fim. O plano é complexo e não é possível executar-se de pronto.

E' necessario que cada um se baste a si proprio

«Ora o sr. presidente do Ministerio ha muito estava convencido de que a vida administrativa do Estado poderia ser orientada em condições de se bastar a si proprio e de que todos os seus organismos poderiam ser utilizados convenientemente. Por exemplo, por habitos que já vêm de longe, as empresas e instituições particulares acostumaram-se a contar sempre com o Estado. Compreende-se que este auxilie e estimule a criação e o desenvolvimento de todas as legítimas iniciativas particulares. Sem esta coordenação de esforços, sem esta natural interdependencia social, não ha nação que possa progredir. Esta interdependencia social exclui toda a ideia de parasitismo ou toda a ideia de abdicação.

«Ora por habitos tradicionais, as empresas particulares habituaram-se a não contar exclusivamente com os seus recursos, com as suas proprias energias, confiando muito nas intervenções do Estado. Este não pode, nem deve negar o seu concurso e a sua protecção ao desenvolvimento de todas as iniciativas particulares uteis. Mas o que não se compreende é que num dado momento o Estado fique na dependencia das empresas particulares, que estas se habituem, com detrimento do Estado, a querer prevalecer os seus interesses privados, sempre restritos, sobre os interesses

colectivos, que são dum alcance amplo e geral e dizem respeito a toda a nação.

«Uma das ideias do sr. presidente do Ministerio é promover que cada qual se baste a si proprio, sem prejuizo daquella interdependencia social indispensavel ao desenvolvimento logico de todas as actividades. No campo financeiro, o pensamento do sr. ministro das Finanças é libertar-se do parasitismo que envolve a vida do Estado, pondo termo a todos os sofismas juridicos e contractuais, a todos os abusos, a todas as practicas absurdas que, atrofiando a sua plena liberdade de acção, provocam manifestos prejuizos á colectividade nacional de que o Estado é a expressão sintetica, o instrumento politico organizado.

«Assim, as medidas sobre compressão de despesas, os decretos de 11 de fevereiro ultimo, as resoluções referentes á Companhia dos Tabacos, a persistencia em evitar novos aumentos de circulação fiduciaria, etc., denotam o firme proposito em que o governo se encontra em normalizar, definir e metodizar as condições de existencia do Estado, reivindicando a plena posse dos seus direitos, robustecendo a sua autoridade enfraquecida.

Assuntos desta natureza mantêm-se secretos nos seus pormenores

«Não posso, neste momento, dar mais esclarecimentos além dos que o sr. presidente do Ministerio entendeu dever dar á Câmara dos Deputados ha dias. Surpreendeu-me a attitude de alguns illustres deputados, pretendendo mais pormenores. Operações desta natureza, realizadas dentro das atribuições normais do ministro das Finanças, costumam ser secretas em toda a parte. O movimento dos fundos, as operações que a tesouraria realiza, são guardadas lá fora no mais absoluto sigilo. A França negociou ha pouco operações desse genero. Num dado momento o governo francès tornou publica a existencia delas. Não deu pormenores. E na Câmara, mesmo os mais fogosos deputados da opposição da extrema direita e da extrema esquerda, não tentaram pedir quaisquer esclarecimentos. E' que o problema da valorização do franco une todos os patriotas.

«Porque se não produzem identicas attitudes em Portugal no tocante á questão suprema, dominante, da valorização do escudo? Entre as declarações que eu fiz aos jornalistas londrinos, ha umas que quero destacar. São as que fiz á «Agencia Reuter» na vespera de deixar Londres. Essas minhas declarações circularam toda a Inglaterra e seus dominios, sendo transmitidas tambem para a America. Que eu saiba, pelo menos cinco grandes jornais da capital britânica inseriram essas declarações. Nelás eu enalteci o patriotismo do Parlamento português. Referindo-me ás opposições, accentuei que estas davam, frequentemente, provas dos seus sentimentos patrióticos colaborando com os governos em todos os problemas nacionais. Como compreender que regressando do estrangeiro, eu tenha sido desmentido pelos factos recentes? Como explicar a attitude das opposições, uma parte apresentando uma moção de desconfiança e a outra votando-a, numa ocasião em que o governo se limitava a esclarecer o país sobre determinadas operações em esterilino asseguradas á tesouraria portuguesa? Se a questão da valorização do escudo não provoca a unanimidade de sentimentos por parte de todos os portugueses, porque não é licito esperar pelo menos que haja a solidariedade de attitudes por parte de todos os republicanos? Acaso esta questão interessa sómente a este governo e aos grupos parlamentares que o apoiam, ou não interessará, sobremaneira, a toda a nação?

A instabilidade das previsões orçamentais é fruto da instabilidade cambial

—Que alcance tiveram as operações que foram realizadas?

—O alcance das operações realizadas é muito simples. Como muito bem disse ha dias o sr. presidente do Ministerio, o problema do equilibrio orçamental prevalece sobre todos os outros. E' fundamental. A instabilidade das previsões orçamentais é fruto da instabilidade cambial. Não se pode promover esta se não em bases solidas. O Estado tem



Roberto Cavalli (1940-2024): o rei dos padrões de animais

O estilista italiano Roberto Cavalli, cuja predileção por extravagantes padrões de animais fez furor entre o jet-set internacional durante décadas – de Sophia Loren e Brigitte Bardot a Kim Kardashian e Jennifer Lopez, por exemplo – morreu ontem aos 83 anos. A sua inspiração, disse à *Vogue* em 2011, vinha da Natureza, que atribuía à criação divina: “Comecei a perceber que até os peixes têm roupa colorida fantástica, assim como a cobra, o tigre ou o leopardo. Percebi que Deus é realmente o melhor designer, então comecei a copiar Deus.”



EPA/APRIL FONTI

Fenprof quer recuperação de carreiras mais rápida

EDUCAÇÃO Sindicato propõe que tempo de serviço seja repostado ao ritmo de 33% por ano, em três anos, contra os 20% anuais propostos pelo Governo.

A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) discorda da proposta do Governo sobre a recuperação do tempo de serviço e anunciou ontem que vai propor que, em vez de 20%, sejam devolvidos 33% a cada ano, deixando antever, desde já, negociações difíceis para o ministro da Educação, Ciência e Inovação nas reuniões agendadas para a próxima semana (18 e 19 de abril) com as organizações sindicais. “A recuperação dos seis anos, seis meses e 23 dias deve ocorrer à razão de 33% ao ano, como é nossa proposta, e não à razão de 20% ao ano”, disse Francisco Gonçalves, secretário-geral adjunto da Fenprof, em conferência de imprensa.

O Programa do XXIV Governo Constitucional prevê a recuperação do tempo de serviço dos professores ao longo de cinco anos, sendo contabilizados

anualmente 20%. Além de querer uma recuperação mais rápida, em apenas três anos, a Fenprof quer garantias de que no final do processo todos os professores veem recuperados os nove anos, quatro meses e dois dias – total do tempo em que a carreira esteve congelada –, independentemente de estarem no ativo ou já estarem aposentados.

Antecipando a primeira reunião com o novo ministério, Francisco Gonçalves adiantou que será entregue um protocolo negocial onde vão constar outras propostas, relacionadas, por exemplo, com o fim das vagas de acesso aos 5.º e 7.º escalões, incentivos à fixação de docentes e a dedução de despesas em sede de IRS.

Por outro lado, e comentando o Programa do Governo, o dirigente da Fenprof deixou um aviso ao ministro Fernando Alexandre: “Os professores

não aceitam outro critério de ordenação dos candidatos que não a graduação profissional.” O dirigente sindical referia-se à intenção de criar um modelo de autonomia e gestão das escolas, reforçando a autonomia dos diretores também na gestão de recursos humanos, algo que já o anterior ministro, João Costa, tinha tentado, para que os diretores pudessem selecionar um terço dos seus professores, tendo em conta o perfil dos docentes e os projetos educativos da escola.

O dirigente sindical adiantou ainda que o ministério de Fernando Alexandre “pode claramente contar com a oposição da Fenprof” se a revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo e a fusão dos 1.º e 2.º ciclos servirem “apenas para reduzir o número de professores” e se “houver financiamento público do ensino privado”. **DN/LUSA**

BREVES

Saúde. Reuniões com parceiros na próxima semana

A nova ministra da Saúde, Ana Paula Martins, quer estar presente nas reuniões com todos os parceiros do setor, mas já percebeu que são muitos e que acertar agendas está a ser difícil. Por agora, e como confirmou ao DN fonte do seu gabinete, “ainda nada está agendado, porque são muitos parceiros e não é fácil acertar agendas, mas as reuniões deverão começar já na próxima semana e obviamente que a sr.ª ministra irá fazer um esforço para estar presente”. Recorde-se que os sindicatos médicos já vieram a público exigir reuniões e que cinco estruturas representativas dos enfermeiros já entregaram um pré-aviso de greve para os dias 26, 29 e 30 de abril e 2 e 3 de maio nas unidades públicas, privadas e sociais do continente e ilhas, de forma alternada, como protesto pela revisão salarial e da carreira. Mas uma das prioridades do ministério da João Crisóstomo é a elaboração do *Programa de Emergência para a Saúde* que será apresentado publicamente, como já o disse o primeiro-ministro, Luís Montenegro, a 2 de junho. Um plano que deverá apresentar medidas que possam resolver no imediato alguns problemas no acesso aos cuidados.

New European Bauhaus premeia portugueses

A proposta do atelier Carrilho da Graça, intitulada *Hydroscape Lisbon*, da autoria da estudante de arquitetura Ioulia Vulgari, venceu um dos Prémios New European Bauhaus, na categoria *Reconectar com a Natureza*. Por sua vez, o projeto de design biointegrado *UrbanMYCOskin*, da portuguesa Rita Morais, da polaca Natalia Piorecka e da chilena Jennifer Levy, venceu na categoria *Dar forma a um ecossistema industrial circular e apoiar o pensamento do ciclo de vida*. Estes foram os dois projetos criados em Portugal distinguidos pelo *New European Bauhaus*, ontem, em Bruxelas, na Bélgica. As distinções têm como objetivo dar visibilidade a conceitos e projetos inovadores que incluem a sustentabilidade, a arte e a inclusão. O *Festival New European Bauhaus* é uma iniciativa da Comissão Europeia, lançada em 2020, com o intuito de estabelecer um modelo de desenvolvimento sustentável que combine estética e inclusão na Europa. A edição deste ano, que termina amanhã na capital belga, incluiu pela primeira vez projetos da Ucrânia e focou-se, igualmente, em países que apresentaram dificuldades socioeconómicas. No final da cerimónia de ontem, foi atribuído, pela primeira vez, um prémio especificamente dedicada à reconstrução das infraestruturas destruídas pela guerra na Ucrânia.

M.M.G. em Bruxelas



Conselho de Administração - Marco Galinha (Presidente), Kevin King Lun Ho, António Mendes Ferreira, Victor Santos Menezes, Vitor Coutinho, Diogo Queiroz de Andrade, Rui Costa Rodrigues, José Pedro Soeiro **Secretário-geral** Afonso Camões **Direção interina** Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Data Protection Officer** António Santos **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão, 195-219 - 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º - 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Carla Ascensão **Direção Comercial** Pedro Veiga Fernandes **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa:** Páginas Civilizadas, Lda. - 41,51%, KNJ Global Holdings Limited - 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro - 20,40%, Grandes Notícias, Lda. - 8,74% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena - 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) - Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registo na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E-mail: apoiocliente@dn.pt



56604

5 605290 023026